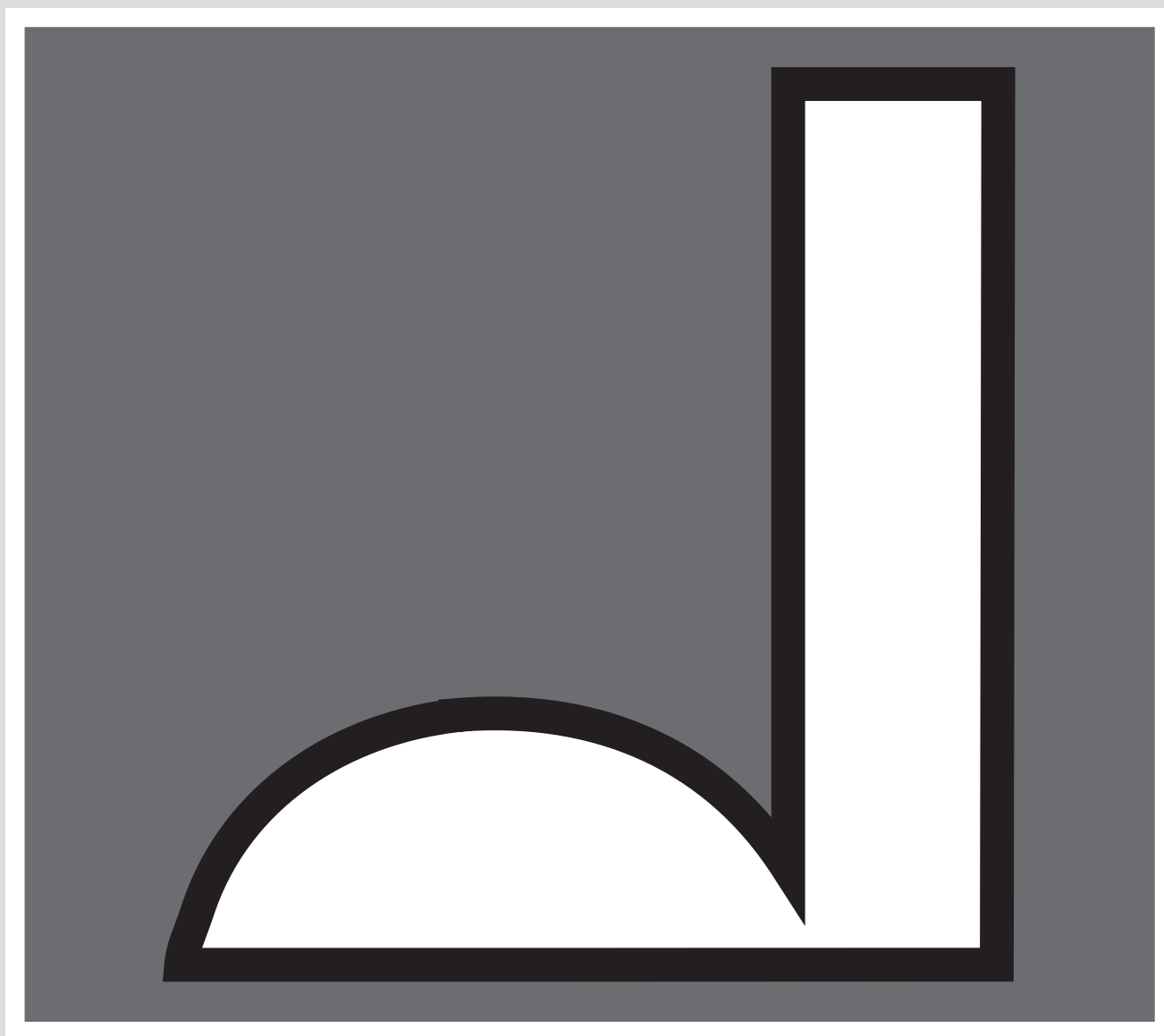




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 014 - SÁBADO, 20 DE FEVEREIRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)		3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI) 4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 3 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaleo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais
PTB - 8 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	
	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
 2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
 3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
 4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
 6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
 8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
 9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 11, de 2010 (nº 42/2010, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, enviando o relatório sobre o prepagamento de contratos selecionados da Dívida Contratual Externa junto ao Banco Mundial e do Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira. 03509

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 358, de 2007; 75, de 2008; 329, 586, 607, 633, 655, 732, 802, 809, 822, 823, 829, 830, 831, 832, 833, 835, 856, 859, 878, 881, 885, 886, 888, 891, 892, 897, 898, 903, 908, 922, 932, 933, 934, 941, 945 e 946, de 2009..... 03509

1.2.2 – Leitura de Requerimentos

Nº 70, de 2010, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General Ivan de Souza Mendes. 03512

Nº 71, de 2010, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Sérgio Murilo Santa Cruz. 03512

1.2.3 – Mensagem do Presidente República

Nº 58, de 2010 (nº 57/2010, na origem), comunicando que se ausentará do País no período de 21 a 27 do corrente, em viagens oficiais ao México, Cuba, Haiti e El Salvador..... 03513

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que aponta o período de junho de 2003 a julho de 2008 como a fase de maior expansão da economia brasileira nos últimos 30 anos. Considerações sobre o desemprego no Brasil e no mundo..... 03515

SENADOR ACIR GURGACZ – Apoio ao plebiscito a ser realizado em 28 de fevereiro, para consultar a população sobre a emancipação política de Extrema de Rondônia. Apelo ao Ministério da Saúde no sentido de socorrer o Estado de Rondônia no combate à dengue..... 03520

SENADOR ADELMIR SANTANA – Necessidade do Brasil aproveitar as oportunidades surgidas com a recuperação econômica mundial para crescer e ingressar em novas fronteiras do desenvolvimento econômico e social. 03521

SENADOR PEDRO SIMON – Reflexão acerca do processo de combate à corrupção e da defesa da moralidade pública no Brasil, destacando que no episódio que ora envolve o Governador do Distrito Federal uma grande vitória já aconteceu: o Judiciário teria agido com muita diferença neste caso em relação a alguns casos anteriores lembrados por S. Exª..... 03525

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre a ideologia da Maçonaria. Registro de matérias de anos anteriores, que já relatavam os problemas de incêndios em Roraima. Críticas ao Governo Federal e ao Governo do Estado pela falta de medidas preventivas em relação à seca que atinge o Estado. Homenagem ao Comandante do Corpo de Bombeiros, ao Coordenador da Defesa Civil e a toda corporação do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil de Roraima..... 03531

SENADOR MARCO MACIEL – Registro do lançamento da Campanha da Fraternidade de 2010 pela CNBB, cujo lema é “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”, lembrando o caráter ecumênico da Campanha da Fraternidade deste ano, que reunirá, ao lado da Igreja Católica Romana, as Igrejas Episcopal Anglicana, Luterana e Presbiteriana do Brasil, bem como a Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia, que formam o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC. Voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Sérgio Murilo Santa Cruz. 03548

SENADOR MÃO SANTA – Defesa do respeito à cadeia sucessória na hipótese de afastamento definitivo do Governador José Roberto Arruda da Chefia do Executivo do Distrito Federal, recomendando que o Presidente da República não apóie a tese da intervenção federal. Apelo ao Presidente Lula para que apresse a implantação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí, proposta já aprovada em lei..... 03552

SENADOR VALDIR RAUPP – Destaque para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento em Rondônia, salientando os 40 mil empre-

gos diretos e indiretos criados pela construção das usinas de Santo Antônio e Girau, no Rio Madeira; citando ainda as obras a serem realizadas em diversas BR no Estado, entre as quais a BR-364, importante via não só para Rondônia, mas também para Mato Grosso. 03556

SENADORA MARINA SILVA – Preocupação com a crise ambiental global e o problema da adaptação do Brasil aos efeitos negativos das mudanças no clima, especialmente no que se refere à saúde pública. Sugestão da realização de audiências públicas para tratar da questão. 03559

1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Comemoração da aprovação da PEC da Alimentação: um marco histórico na luta contra a fome e pela dignidade humana. 03562

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

2.1 – Convênio nº 6, de 2010, que entre si fazem o Senado Federal e o Banco do Brasil S/A, para empréstimos a senadores e servidores, sob consignação em folha de pagamento. 03564

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 13ª Sessão, não Deliberativa em 19 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Pedro Simon e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a Sessão às 9 Horas, e Encerra-se às 13 Horas)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, Capital da República do Brasil. Estamos no Senado da República, sexta-feira, dia 19 de fevereiro de 2010, 9 horas.

Esta é a 13ª sessão, Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 23 do corrente, terça-feira, será destinado a reverenciar a memória da Dr^a Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, do Dr. Luiz Carlos Costa, representante da ONU, e dos Militares Brasileiros vitimados pelo terremoto do dia 12 de janeiro de 2010 no Haiti, nos termos do Requerimento nº 65, de 2010.

Esta sessão é não deliberativa e todas deliberações legislativas estão sobrestadas.

Esta sessão nasceu da necessidade de os Srs. Senadores e de as Sr^{as} Senadoras apresentarem as suas teses, às vezes mais demoradas, que nos dias deliberativos não são permitidas. Então, utilizam as sextas-feiras e segundas-feiras, em sessões não deliberativas, para que possam falar.

Essa é uma tradição no nosso Senado da República. Rui Barbosa fez discurso de quatro horas neste plenário. O gaúcho Paulo Brossard fez renascer a democracia, mas fazia longos discursos de três horas. Aí o Presidente do Senado, o piauiense Petrônio Portella, limitou para uma hora, e ele fazia então três por semana.

O destino nos traz outro gaúcho, bravo e herói, que se recupera da saúde, o que tranquiliza os trabalhadores brasileiros e os aposentados sofridos. Paulo Paim, com a bravura gaúcha, é o primeiro orador inscrito.

Declaramos aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos – e com a chegada de Pedro Simon, que representa aqui São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 11, de 2010** (nº 42/2010, na origem), do Ministro de Estado da Fa-

zenda, enviando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório sobre o pré-pagamento de contratos selecionados da Dívida Contratual Externa junto ao Banco Mundial e do Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2007** (nº 206/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2008** (nº 489/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2009** (nº 1.219/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade Fm para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2009** (nº 1.428/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rio Acimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2009** (nº 99/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Acitol – Associação Comunitária Independente de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2009** (nº 1.523/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2009** (nº 1.197/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2009** (nº 1.609/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à RCI – Rádio Comunitária de Iaciara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2009** (nº 1.543/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2009** (nº 1.725/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Palestina de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2009** (nº 1.712/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009** (nº 1.714/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2009** (nº 996/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária a Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2009** (nº 997/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte – MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2009** (nº 1.002/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 832, de 2009** (nº 1.014/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2009** (nº 1.097/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas – APACNOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2009** (nº 1.243/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Amcar – Associação dos Moradores do Canto do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2009** (nº 1.597/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2009** (nº 1.636/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro Social de Monte Grave para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2009** (nº 1.687/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2009** (nº 1.699/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão

- de Açúcar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2009** (nº 1.719/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2009** (nº 1.732/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2009** (nº 1.760/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2009** (nº 1.767/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2009** (nº 1.771/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2009** (nº 1.783/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação do Município de Itupiranga – Sociedade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2009** (nº 1.787/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Saraiva Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2009** (nº 1.694/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2009** (nº 1.726/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2009** (nº 1.722/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2009** (nº 1.254/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009** (nº 1.318/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009** (nº 1.633/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2009** (nº 1.747/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2009** (nº 1.310/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Conselho Cultural Educativo Comunitário (Concec) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul; e
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2009** (nº 1.329/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.Com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.
- Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Alta de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do General Ivan de Souza Mendes, ocorrido em 18 de fevereiro de 2010.

Justificação

“O General Ivan de Souza Mendes, último chefe do Serviço Nacional de Informações, morreu na manhã desta quinta-feira, aos 87 anos”. É assim que os principais jornais do País noticiaram, ontem e hoje, o falecimento do “General Ivan”. O aposto “último chefe do Serviço Nacional de Informações” pode ter duas leituras, na avaliação do seu currículo. A primeira, mais pejorativa, por se tratar de um órgão sabidamente importante nos tristes acontecimentos durante o regime militar que fez noite na política brasileira durante mais de vinte anos. A segunda, na qual eu me incluo, coloca ênfase na palavra “último”. O General Ivan foi o “último” comandante daquela instituição de informações estratégicas para o regime militar. Foi ele, portanto, o responsável por desmontar uma estrutura que cuidava de municiar o regime de exceção, com informações que, sabidamente, culminaram em muitos dos episódios de violência contra quem se opunha à ditadura implantada em 1964.

O General Ivan foi um dos principais articuladores da transição do regime militar para o Governo Civil, e foi escolhido por Tancredo Neves para ocupar o cargo. Quem viveu aquele momento da história política brasileira, como eu, que houvera também sido escolhido por Tancredo, para ocupar o cargo de Ministro da Agricultura, sabe que o País ainda se ressentia de tantos anos de repressão e de arbítrio. Era, portanto, um momento ainda carregado de sensibilidade política. Sensibilidade esta que se reforçou com a morte de Tancredo Neves.

A História é o testemunho mais que fiel da competência e do espírito público do General Ivan de Souza Mendes, na sua missão de desanuviar as tensões, enquanto dirigiu o SNI e de dar, àquele órgão, uma verdadeira função de Estado, em um regime de liberdade democrática.

O General Ivan de Souza Mendes, apesar de ter ocupado outros cargos importantes, inclusive como interventor na então “Prefeitura de Brasília”, jamais se utilizou do prestígio pessoal para angariar qualquer tipo de vantagem. Quando perguntado o que fez quando deixou o Governo e se tinha aceitado um emprego privado, respondeu: “Não podia. Não achei ético aceitar emprego na iniciativa privada. Eu tinha sido chefe do SNI, tinha um conhecimento geral sobre vários problemas do País, sabia muito. Tive alguns convites, mas nunca aceitei”. “Como o Sr. Vive, então”, foi a pergunta que se seguiu. O General Ivan respondeu: “Da minha aposentadoria. Não é muito, mas é o que o País pode me pagar”.

Como se observa, morreu o General Ivan de Souza Mendes. As suas lições, entretanto, permanecem vivas. E necessárias.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2010. – Senador **Pedro Simon**

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2010

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento de Sérgio Murilo Santa Cruz, ocorrido dia 17 de fevereiro, do corrente, na cidade de Recife, estado de Pernambuco.

I – inserção em ata de voto de profundo pesar;

II – apresentação de condolências aos seus familiares.

Justificação

Advogado criminalista e Deputado Estadual e Federal o combativo, Sérgio Murilo Santa Cruz, nasceu em Carpina (PE) em 1931.

Em 1974, foi eleito Deputado Federal e considerado pelo Diap o deputado mais influente na Câmara. Reelegeu-se nas eleições de 1978 e 1982. Foi um dos articuladores da Aliança Democrática, que propiciou a candidatura de Tancredo Neves a Presidência, no Colégio Eleitoral (1985). A única eleição majoritária disputada por Sérgio Murilo foi pela Prefeitura de Recife em 1985.

Trabalhou até o ano 2000, quando o avanço do mal de Parkinson e de Alzheimer o deixou impossibilitado de exercer a profissão que tanto devotava e muito se dedicou.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2010. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados e os requerimentos vão ao arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

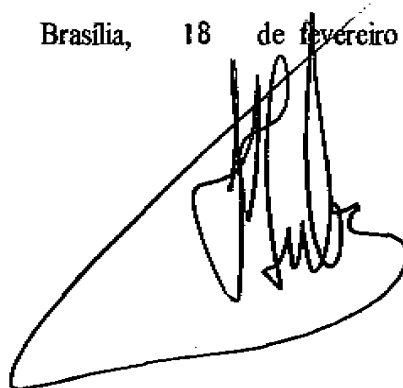
É lida a seguinte:

MENSAGEM
Nº 58, DE 2010
(nº 57/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 21 a 27 de fevereiro, em viagens oficiais ao México, nos dias 21 e 22, a Cuba, nos dias 23 e 24, ao Haiti, dia 25 e a El Salvador, de 25 a 27.

Brasília, 18 de fevereiro de 2010.



Aviso nº 70 - C. Civil.

Em 18 de fevereiro de 2010.

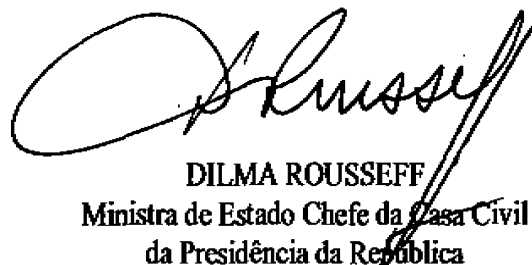
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 21 a 27 de fevereiro, em viagens oficiais ao México, nos dias 21 e 22, a Cuba, nos dias 23 e 24, ao Haiti, dia 25 e a El Salvador, de 25 a 27.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Com a palavra, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, eu quero fazer um registro breve, como pedi aos outros Senadores, porque tenho que, de imediato, fazer meus exames, que vão iniciar às nove e meia.

Sr. Presidente, eu quero registrar uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, divulgada nesta semana, que achei muito interessante.

Esta pesquisa da Fundação Getúlio Vargas aponta o período de junho de 2003 a julho de 2008 como a fase de maior expansão da economia brasileira nos últimos trinta anos. Segundo a pesquisa, nesse período, a indústria expandiu, as vendas do comércio registraram alta, a geração de novos postos de trabalho aumentou e a renda cresceu.

O estudo foi coordenado pelo ex-Presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore e teve a participação de mais seis economistas.

Pela pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, que considerou dados a partir de 1980, o bom desempenho da economia começou seis meses após a posse do Presidente Lula e se prolongou por 61 meses. Diz a pesquisa – e estou aqui relatando – que o segundo melhor período foi entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988, na gestão do ex-Presidente José Sarney. A mesma pesquisa aponta que o menor período recessivo foi também no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e durou seis meses, de julho de 2008 a janeiro de 2009, quando o País conviveu com os efeitos da crise financeira internacional.

Sr. Presidente, sabemos que muita coisa ainda precisa ser feita, mas temos certeza de que estamos no caminho certo. A política econômica do Governo está mostrando seus resultados. Esse trabalho da Fundação Getúlio Vargas é uma demonstração de que essa forma de conduzir os destinos do País foi a melhor no campo do crescimento dos últimos trinta anos.

Quero ainda, nessa mesma linha, Sr. Presidente, rapidamente falar sobre o desemprego não só no Brasil, mas também no mundo.

Falo um pouco sobre um tema de suma importância, que diz respeito ao desemprego no mundo em geral. A crise econômica mundial afetou todos os países no que diz respeito ao trabalho. Depois dela, o desemprego alcançou níveis que nunca antes haviam sido registrados.

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram 212 milhões de pessoas que perderam o emprego formal no mundo em 2009; e fo-

ram também 1,5 bilhão de pessoas, o que corresponde a 50,6% da força de trabalho global, que ficaram em ocupações chamadas vulneráveis, ou seja, como falamos aqui no Brasil, sem carteira assinada.

O relatório calcula ainda que nos países mais ricos esse quadro só vai ser modificado em 2013. Para os países emergentes a situação é mais favorável. Há uma previsão de que o emprego volte aos níveis anteriores à crise já a partir do fim de 2010, começo de 2011.

Um fato para nós significativo é que estatísticas também comprovam que a situação se agravou mais rapidamente nos países que têm uma legislação trabalhista mais flexível. Esse tipo de legislação permite a contratação com baixo nível de direitos e com salários também irrisórios.

Países que flexibilizaram a legislação, como Estados Unidos, Irlanda e Espanha, são exemplos desse tipo de contratação flexível. Nos Estados Unidos, por exemplo, o desemprego aumentou 10%, ou seja, 3,1 pontos percentuais acima do registrado no ano anterior. Na Espanha, o índice de desemprego foi de 19,4%, ou seja, aumentou 5,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

No entanto, em países com uma legislação trabalhista mais pró-empregados, mais favorável ao empregado, com carteira assinada, esses índices foram bem mais baixos. Na Alemanha, foi registrado somente 0,5 ponto percentual a mais em relação ao ano anterior.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística também demonstra que, no Brasil, tivemos um índice de 6,8% de desemprego em dezembro de 2009. Nós, que já tivemos, em 2000 e 2002, até 10% de desempregados, diminuimos para 6,8%.

A Fundação Getúlio Vargas informa, ainda, que o nosso percentual de pessoas sem emprego formal praticamente não teve aumento em 2009. Ficou, se compararmos com 2008, em menos que 0,3 ponto percentual.

De acordo com relatório da OIT, Panorama Laboral 2009, o desemprego aumentou significativamente no primeiro trimestre de 2009 em seis regiões metropolitanas. Mas o Brasil soube enfrentar a crise, e o relatório demonstra isso. Nós fomos o único país, entre os examinados, em que as taxas caíram no segundo e terceiro trimestres de 2009; ou seja, o desemprego não aumentou.

Na opinião do economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, uma característica marcante no cenário do emprego brasileiro da última década é o fato de que aumentou muito a taxa de formalização dos empregos. Palavras dele: “A geração de empregos formais foi, pelo menos,

duas vezes maior do que antes”, ou seja, antes de o Governo Lula assumir.

Nós estamos indo pelo caminho certo. Direitos trabalhistas devem ser cada vez mais implementados e ampliados. É assim que se constrói uma Nação que pratica a justiça social.

O economista disse ainda que, entre 2004 e 2008, a média anual de geração de emprego no Brasil foi de 1,4 milhão de postos de trabalho contra 650 mil, se voltarmos e compararmos com os anos de 1999 até 2003. Ou seja, nós dobramos, no mínimo, o número de homens e mulheres com carteira assinada.

Diz mais ainda o economista: “(...) há uma recuperação gradual e, em setembro de 2009, já atingiu o ritmo de geração de emprego formal de antes [da crise] de setembro de 2008”. Houve, com certeza absoluta, uma mudança positiva nesse ano de 2009, aqui no Brasil; e, com o anúncio apontado ontem pelo Ministro Carlos Lupi, nós tivemos o melhor momento, dos últimos 50 anos, em matéria de postos de trabalho.

Sr. Presidente, quero, para concluir, dizer que outra questão, no meu entendimento, positiva para nossa economia foi a criação do Simples (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições) para as micro e pequenas empresas. Isso seria responsável pelo aumento de 60,4% na criação de empregos formais.

Quero informar ainda, Sr. Presidente, que nós estamos num bom momento, estamos num bom debate. E que bom que percebo que um projeto de nossa autoria, que é o que reduz a jornada de trabalho sem redução de salário, está sendo debatido pelo Governo, pelas centrais, pelos empresários! O projeto é de nossa autoria, junto com o Senador Inácio Arruda.

Haverá, neste fim de semana, em São Paulo, na casa do Presidente Michel Temer, uma reunião entre lideranças para discutir uma forma escalonada para que se construa o entendimento, para que haja redução de jornada, redução dos tributos que os empresários pagam à União e não haja redução de salário.

Eu me considero contemplado com esse debate, porque foi há mais de dez anos que, com o Senador Inácio Arruda, apresentamos essa PEC, quando éramos ainda Deputados. Eu e ele coletamos assinaturas e o debate começou na sociedade. Hoje, 20 anos depois da Assembleia Nacional Constituinte, em que participamos daquele debate que reduziu de 48 para 44, nós estamos verificando que é possível se construir um grande entendimento, envolvendo todos os setores da sociedade, para que a redução de jornada, sem redução de salário, de forma gradual, aconteça com a redução de tributos.

Com isso, na verdade, todos ganham, porque, no primeiro momento, o Governo pode arrecadar menos, mas, por outro lado, mais pessoas estarão trabalhando, produzindo, recebendo, consumindo. O comércio vai vender muito mais e, consequentemente, o Governo acabará também, por via indireta, arrecadando.

Senador, por favor.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Paim, eu quero me congratular com V. Ex^a pelas colocações desta manhã, no que diz respeito à geração de empregos, renda, enfim, os dados que V. Ex^a traz à Casa no seu discurso. Mas me chamou a atenção quando V. Ex^a falou da questão do Simples, ou do Super Simples, uma luta que desenvolvemos também no Senado. Fomos Relator por duas ou três vezes de alterações nessa lei. E, numa das últimas alterações, mais precisamente na penúltima, foi incluída uma figura excepcional e de importância para a sociedade brasileira entre as alterações no Super Simples, na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa: a figura do empreendedor individual. V. Ex^a sabe que é uma oportunidade que foi criada aqui, no Congresso Nacional, num projeto de lei e na Lei Geral, que permite a formalização de pessoas simples, de trabalhadores, de autônomos, que o Estado brasileiro deixava à margem da atividade econômica legalizada. Supõe-se que essa faixa de trabalhadores e empreendedores está na casa de 12 a 14 milhões de pessoas. Então, reforço as colocações de V. Ex^a com relação ao Super Simples, destacando esta alteração, a inclusão da figura jurídica do empreendedor individual, que certamente vai contribuir muito nessa questão da renda e na questão da formalização dos trabalhadores na economia brasileira. Então, foi um avanço. Costumo dizer que a Lei Geral ou Super Simples, com o empreendedor individual, foi uma reforma tributária às avessas. Na verdade, contemplamos com redução de carga tributária, com redução da burocracia do Estado brasileiro, uma infinidade de empresas que se enquadram dentro dos parâmetros do Super Simples. Congratulo-me com V. Ex^a pelas colocações de hoje. Meus parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, quero cumprimentar V. Ex^a, que tem sido parceiro nessas discussões todas que apontam na linha de fortalecer, principalmente, o mercado de trabalho. Eu sempre digo que o mercado de trabalho é fundamental. Ele cumpre esse papel de fortalecer a economia e contempla, com certeza absoluta, empregado, empregador e a própria União, Municípios, Estados, que arrecadam. E V. Ex^a, como líder da área do comércio, cumpre um papel fundamental nesse sentido. Meus cumprimentos e obrigado pelo aparte.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Ex^a ainda e aos Senadores e Deputados que fiz aqui uma retrospectiva desses mais de 20 anos da Assembleia Nacional Constituinte. E, neste meu pronunciamento – quero que V. Ex^a o considere na íntegra –, eu falo do debate que houve, na Assembleia Nacional Constituinte, dos direitos dos trabalhadores, da questão da previdência, do Sistema Único de Saúde; falo da importância do Estatuto da Criança e do Adolescente; falo da Loas; falo do Estatuto do Idoso, que felizmente já é lei – projeto de nossa autoria – há mais de seis anos; falo da importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência e do Estatuto da Igualdade Racial, projetos que aprovamos aqui, no Senado, e se encontram na Câmara; falo da importância do fim do fator previdenciário – aprovamos aqui no Senado e falta a Câmara votar; falo da recuperação dos benefícios dos aposentados; falo de uma política permanente para os aposentados. Todos esses, projetos aprovados aqui, no Senado, que estão lá na Câmara dos Deputados. Falo aqui, claro, do meu descontentamento com a DRU, Sr. Presidente, que desloca 20% de toda a arrecadação, por exemplo, da seguridade social e que podem ser destinados para quaisquer outros fins que entenda a União. Por isso, apresentei uma PEC no sentido de que não haja mais o desconto de 20% da seguridade. Ou seja, com isso, nós estaríamos alavancando, com quase R\$50 bilhões, recursos para a saúde, para a educação e para a assistência. Segundo o último dado que eu tinha, era em torno de R\$38 bilhões, e a estimativa com que estamos trabalhando – se a DRU cair – é de algo em torno de R\$50 bilhões, que ficariam na assistência, na previdência e também na saúde.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Como eu falava, eu tenho que, às nove e meia, fazer alguns exames e peço a V. Ex^a que considere na íntegra os três pronunciamentos que aqui comentei.

Obrigado, Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de falar um pouco sobre um tema importante, que foi matéria veiculada na imprensa recentemente e que diz respeito ao mundo em geral, é o desemprego.

A crise econômica mundial afetou todos os países no que diz respeito ao trabalho. Depois dela o desemprego alcançou níveis que nunca antes haviam sido registrados.

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho, foram 212 milhões de pessoas sem em-

prego formal em 2009. E foram também 1,5 bilhão de pessoas, o que corresponde a 50,6% da força de trabalho global, em ocupações vulneráveis.

O relatório calcula ainda que nos países mais ricos esse quadro só se alterará em 2013. Para os países emergentes a situação é um pouco mais favorável, prevê-se que o emprego volte aos níveis anteriores da crise até 2011.

Um fato muito significativo é que as estatísticas comprovam que a situação se agravou mais rapidamente nos países que tem uma legislação trabalhista mais flexível.

Esse tipo de legislação permite a contratação de temporários com baixo nível de direitos empregatícios e facilita a demissão.

Países como Estados Unidos, Irlanda e Espanha são exemplos desse tipo de contratação. Nos Estados Unidos, por exemplo, o desemprego aumentou 10%, ou seja 3,1 ponto percentual acima do registrado um ano antes. Na Espanha o índice foi de 19,4%, número 5,4 ponto percentual do ano anterior.

No entanto, em países com uma legislação trabalhista mais pró-empregados, esses índices foram bem mais baixos. Na Alemanha foi registrado 0,5 ponto percentual a mais de um ano antes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrou que, no Brasil, tivemos um índice de 6,8% de desemprego em dezembro de 2009.

A Fundação Getúlio Vargas informou que o nosso percentual de pessoas sem emprego formal aumentou, em 2009, 0,2 ponto percentual em relação a 2008.

De acordo com relatório da OIT, Panorama Laboral 2009, o desemprego aumentou significativamente no primeiro trimestre de 2009 em seis regiões metropolitanas...

Mas, o Brasil soube enfrentar a crise e o relatório demonstrou isso. Nós fomos o único país entre os examinados, em que essas taxas caíram no segundo e terceiro trimestres de 2009.

Na opinião do economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, uma característica marcante no cenário do emprego brasileiro da última década, é o fato de que aumentou muito a taxa de formalização dos empregos.

Suas palavras foram: *“A geração de empregos formais foi, pelo menos, duas vezes maior do que antes”*

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos indo pelo caminho certo. Direitos trabalhistas devem ser cada vez mais implementados e ampliados. É assim que se constrói uma Nação que pratica a justiça social.

O economista disse ainda que entre 2004 e 2008, a média anual de geração de empregos formais foi de

1,4 milhão de postos de trabalho, contra 650 mil empregos ao ano entre 1999 e 2003.

Nas palavras dele"... há uma recuperação gradual e, em setembro de 2009, já atingiu o ritmo de geração de emprego formal de antes de setembro de 2008. Houve queda em dezembro fechando o ano com 995 mil postos de trabalho"

O que eu achei muito interessante e positivo é que uma das causas apontadas para isso é o expressivo aumento da escolarização. Segundo Néri, esse é um determinante na oferta de vagas com carteira assinada.

Outra provável causa é a criação do Simples (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições) para micro e pequenas empresas. Isso seria responsável pelo aumento de 60,4% na criação de empregos formais.

Sr. Presidente, só posso terminar dizendo, parabéns Brasil, nós estamos no caminho certo mas, volto a afirmar que uma das maneiras de reduzirmos o desemprego é a redução da jornada de trabalho.

Com a aprovação do projeto que apresentei em parceria com o Senador Inácio Arruda, poderemos dar melhor qualidade de vida aos nossos trabalhadores e dar emprego a muitos que estão sem expectativas de um futuro melhor.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meados dos anos 70 e início da década de 80, ganhou força no Brasil um movimento em favor da redemocratização. Essa ação culminou em 83 com as "Diretas Já" que levaram milhares de pessoas às ruas pela possibilidade de eleições diretas para a presidência da República. O país e nossa gente vivia em um período ditatorial e ansiava por direitos, por exercê-los em sua liberdade.

O movimento rendeu frutos e, em 1985, tivemos a volta do poder civil à presidência. Nos anos que se seguiram, mais especificamente no período entre 1987-88, foi formada a Assembléia Constituinte, da qual fui deputado.

Dos inúmeros debates ali travados, construímos o principal instrumento democrático de nosso país: a Constituição Federal. Firmamos então nossa decisão a favor de um governo democrático.

Nossa Carta Magna conservou a forma de governo presidencial. Ficou garantido que os brasileiros escolheriam seus governantes por meio de seus votos, diretos e secretos. E foi isso que fizemos em 1989.

De lá para cá já tivemos cinco eleições diretas (1989, 1994, 1998, 2002 e 2006) e, em 2010, realizaremos mais uma. É fundamental, nesse contexto, que

as pessoas saibam o quanto são importantes para que essa democracia seja posta em prática.

Apesar de já estarmos vivendo em um país democrático, nós construímos essa condição dia após dia. E todos, independentemente de suas profissões ou idades, tem papel de destaque nesse trabalho...

Digo isso pois quando votamos, estamos decidindo nosso futuro pelos próximos quatro anos. Afirmamos isso porque exigir o cumprimento de uma Lei, é exercer a democracia, é servir de exemplo para que outros façam o mesmo.

E, é também nesse contexto que entramos nós, legisladores. Nosso papel é o de fiscalizar, debater e de aprovar projetos e propostas que viabilizem e efetivem os preceitos dispostos em nossa Constituição a qual, como muitos sabem, ampliou os direitos sociais.

Nessas quase três décadas de vida pública já vi diversos avanços. É claro que muito pode ser feito ainda, mas é inegável que estamos no caminho.

Um exemplo de conquista foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Uma Lei foi fundamental na forma de o país perceber as crianças e adolescentes, os quais, até então, eram divididos em basicamente duas classes: a dos filhos de uma elite dominante e os filhos de pessoas pobres, às margens da sociedade. Aos primeiros eram dados direitos, já aos segundos, cabia sempre uma situação de irregularidade, com total falta de respeito aos Direitos Humanos. Ou seja, não havia futuro para esses jovens.

Ainda hoje temos resquícios desse pensamento e dessa realidade, é fato. Isso porque não há maneiras de alterarmos as formas de pensar e de agir de todo um povo de uma hora para outra. Mas as pessoas já tem um conhecimento maior de seus direitos e veem as crianças como crianças, adolescentes como adolescentes. Ainda existem muitas injustiças? Certamente, e cabe a nós, enquanto cidadãos, denunciá-las.

É o que digo também às pessoas que lutam para que os direitos garantidos via Estatuto do Idoso, matéria de nossa autoria, sejam colocados em prática.

Conforme o IBGE, existem hoje no país cerca de 20 milhões de pessoas com mais de 60 anos, representando quase 11% da população. As previsões são de que em 2050, o Brasil seja o quinto maior país em população idosa do mundo.

Diante de dados como esse não há como, enquanto legisladores, ficarmos impassíveis. Desde 1991, por exemplo, as aposentadorias e pensões deixaram de receber os mesmos percentuais de reajuste concedidos ao salário mínimo.

Como resultado temos perda do poder de compra desses benefícios que alcançam os 75%. Se somarmos a isso as perdas provocadas pelo fator previden-

ciário – 35% para homens e 40% para mulheres, no ato das aposentadorias-, veremos que essas pessoas estarão, em breve, recebendo apenas o equivalente a um salário mínimo, independente do quanto tenham contribuído.

O que os governos vem alardeando ao longo dos anos é um suposto déficit da previdência. Porém, o superávit da Seguridade Social, sem a incidência da DRU, entre 2000 e 2007 foi de R\$ 400 bilhões. Com a DRU esse número cai para R\$ 140 bilhões. Nesse sentido a PEC 24/03, de nossa autoria, proíbe qualquer bloqueio ou contingenciamento dos recursos da Seguridade.

Um país mostra seu valor pela forma como trata suas crianças e seus idosos e, na década de 80, durante a Constituinte, vimos que lamentavelmente o Brasil não olhava de maneira adequada para essas pessoas. Nossa Constituição, como dissemos, garantiu direitos a, por exemplo, crianças, adolescentes e idosos e coube a nós, legisladores, efetivá-los.

Uma democracia é dinâmica. Ela está em constante mutação, pois as necessidades de um povo também são assim. Por isso, é uma luta constante. Temos no Congresso nacional milhares de projetos em debate.

Não podemos minimizar a importância de nenhuma matéria. Porém, acreditamos que devem ter prioridade aquelas direcionadas ao maior número de brasileiros e àqueles que estão, de alguma forma, excluídos. Nesse contexto podemos destacar, por exemplo, discussões em torno de políticas que visam a proteção do meio ambiente e as que buscam garantias no campo da saúde, da segurança e da educação.

Sou defensor do ensino de qualidade e do ensino profissionalizante como forma de resgate e inclusão social. Por isso em 2005 apresentei a PEC 24 que cria o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante (Fundep).

Outro ponto importante e que merece atenção diz respeito aos debates em torno do estatuto dos Povos Indígenas. Pessoas que há anos não tem seus direitos, sua cultura, seus costumes respeitados.

Na mesma linha podemos citar o Estatuto da Igualdade Racial, de minha autoria. A Constituição garante que todos são iguais, independente de gênero, cor da pele, idade ou classe social. Mas o que vemos e o que as pesquisas dão conta, mostram que ainda não atingimos o ideal. Sabemos que a maioria de nossa população (48%) é formada por negros, porém praticamente não os vemos em universidades, cargos profissionais mais elevados seja nas áreas privadas, no executivo, legislativo, Judiciário e mesmo nas Forças Armadas.

Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo mostrou que 87% dos brasileiros admite que há discriminação racial no país, porém apenas 4% da população se considera racista. Novamente aqui precisamos de uma mudança cultural. Acredito que o instrumento legal que podemos utilizar para auxiliar nessa mudança são as Leis, daí a importância do Estatuto.

Com a aprovação de políticas afirmativas acredito que em alguns anos todos seguirão os seus caminhos. Assim, não precisaremos mais falar dos Estatutos do Idoso, do Índio, da Mulher, da Igualdade Racial, das Pessoas com Deficiência, também de minha autoria, enfim, das políticas voltadas a assegurar Direitos Humanos e Sociais.

E a meu ver a garantia dessas políticas e direitos passa pela base, ou seja, pelas cidades. Afinal, é nos municípios que as coisas acontecem. Nessas localidades os brasileiros cobram e exigem de seus prefeitos que o posto de saúde funcione adequadamente, que tenha professores nas salas de aula, dentre outras coisas.

Nesse contexto, um tema que cada vez mais requer urgência e decisão política é a revisão do Pacto Federativo brasileiro. É preciso modificar a atual distribuição de direitos e deveres entre União, distrito federal, estados e municípios. O governo federal fica com 60% dos recursos. Ao passo que os estados ficam com 25% e os municípios 15%.

É fato que nas últimas décadas, essa disparidade tem causado inúmeros problemas para estados e municípios que ficam na dependência do Poder Central. As administrações municipais assumiram inúmeros encargos e atribuições de responsabilidade da União e dos estados. Enquanto, de maneira contrária, a participação dos municípios no bolo tributário diminuiu.

Os estados, por sua vez, também possuem problemas financeiros, ocasionados pela falta de repasses de verbas da União. Por isso, um novo pacto federativo deve efetivamente construir agendas sociais focadas na melhoria de vida e bem estar da população, com o devido corte das diferenças. Um pacto federativo com responsabilidade social que caminhe junto com políticas públicas contra as desigualdades regionais.

E, como é de se esperar, não há como efetivar políticas e ações sem recursos financeiros. Pensando numa solução para amenizar esse problema apresentei a PEC 23/05 que tem por objetivo regionalizar as discussões do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A idéia é instituir o Orçamento Participativo em âmbito federal. Uma idéia que não é nova, mas que

se justifica pela proposta democrática de assegurar a participação do cidadão.

No meu entendimento a melhor fórmula de gestão pública é aquela que inclui a participação popular no processo decisório. Acredito que um orçamento participativo poderá evitar a maior parte dos desvios de recursos, pois a população saberá o quê e como fiscalizar. Julgamos ser um avanço e que se for implantado só irá gerar bons frutos.

Além disso, no combate a corrupção seria muito bom se o Congresso aprovasse o projeto 209/05, de minha autoria, que prevê que os crimes de corrupção ativa e passiva se tornem insuscetíveis de fiança e de liberdade provisória.

Na mesma linha é preciso se pensar em uma reforma política a qual, na minha visão, engloba o voto distrital misto, a fidelidade partidária, o financiamento público de campanha e o fim do foro privilegiado.

Defendo uma lei eleitoral que combata os interesses de grandes grupos políticos. Isso dará maior transparência às ações. E nesse ponto insisto: a população tem de observar quem a representa e votar diferente.

De nossa parte, é preciso ouvir mais a população, planejar um orçamento e uma legislação que inclua os seus anseios, que valorize o homem e o meio ambiente em programas de cidadania, inclusão, segurança pública e direitos humanos.

Há muito a se fazer. Basta começarmos e enfrentarmos as dificuldades. A batalha precisa ser incansável. A cobrança sobre nós, homens públicos, deve ser constante. Assim como deve ser firme a luta de cada um por seus direitos.

Nesse contexto a arma que o cidadão tem é o voto, um item fundamental para avançar sempre na melhoria da qualidade de vida de toda nossa gente. Sonhamos com um país onde todos possam viver e envelhecer com dignidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento, o da vez aqui é Adelmir Santana. Mas há um compromisso com o Senador Acir Gurgacz, que vai pegar um avião.

São dois brilhantes Senadores, empreendedores, realizadores, e Acir Gurgacz esqueceu de colocar o nome aqui. Eu, porém, assumi o compromisso de atendê-lo, já sabendo que V. Ex^a, Senador Adelmir Santana – V. Ex^a é de Brasília –, é sempre muito cordato e solidário.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Não serei eu quem vai impedir que o Senador chegue até Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a hoje simboliza a esperança de melhores dias no Distrito Federal. V. Ex^a não se omitiu um instante da problemática, tem enfrentado a situação com muita firmeza e com muita clareza. Os pronunciamentos de V. Ex^a têm enriquecido o debate e têm dado uma contribuição de luz para o imbróglio que estamos vivendo.

Com a palavra, como havia me comprometido, o Senador Acir Gurgacz.

Agradeço ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou voltar aqui ao assunto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Permita-me interrompê-lo rapidamente. É só para autorizar o Secretário Executivo a atender a solicitação do Senador Paulo Paim, que solicitou a transcrição, na íntegra, dos pronunciamentos que fez.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Muito bem.

Quero voltar ao assunto que iniciamos ontem, Presidente, quando falamos sobre a importância da emancipação política de Extrema de Rondônia. Assim como quer a população daqueles distritos, aconteceu com os demais municípios de Rondônia: emanciparam-se, cresceram e estão se estruturando, tomando as decisões administrativas de acordo com sua visão, o seu entendimento em relação ao que é melhor para suas comunidades.

Quero, mais uma vez, dar o meu apoio ao “sim” para o plebiscito do dia 28 de fevereiro e peço à população de Porto Velho que também diga “sim”, apoiando o futuro município de Extrema de Rondônia.

É importante a emancipação desses distritos, pois só assim vamos ver Rondônia se desenvolvendo, e esses municípios crescendo. Isso aconteceu com outros municípios, como Ji-Paraná, Vilhena, Guajará-Mirim, Rolim de Moura, Ariquemes, Cacoal, enfim, outros tantos municípios que foram emancipados e, a partir da emancipação, passaram a se desenvolver e a construir a sua própria economia. Tendo isso em mente é que venho aqui hoje, mais uma vez, dar esse apoio aos distritos, ressaltando a importância do futuro município de Extrema de Rondônia.

Um outro assunto importante, Sr. Presidente.

O Ministério da Saúde divulgou uma pesquisa com relação à dengue no País, mas não incluiu nesse estudo o Estado de Rondônia, que sofre muito com a dengue neste momento. Já houve uma queda, sabe-

mos disso, mas ainda temos muitos problemas com a dengue no Estado de Rondônia, em praticamente todos os seus municípios. Então, pedimos uma atenção especial do Ministério da Saúde para que não esqueça de atender o nosso Estado de Rondônia.

Reiteramos, portanto, o pedido ao Ministério da Saúde para que dê uma atenção especial ao Estado de Rondônia. As pessoas lá estão sofrendo muito. Já tivemos dias em que alguns municípios não tiveram leitos para atender a população, não havia leitos em hospitais públicos nem em hospitais particulares. Então, é importante e é necessária uma atuação mais forte de nosso Ministério para nos ajudar a combater a dengue no Estado de Rondônia.

Presidente, era isso o que eu tinha a comunicar. Muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, como já havíamos anunciado, a palavra é do Senador Adelmir Santana, que cedeu seu lugar a Acir Gurgacz.

Adelmir Santana é esse bravo Senador pelo Distrito Federal que tem mostrado, diante desses acontecimentos desagradáveis da política, que pertence a todos nós, a sua presença e a sua firmeza em pronunciamentos muito lúcidos, ensinando ao Brasil que não temos de estuprar a Constituição, temos de nos aproximar da Constituição – aí está Marco Maciel, que simboliza e entende muito bem isso. Temos de entender que a Roma antiga já se aproximava do Direito. Desde o primeiro escrito do Imperador Justiniano, quer dizer, lá na época daqueles Césares, buscava-se uma aproximação das leis. Então, nós somos daquele...

E esta Casa tem dado o exemplo.

Nós vivemos a complicação da morte de Getúlio Vargas. Café Filho, impossibilitado por doença; Carlos Luz assumiu e ligou-se a um grupo que não queria obedecer o resultado da eleição de Juscelino Kubitschek. Liderado por Carlos Lacerda, exigiu uma maioria absoluta que, naquele tempo, não constava da Constituição. Juscelino Kubitschek teve 36% dos votos, mas era assim que rezava...

Então, esses udenistas, liderados por Carlos Lacerda e Carlos Luz, pegaram a maior fragata brasileira, Tamandaré, com o almirante que mais entendia de balística, o Almirante Carlos Pena Boto, e ameaçaram torpedear o Palácio do Catete. Foram buscar apoio de Jânio Quadros, que demonstrou ter muito juízo ao não participar da ação, Senador Marco Maciel. Aí o General Lott fez aquele movimento militar, mas o Congresso mostrou sabedoria e colocou Nereu Ramos, Senador de Santa Catarina, que presidiu este País muito bem; como Presidente do Senado, não se afastou, e Juscelino assumiu.

E Juscelino Kubitschek deu um grande ensinamento – é para o PT aprender. Juscelino saía do Governo com essa maioria estrondosa, com o polo automobilístico do Sul, com Brasília aqui no centro e com a Sudene para o Marco Maciel lá no Nordeste. Quiseram que ele fosse reeleito, mas ele disse “não”, que não iria se afastar da Constituição.

Nós, então, temos de nos aproximar da Constituição. É assim que nós entendemos.

Eu estou falando, como quis Deus neste momento, representando a Presidência deste Senado.

E V. Ex^a é um Senador que, desde o primeiro instante, advertiu no sentido de que encontrássemos essa paz, paz que só pode estar onde Rui Barbosa disse: “Só tem um caminho e uma salvação, a lei e a justiça”. E a Constituição é o conjunto de leis.

Com a palavra este extraordinário Senador que lidera o momento da legalidade em Brasília.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, que preside esta sessão. V. Ex^a destacou bem: eu tenho me posicionado sempre na defesa do respeito da linha sucessória com relação às questões de Brasília. Hoje, entretanto, apesar de todos esses acontecimentos, que cada vez mais recrudescem em nossa cidade, eu tecerei considerações sobre outras matérias.

Há poucos dias, Sr. Presidente, ocupei esta tribuna para fazer algumas considerações sobre as oportunidades perdidas pela Nação brasileira. Declarei aqui que o Brasil tem desperdiçado muitas oportunidades para avançar e conquistar a estabilidade institucional tão necessária para assegurar a governabilidade e afirmei que, em todos os anos em que há eleições gerais no País, tem-se um instante propício à reflexão sobre os nossos principais problemas, sobre as nossas aflições e possibilidades, porque geralmente se abre um espaço amplo para o diálogo democrático.

Minhas preocupações estavam, naquele instante, voltadas para o projeto de nação que desejamos. E abordei a questão do sucessivo adiamento das reformas estruturantes, como a reforma política, a base de todas as reformas, a tributária, que, no meu entendimento, pode ser feita cartesianamente, isto é, começando por pontos menos polêmicos e traumáticos para a Federação.

Vejo que agora é o instante de se aproveitar as janelas de oportunidades que aí estão, brechas históricas que permitem ao País ingressar em novas fronteiras do desenvolvimento econômico e social. Estou convencido de que esta é a hora de fazer acontecer. Estamos diante de um momento raro para o País avançar

e alcançar o grau de desenvolvimento que almejamos, com melhoria real do bem-estar das pessoas.

Penso que as disputas eleitorais deste ano não devem toldar, de forma alguma, as nossas visões e impedir que nos dediquemos a um diálogo aberto e franco, que una todas as facções políticas desta Casa em favor do Brasil, em favor de projetos permanentes de nação que visem, sobretudo, o bem-estar dos brasileiros e das futuras gerações.

Como tantos pares desta Casa, creio que o filósofo *Norberto Bobbio*, muito citado pelo Senador Maciel sempre que se refere a questões políticas, cuja sabedoria deixou um legado importante para o mundo, sobretudo para nós que nos dedicamos ao exercício da política, teve razão ao afirmar que *“o objetivo do diálogo não é demonstrar quem é o melhor, mas chegar a um acordo ou, pelo menos, clarear as idéias de ambas as partes”*. E é isto que peço aos meus pares neste momento crucial para o destino futuro do Brasil: diálogo e compreensão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inegável que a recente crise mundial provocou prejuízos a todas as nações. Alguns países foram menos atingidos do que outros, como o Brasil, que, diferentemente de outras ocasiões, havia feito o dever de casa na hora certa e, assim, pode enfrentar a turbulência sem colocar em risco as conquistas duramente alcançadas, certamente mediante sacrifícios da sociedade.

O Brasil pagou parte dessa indigesta conta. Felizmente, essa situação, ao que tudo indica, está mudando. O recente encontro de Davos, na Suíça, deu os primeiros sinais da recuperação da economia mundial. E muito se ouviu falar do sucesso dos emergentes, da pujança de suas economias, caso em que se situam o Brasil, a Índia e a China, todos eles com projeções mundiais de crescimento numa faixa que vai de 5% a 10%.

Não é por outra razão que o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, a OMC, Pascal Lamy, declarou que os emergentes foram mais bem conduzidos no período pré e pós-crise. Ele argumentou que o Brasil, pela primeira vez na história, teve uma reação macroeconômica anticíclica apropriada, pois já vinha de uma estabilidade pré-crise. E anunciou profeticamente que a retomada do comércio internacional já começou.

É esta, portanto, a nova janela de oportunidade que podemos antever para o Brasil.

Essa crença está em linha também com o nível de confiança revelado no encontro internacional de Davos, realizado no início do mês. Pesquisa da consultoria PricewaterhouseCoopers indicou que o otimismo dos executivos sobre o crescimento da receita

nos próximos doze meses aumentou, e aumentou razoavelmente, considerando-se as evidências de que o pior da crise já ficou para trás.

Embora haja ainda muito ceticismo em relação ao futuro imediato, sobretudo após a eclosão da crise recente na Grécia, que se reflete principalmente nas economias da Itália, Portugal e Espanha, há uma percepção generalizada de que o risco se tornou um elemento permanente no processo de planejamento estratégico dos países.

Em que pese tal percepção, há uma expectativa entre os executivos internacionais de que o Brasil é o país que mais vai criar empregos nos próximos doze meses, como consequência natural da vitalidade de sua economia revelada principalmente no período da crise.

Essa pesquisa também se alinha às estimativas divulgadas ao final de janeiro pelo Fundo Monetário Internacional. O FMI já prevê uma recuperação da economia em ritmo mais acelerado do que imaginava em relatórios anteriores. De acordo com esses estudos divulgados, o FMI prevê uma expansão das atividades econômicas no ano de 3,9% – contra 3,1% do estudo de outubro do ano passado – e de 4,3% para o ano de 2011. Esse é o índice preconizado pelo FMI.

Para o FMI, as medidas adotadas pelos governos mundiais surtiram os efeitos desejados. A instituição avalia que a mudança de sinal de recuperação de estoques e a força do consumo nos Estados Unidos contribuíram fortemente para isso.

Ainda de acordo com o relatório do FMI, as economias avançadas deverão ter um crescimento econômico da ordem de 2,1%, enquanto os emergentes deverão ter uma expansão da ordem de 6%. E, neste particular, Srs. Senadores, também se apresentam melhores perspectivas para o crescimento da economia brasileira. O Fundo Monetário Internacional elevou a projeção de crescimento da economia do Brasil para 4,7% este ano, contra a expectativa anterior de 3,5%.

Nesse novo cenário, o Brasil continuará, todavia, crescendo em ritmo mais lento do que o das economias emergentes, que deverão apresentar expansão, este ano, na casa de 6%, como afirmei anteriormente, com a China crescendo 10% e a Índia, 7,7%, segundo aponta o FMI.

Também o Banco Mundial apresenta projeções conservadoras com relação ao crescimento do PIB brasileiro. Pela previsão do Bird, o PIB brasileiro se expandirá em 3,6% graças à recuperação do investimento e do consumo, bem como pela forte demanda dos produtos pela China.

Mas esse cenário pode ser ainda melhor para nós. Os números do FMI contrastam com os prognósticos

de crescimento do Ministério da Fazenda, cuja expectativa é de que a alta do PIB brasileiro será de 5,2% em 2010. Mais otimista ainda, o Banco Central estima que esse crescimento do PIB deve chegar a 5,3%.

Corroboram essas expectativas as projeções do Instituto Internacional de Finanças, para o qual o fluxo de capital privado para mercados emergentes deve crescer 66% este ano, com Brasil e China liderando o processo. Para o Instituto Internacional de Finanças, o fluxo líquido de capital para mercados emergentes deve alcançar a cifra de US\$722 bilhões.

Na mesma direção, projeções da Fundação Getúlio Vargas consideram que a última crise econômica foi a mais curta desde 1980. Mas, para o bem da economia brasileira, antes dela registrou-se um período de 61 meses de expansão econômica, de junho 2003 a julho de 2008. O próprio Presidente do Banco Central, nas vezes em que esteve aqui no Congresso, foi taxativo em afirmar que havia inúmeros trimestres em que o Brasil apresentava crescimentos sucessivos.

Para o economista Paulo Pichetti, um dos responsáveis pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas, a pior crise ocorreu em dezembro de 2008, quando houve um corte na produção da indústria, a adoção de férias coletivas e muitas demissões nas empresas.

Felizmente, a recuperação iniciada em janeiro de 2009 confirma estes prognósticos. O Brasil poderá viver, a partir de agora, um novo ciclo de crescimento em virtude, sobretudo, da melhoria dos fundamentos da economia do País: estabilidade da moeda, expansão do mercado interno e mudanças nas regras para o câmbio, que flutua ao sabor do mercado, isto é, o câmbio flutuante.

Fatos que comprovam teses antigas do eminente e saudoso economista Celso Furtado, proclamado muitos anos antes. Dizia Celso Furtado: “O Brasil precisa conciliar a busca prioritária do desenvolvimento com critérios de distribuição social”. É o que estamos fazendo desde o Governo Fernando Henrique, com o advento do Plano Real, ao Governo Lula – é bom que se reconheça isso –, com as políticas compensatórias, com a política de compensação social e de redistribuição de renda.

Como se vê, embora ainda sejam contraditórios os sinais de recuperação da economia mundial, o Brasil mudou e situa-se em uma posição bastante confortável se comparado com o resto do mundo. E as pequenas empresas, principal reduto da geração de postos de trabalho, assumem papel de destaque para a retomada do emprego, do crescimento econômico e para a melhoria da distribuição da renda nacional.

Os fatos confirmam essa preleção. Pesquisa divulgada por instituição financeira no início de fevereiro

revela que os pequenos e médios empresários dos mercados emergentes estão otimistas em relação a 2010. Segundo a enquete, esses empresários manifestam intenção em aumentar seus investimentos.

O Brasil, mais uma vez, é destaque nessa pesquisa. Ostenta um dos maiores índices de confiança entre os emergentes. Índia, Chile e alguns países da América Latina, entre os quais o Brasil, apresentam cenários de crescimento econômico expressivo em razão do foco econômico voltado para os seus mercados internos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem pressa. Não pode perder essa oportunidade que bate à porta. Apresenta-se, não temos dúvidas, o momento propício para fazer o que for possível, ao nosso alcance, para posicionar melhor as pequenas empresas para melhorar o ambiente em que elas atuam.

É necessário estabelecer uma agenda pró-desenvolvimento, definir estratégias lastreadas no vigor da economia nacional e construir um plano de ação para ocupar os espaços que ora se apresentam ao Brasil. E essa agenda passa necessariamente pelo fortalecimento dos pequenos negócios. Registro, a propósito, o lúcido depoimento do Prof. Marcio Pochmann, Presidente do Ipea, no qual ele assinala: “Os pequenos empreendimentos não perderam importância relativa na geração de trabalho e renda, obtendo adicional potencial de expansão associado ao movimento de terceirização da produção de bens e serviços”.

Para Marcio Pochmann, o futuro das ocupações está cada vez mais calcado no segmento das pequenas empresas. Ele lembra que 27,1% do total de trabalhadores assalariados do País estão hoje empregados nas pequenas empresas.

O segmento todo era constituído, até 2008, por 31 milhões de ocupações. Naquele ano, o rendimento médio mensal do conjunto de ocupados nos pequenos empreendimentos foi de R\$902,00, sendo R\$633,03 para os empregados assalariados, R\$2.607,00 para os empregadores e R\$807,34 para os trabalhadores por conta própria, números que somados revelam a força e o potencial dos pequenos negócios.

Nós, aqui no Congresso, a aprovarmos o Super Simples e o Empreendedor Individual, criamos o ambiente para favorecimento dos pequenos negócios brasileiros. Eu, como Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, como presidente de algumas instituições empresarias, sinto que o momento é oportuno para o Brasil.

O segmento dos pequenos negócios continua sendo o maior gerador de novos postos de trabalho, promovendo, entre outros importantes avanços, a subs-

tancial queda na taxa de pobreza absoluta: de 30,8% para 17,4%, entre os anos de 1989 e 2008.

De acordo com estudos do Ipea, o comércio foi responsável por 43,9% de todas as vagas abertas nas pequenas empresas nesse período, seguido pela construção civil, que ficou em segundo lugar, com 15,8% da oferta de novos empregos. O estudo acrescenta que, a persistir a mesma taxa de expansão média anual da ocupação de empreendimentos privados não agrícolas com até dez trabalhadores, verificada no período em estudo, o Brasil deverá registrar em 2020 46% do total de postos de trabalho pertencente aos pequenos negócios.

A conceituada Fundação Getulio Vargas (FGV) também examinou os impactos da crise internacional e seus efeitos sobre a população brasileira. Em estudo recente, a Fundação identificou uma mudança na mobilidade social do País. A crise afetou, segundo dados da Fundação Getulio Vargas, as mudanças das classes socioeconômicas verificadas desde 2004, travando o crescimento das classes consumidoras formadas pelos grupos de renda A, B e C. De acordo com esse estudo, a crise jogou 4,2 milhões de brasileiros que integravam as classes A e B para as classes C, D e E, mas, em compensação, o estudo demonstra que 4,7 milhões de pessoas emergiram da classe C e ascenderam na pirâmide.

Projeções realizadas pelos pesquisadores da FGV revelam perspectivas otimistas em relação ao futuro do País, caso o ritmo de crescimento recupere a média dos cinco anos antes da crise. Nessa hipótese, a faixa de pobreza, onde hoje estão 17,42% dos brasileiros, cerca de 33 milhões de pessoas, cairia pela metade e, assim, o mercado consumidor, compreendido pelas classes A, B e C, receberia milhões de novos integrantes.

Sr. Presidente, meus caros companheiros Senadores, para concluir, reafirmo que tenho defendido nos mais diferentes polos empresariais...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Ademir Santana, solicitaria que me fosse dado um aparte para cumprimentar V. Ex^a pelas considerações que expende nesta manhã de hoje no Senado Federal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Com muito prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Realmente V. Ex^a tem razão quando chama a atenção para o fato de que o Brasil atravessa um momento de prosperidade; isso, a meu ver, tem a sua raiz no Plano Real, que é, sem dúvida, o mais bem sucedido plano de estabilidade econômica que o Brasil já conheceu, algo sem precedentes, quer no período Republicano, quer no

período ainda do Império. Eu diria que graças ao Plano Real foi possível ao Brasil ter um programa de estabilidade econômica que está permitindo não somente o crescimento da economia, mas também um grande trabalho no campo de melhoria da condição social do nosso povo. O desenvolvimento não é só crescimento econômico, a palavra desenvolvimento abarca, além do crescimento econômico, o desenvolvimento social, a redução das desigualdades e o fim das assimetrias ainda muito significativas em nosso País, mercê da extensão do seu território. Portanto, manifesto a V. Ex^a minhas congratulações pelo discurso que realiza nesta Casa, na manhã de hoje, e aproveito a ocasião para dizer também que V. Ex^a tem razão quando insiste, como temos feito com frequência, na necessidade das reformas políticas, porque sem elas, certamente, não vamos melhorar os níveis de governabilidade, nem criar um vertebração necessária a um processo sustentado de um verdadeiro desenvolvimento, que significa justiça social também.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Exatamente dentro do meu pronunciamento, eu dizia que é importante que haja o desenvolvimento econômico com critérios na questão da distribuição social. E fazia referência a que isso tudo, na nossa opinião, começa, efetivamente, no Governo Fernando Henrique e com o Plano Real, porque a inflação – e a falta de controle – é o imposto mais perverso contra aqueles que são mais pobres, os que menos têm acesso às informações e à questão bancária.

Então, ao se consolidar a estabilidade da moeda, na verdade, evitamos o descompasso e as dificuldades que tinham os trabalhadores entre os preços e a remuneração. Então, foi o início, eu disse aqui, da mudança econômica que aconteceu no Brasil e cuja continuidade, certamente, foi dada pelo Presidente Lula, por meio do seguimento com os programas sociais de compensação, enfim os programas de distribuição de renda compensatórios.

Agradeço a V. Ex^a.

Como eu dizia, para concluir, reafirmo o que tenho defendido aqui e nos mais diferentes fóruns empresariais. Este é o futuro que espera o Brasil. Quem sabe, logo ali, adiante! Mas, para isso, temos que, novamente, fazer com cuidado nosso dever de casa.

Mais uma vez, deparamo-nos com a necessidade de promover mudanças; realizar, entre outras tarefas, um mutirão que seja capaz de elevar o segmento das pequenas empresas a um novo patamar de prioridade.

Creio ser necessário que o Congresso aprove, por exemplo, uma série de medidas complementares

ao fortalecimento dos pequenos negócios brasileiros. Já tivemos a oportunidade de apresentar uma série de projetos que complementam a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o Super Simples, o empreendedor individual, tudo isso objetivando melhorar o ambiente para os investimentos econômicos, o que vai muito ao encontro, inclusive, da Campanha da Fraternidade, que agora se inicia, promovida pela Igreja Católica e de outras Igrejas que comungam dos mesmos princípios.

Ademais, Sr. Presidente, estou convencido ser fundamental que Estados e Municípios se conscientizem da importância de sua parcela de responsabilidade para o sucesso dos pequenos negócios, das pequenas empresas.

O Programa Empreendedor Individual, aprovado pelo Congresso no bojo da Lei do Super Simples, é um exemplo do que estou falando: uma ferramenta valiosa para transformar a realidade do nosso País, mas que depende de vontade política para sair do papel.

Todos sabem que, com esse programa, milhões de brasileiros sairão da clandestinidade social e passarão a integrar o mundo real da formalidade; terão cidadania e farão jus a inúmeras garantias sociais, tais como aposentadoria, licenças em caso de doença e acidentes de trabalho, pensão por morte e invalidez, e as trabalhadoras terão direito à licença-maternidade, como qualquer outro trabalhador ou qualquer outro empreendedor.

Com ele – com o Super Simples ou com o EI (Empreendedor Individual) –, amplia-se não só a base de assistência social, mas também a rede de arrecadação governamental, promovendo-se, ao mesmo tempo, mais justiça fiscal para todos os contribuintes. O programa é revolucionário e se impõe neste momento tão importante da nossa história.

O Senado não pode, de forma alguma, eximir-se de suas responsabilidades neste momento tão crucial da vida nacional. Deve enfrentar, de forma ativa, todas essas questões, fortalecendo o debate em torno de ideias que ajudem o Brasil a crescer e a distribuir melhor os benefícios de suas riquezas à maioria da sua população.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Adelmir Santana, vemos a necessidade destas sessões não deliberativas das sextas e segundas-feiras, quando os Srs. Senadores têm tempo para apresentar as teses mais delicadas e mais profundas. Assim foi o pronunciamento do Senador e vitorioso empresário, dirigente do

Sistema S em Brasília, respeitado no País e no mundo, o empreendedor e Senador Adelmir Santana.

Convidamos agora o Senador Pedro Simon, que falará por cessão de Antonio Carlos Valadares. O próximo orador é o Senador Mozarildo Cavalcanti; depois, Marco Maciel; em seguida, Mão Santa e Eduardo Suplicy.

Este é o Senador Pedro Simon.

V. Ex^a tem que ser chamado Pedro – o grande, já houve – nosso do Brasil, o Senhor Ética.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante do contexto em que estamos vivendo, tenho me esforçado, vindo à tribuna bem mais vezes do que venho normalmente, porque acho que estamos vivendo um momento importante, no que tange aos rumos que está tomando a sociedade brasileira.

Nos acontecimentos de Brasília, há o lado do debate, há o lado da discussão, há o lado da preocupação que temos em torno dos fatos acontecidos. Temos que tirar algumas lições, e o que é mais importante: tem sido aberto um debate em torno do que podemos aproveitar com relação à situação que está acontecendo. Uma grande vitória já aconteceu: o Judiciário agiu com muita diferença neste caso em relação a alguns casos anteriores.

A atuação do Relator do Superior Tribunal de Justiça, a política interna, a fórmula pela qual ele terminou de dar o voto, sem esperar que saísse o *habeas corpus* do voto do Relator ao Supremo, mas, meia hora depois, caso inédito, reúne-se o Superior Tribunal e, por 14 a 2, toma a decisão – 12 a 2, não sei –, acatando o voto. E o *habeas corpus* foi para o Supremo, e o Relator, Marco Aurélio, num voto importantíssimo, confirmou a prisão.

A importância desse ato, com todo respeito ao Governador Arruda, por quem tenho o maior carinho, foi nosso colega nesta Casa, mas a importância desse ato foi que, pela primeira vez, um homem público, no exercício de seu mandato, dorme na cadeia por algum tempo. Impressionante como isso emocionou a sociedade. Impressionante! Em todos os jornais, todos os articulistas, o que tenho recebido de manifestação... Nas páginas dedicadas aos leitores, nos jornais, há unanimidade em relação a estarmos vivendo um momento novo.

Ninguém é ingênuo para dizer: “Mudou. Agora, vai ser diferente.” Não. Mas foi um passo muito importante no sentido da mudança. É dentro desse contexto que eu continuo o meu pronunciamento hoje.

O Presidente da República enviou um projeto a esta Casa considerando criminosos os corruptores, as

empresas que corrompem funcionários, com escândalo, e apresenta uma série de ameaças, proibindo essas empresas de funcionarem e entrarem em qualquer tipo de obras realizadas pelo Governo, com penalidades pesadas para as firmas que lesem os cofres da União. Projeto interessante, muito, muito importante.

As empresas que participam desse tipo de conluio acabam sendo beneficiadas. Para subornar um servidor, por exemplo, superfaturam”, afirma Mamede Said, professor de direito público-administrativo da Universidade de Brasília (UnB). “São medidas muito salutares para colocar um freio nas ações desonestas”, pondera. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também elogiou a iniciativa do Executivo. Em nota, o presidente da Instituição, Ophir Cavalcante, defende que a mudança “servirá para enfrentar essa relação, muitas vezes espúria, entre o poder público e as empreiteiras. Na corrupção, há sempre dois sujeitos: o corrompido e o que corrompe. (...).

O corrompido, é fundamental que também seja punido, mas quem corrompe, é fundamental que não seja deixado de lado.

É uma nota importante do Governo. É um projeto que está aqui e eu pretendo pedir urgência para a aprovação desse projeto.

É interessante: esse projeto entra aqui e, três dias depois, o Governo veta e o Congresso aceita o veto. O Congresso, no Orçamento, tinha tirado aquelas grandes obras em que o Tribunal de Contas dizia que tinha corrupção, que estavam sob fiscalização e para as quais ainda não tinha sido liberado o direito de andar adiante.

O Governo, de uma maneira surpreendente, inédita, vetou as emendas, apresentadas no Congresso, que retiravam do Orçamento a construção de obras cujos escândalos apontados pelo Tribunal de Contas impediram que andassem. E o Congresso, pobre Congresso... Eu não me lembro de ninguém ter derrubado veto do Governo, a não ser quando o Governo, por engano, erra e pede que a gente derrube o veto. Mas, 15 dias depois de o Governo determinar que obras apontadas com corrupção sejam realizadas, o Governo manda para esta Casa um projeto considerando crime hediondo o das empresas que corrompem funcionários e o das que dirigem métodos escusos para roubar na realização de obras públicas.

Eu venho com essa tese há muito tempo, Sr. Presidente. Há muito tempo.

Tenho, aqui, e apresento cópia:

Requerimento Nº 402/95

De acordo com o §3º do art.58 da Constituição Federal e com o art. 21 e seu parágrafo único, do Regimento Comum do Congresso Nacional, solicitamos a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apuração, no prazo de 12 meses, das denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI do Impeachment e a CPI do Orçamento, conforme documentação anexa.

Justificação. Durante a CPI que investigou as acusações do Sr. Pedro Collor contra o Sr. Paulo César Farias e a que apurou as denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, ambos em entrevistas concedidas à revista Veja, diversos parlamentares manifestaram-se favoráveis à criação de outra CPI destinada a examinar a atuação dos agentes corruptores. No encerramento da chamada CPI do Orçamento apresentei requerimento, aprovado por unanimidade, solicitando “a instalação imediata da CPMI destinada a apurar a ação dos corruptores”. Como outros parlamentares, inclusive em discursos, defendi, sempre, a criação dessa CPI, o que, no entanto, por circunstâncias políticas não ocorreu. A restauração dos valores morais, iniciada com a CPI do Impeachment, tem de prosseguir e, por isso, é imprescindível a investigação dos fatos apontados nas duas CPIs já solicitadas. A Nação não compreende que, após tantas notícias, nada tenha sido apurado e, muito menos, que corruptos e corruptores não tenham sido punidos.

A preocupação em combater os corruptores, sem os quais não haveria corruptos, teve resultados altamente positivos no governo do Presidente Itamar Franco, quando os preços de muitas obras caíram, aproximadamente, 30%. O superfaturamento em obras públicas é uma forma de corrupção indiscutível, que não aconteceria sem o comprometimento de setores da administração. A CPI do Impeachment e a do Orçamento [depois chamada de Anões do Orçamento] afastaram, puniram alguns corruptos, mas os corruptores estão ainda mais impunes e, o que é pior, em plena atividade, razão pela qual considero imprescindível e moralizadora a imediata instalação da CPI que estamos propondo.

Brasília, 15 de fevereiro de 1995.

Eu era Líder do Governo Itamar. No Governo Itamar, nós fizemos a CPI do Orçamento, posteriormente conhecida como CPI dos Anões do Orçamento.

Os fatos geram, e geram exageradamente, apurando Parlamentares e apurando empreiteiras. Eu me lembro de que a situação ia muito bem, muito bem – o Senador Marco Maciel está aqui e lembra muito bem –, o debate ia intenso, até o momento em que a revista *Veja* publicou páginas e páginas sobre a matéria.

O Governo tinha feito uma busca na casa de uma empreiteira aqui em Brasília, no Lago Sul, e nessa casa tinha descoberto uma infinidade de casos, uma infinidade de fatos graves com relação à ação dessa empreiteira com o Governo.

Eu me lembro de que o Senador Bisol me chamou a sua casa. O Senador Passarinho, Presidente da Comissão, não quis ir. Eu fui. E lá eu vi os fatos encontrados naquela casa. E um jovem gordo – pensei que ele era funcionário do Bisol, que era secretário do gabinete do Bisol – era o que mais falava, e mostrava, e explicava e dizia aquelas coisas. Eu me lembro de que eu disse: “Vamos com calma”. Eu acho que o Bisol era muito entusiasta, mas era muito brilhante e muito disposto a botar para fora as coisas que ele sabia. Não tinha a sensibilidade de ver o momento e até onde ele podia ir.

Eu me lembro de que recomendei calma: “Vamos devagar. Vamos devagar”. Mas o jovem que tinha todos os fatos e que estava ali, depois vim a saber, era o chamado jornalista Lula – o nome dele era Lula. Faz tempo que eu não o vejo. O homem da *Veja*. E na semana seguinte publicou tudo aquilo que estava fechado na CPI e que era para ficar em sigilo na CPI. Publicou páginas e páginas.

E aí aconteceu de tudo. Uma das coisas é que havia uma lista em que apareciam nomes de Senadores, quase todos. E aí foi um escândalo. Foi-se ver depois, essa lista era a lista que enviaram para aquele livro de fim de ano, não sei se era uma agenda, não sei o que, e aparecia tudo como pessoas que estavam ganhando dinheiro da empreiteira. Isso criou um ambiente horrível, e nós não conseguimos mais prorrogar os trabalhos da CPI. Não houve jeito. Houve uma revolta por parte de todos e não houve jeito, não conseguimos.

Aí a proposta foi minha. Nós tínhamos um prazo xis para encerrar os trabalhos, e mais adiante não íamos. Aí eu disse: “Nós temos duas saídas: uma é debater, falar sobre tudo, buscar tudo”. E o que se queria inclusive era trazer a empreiteira, abrir um debate em cima dos corruptores. Só que eu achava que, se nós entrássemos nesse caminho, não ia acontecer nada. Ia esgotar o prazo e nada aconteceria. Então, apresentei uma proposta: “Neste tempo que nos falta, vamos completar aquilo que já está pronto, que é apurar os Parlamentares que estavam envolvidos, e vamos assumir o compromisso de que, terminada esta CPI,

imediatamente, nós já convocamos uma para os corruptores. E aí nós vamos ter autoridade”.

Tinha alguém que queria inverter: “Primeiro os corruptores e depois os Parlamentares”. “Aí nós não temos autoridade. Agora, se nós equacionarmos o nosso problema, tivermos a capacidade de cortar na nossa carne” – como se dizia na época –, “depois, ninguém nos tirará a autoridade de ir para cima dos corruptores”. Nessa altura, eu era Líder do Governo, do Governo Itamar Franco. E, no Governo Itamar Franco, todas as atitudes envolvendo qualquer fato, este Senado e a Câmara teriam a mais ampla liberdade.

Acontece que, votadas as conclusões da CPI, cassados os Parlamentares, terminou o Governo Itamar e entrou o Governo Fernando Henrique.

O Governo Fernando Henrique – e o companheiro Marco Maciel é testemunha – foi a continuação do Governo Itamar. Foi seu Ministro das Relações Exteriores e seu Ministro da Fazenda. Como Ministro da Fazenda no Governo Itamar, iniciou o Plano Real. E ele foi o candidato praticamente lançado e apoiado pelo Itamar.

E eu, embora não fosse ele o meu candidato, fechei com o Fernando Henrique e com meu querido companheiro Marco Maciel. Instalado o Governo, foi o caminho natural eu continuar na Liderança que vinha do Governo Itamar. E durante todos os fatos, durante todo o encaminhamento da eleição, da vitória, da transferência, eu exerci esse cargo. E estava nesse cargo quando fui ao Fernando Henrique pedir a instalação dessa comissão. Ele, falando na sua elegância, etc. e tal, mas, na verdade, não deixou constituir. Foi aí que eu me afastei do Governo Fernando Henrique.

Nesse fato e em um outro: nós tínhamos conseguido, no Governo Itamar, algo espetacular. Criamos uma comissão – lembra-se, Senador Marco Maciel? – de, digamos – o termo está meio desmoralizado –, notáveis. Ao lado do Presidente da República, essa comissão, constituída de homens da sociedade, dos mais importantes, tinha autonomia para receber as denúncias graves apontadas contra o Governo e, com prioridade absoluta, fazer as investigações.

O decreto que o criou determinava obediência absoluta de qualquer membro do Governo, inclusive do Presidente, de dar informações.

O Presidente Fernando Henrique a extinguiu. Quando foram ao seu gabinete – eu acredito –, ele jurou que não sabia de nada. Chamou seu chefe de gabinete: “O que é isso?”. Aí foi ver, por um daqueles atos ilícitos de Governo, alguém que ele nunca descobriu quem foi, levou, e ele assinou a extinção da Comissão. E me prometeu criá-la de novo, mas não criou.

Eu apresentei um projeto de lei nesta Casa criando a Comissão, mas não foi aprovado. Aí eu me afastei do Governo Fernando Henrique. Podia ter ficado. Alguns dizem que eu errei, que eu devia ter ficado, que eu podia ter ajudado, podia ter colaborado; saindo, não resolveria nada. Eu tinha uma grande amizade pelo Presidente Fernando Henrique, tinha muito respeito por ele, mas me afastei. E a verdade é que, naquela época, no Governo do Fernando Henrique, e, nesta época, no Governo do Lula, nada com relação a corruptores. Nem no Governo, nem no Congresso e, com todo respeito, nem na Justiça.

Ainda agora, reparem vocês, está um caos Brasília. O Governador está na cadeia, o Vice está numa situação em que dá pena de ver a angústia em que vive: renuncia, não renuncia; o que faz, o que não faz. O Presidente da Câmara chegou de roupa nova – porque sentia que o Governador ia renunciar –, preparando-se para assumir, e não aconteceu.

A Constituição de Brasília, ao contrário de todas as outras, inventa que quem assume no lugar do Governador é o Vice; se não for o Vice, é o Presidente da Câmara Legislativa; e, se não for o Presidente da Câmara Legislativa, é o Vice-Presidente da Câmara Legislativa, para depois vir a figura do Presidente do Tribunal. Como o Vice é do PT, arma-se essa confusão toda.

Fala-se de tudo: corrompeu fulano, beltrano, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê. Mas, e o corruptor? De onde vem esse dinheiro? A gente sabe quem pegou, quem botou no bolso, na meia; a gente sabe quem levou o dinheiro! Mas alguém chamou para depor alguém de alguma empreiteira, que já dava díizimo para o governo anterior – para o governo anterior e para o atual Governo – e que continuaria dando? Alguém está preocupado, alguém analisa, alguém admite, debate a figura do corruptor?

Estou dando um exemplo que é de hoje, de agora. Agora. Está acontecendo agora, aqui, em Brasília. Mas é assim. Por isso, o projeto do Lula é muito importante.

Está aqui o *Correio Braziliense*... Engraçado, sempre penso que quem deveria estar focalizando-me era aquela câmara ali. No entanto, é aquela lá. Então, não entendo, acho que tenho de falar de lado. Não sei se falo para aquela... Mas aquela está apagada, a que está acesa é aquela ali. Então, ainda vou pedir para me explicarem por quê. [*Manifestação fora do microfone.*]

Ah, então aquela é para ti. Então, se puder, vou sentar do teu lado, para falar ali, isso é possível? (*Pausa.*)

Olhem aqui: “Mira no bolso de empresários corruptos”.

Agora, o Lula mandou. É crime hediondo a corrupção de empreiteiros em cima de funcionário e do Governo. É muito bom isso. É claro que o Lula faz isso sem muita autoridade, volto a dizer, porque terminou de vetar – e o veto foi aceito pelo Senado e pela Câmara – para que obras apontadas pelo Tribunal com indícios sérios de corrupção possam continuar. Obras que o Senado e a Câmara, por unanimidade, tinham tirado, proibido. Mas, de qualquer maneira, é uma decisão realmente muito importante.

Interessante a declaração do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo: “Caixa 2 é geral no Brasil, não só na eleição”!

O caixa dois é um fundo de caixa. Ainda agora foram ver a documentação que encontraram na casa do Governador que está preso e teriam encontrado uma série de recibos do seu partido, um talão de recibos, com verbas dadas ao partido, no cofre do Governador.

Então, isto nós sabemos: o que é o caixa dois, o que é a corrupção na vida partidária.

Aqui, dou mérito à Ministra Dilma – e dou demérito ao Presidente Sarney, ao PMDB e ao PT –, quando lutou para que na Petrobras e na Eletrobrás só estivessem técnicos das empresas. E o PMDB, com o Presidente Sarney, e o PT se uniram e derrotaram a Ministra. E lá estão na presidência de uma empresa da Petrobras um presidente do PCdoB, dois presidentes do PMDB e quatro presidentes do PT. E lá está, no Banco do Brasil, um presidente do PT e um vice do PMDB. Lá está, na Caixa Econômica Federal, um presidente do PT. Lá estão na Eletrobrás os homens do PMDB. Esses cargos, que a Ministra brigava para que fossem técnicos, longe da política, hoje são um caixa aberto.

E, quando se fez uma CPI para se apurar a Petrobras, foi um vexame, uma página vergonhosa na história deste Congresso. O meu partido – e agradeço muito – não me indicou; não me vem mais indicando para CPIs, o que, aliás, é algo que vou botar na minha biografia. Quando as CPIs funcionavam para valer, eu estava em todas. Agora, quando elas são mentirinha, sou um *persona non grata* ao PMDB.

É no meio dessa realidade que o Congresso Nacional... Quando nós apresentávamos uma emenda e havia uma ansiedade por parte da sociedade no sentido da moralização da coisa pública... E não tenho nenhuma dúvida: reforma política, fim do voto atual, criar o voto distrital; fim das verbas que cada um pega de campanha, e só verba pública. Cada vez em que falo isso, recebo uma infinidade de cartas, brigando

comigo: “Mas, Senador, é uma roubalheira! Roubam de tudo que é jeito, e ainda querem dinheiro público para fazer campanha? O que é isso Senador!”.

Tenho que olhar para aquela câmara, e olho para a outra. Você, eleitor, tem que entender que o dinheiro que é gasto na campanha, essas fortunas que alguns gastam na campanha, é dinheiro público. Essas empresas que dão montanhas de dinheiro para A, B ou C não dão de boazinhas, é troca-troca. Dão aqui para receberem lá. Dão aqui para receberem na forma de aumentar as verbas de construção da empresa tal, da refinaria tal. Obras que duplicam seu preço porque as empreiteiras estão ali, e todo mundo já está sabendo que foi feito assim: tantos por cento vão para a campanha.

E nós entramos – e eu fui um dos que entraram – com um projeto de lei determinando: em eleição, só verba pública; e todos ganham igual. Eu, um pelado que não tem um tostão, vou fazer campanha igual a Antonio Ermírio de Moraes, que é bilionário e tem uma montanha de dinheiro; mas nem o dinheiro dele ele pode botar na campanha. É assim: nem o dele, quanto mais buscar de fora! Esta é a regra, esta é a norma: verba pública de campanha. Aí toda a sociedade pode fiscalizar. Se, de repente, aparece um candidato cheio de *outdoors*, cheio de propaganda, cheio de não sei o quê, não sei quantos carros distribuídos, qualquer um pode apelar para a Justiça e dizer: olha lá, ele pode gastar R\$15 mil e olha quanto está gastando!

Nós achávamos que tinha chegado o momento exato de aprovarmos apenas verba pública de campanha, e o que é que acontece? O Congresso rejeita a verba pública de campanha. Mas vai além. O normal é que as empreiteiras, as empresas, os bancos que dão verba para o candidato, eles tenham que dizer: dei tanto para o Simon, dei tanto para João, tanto para o Manoel. Isso tem que aparecer. É verdade que no Brasil aparece depois da eleição. Tenho um projeto que determina que, 30 dias antes da eleição, tem que aparecer o nome das verbas já recebidas. Não! Aparece no relatório do Tribunal lá depois, quando o cidadão já assumiu, já está lá. Mas, de qualquer maneira, aparece. E apareceu agora, há pouco tempo, o da eleição passada. E um bolo de nomes de políticos, de todos os partidos, está lá, e os nomes apareciam.

Na reforma, não só o Congresso não aprovou a proposta de verba pública na campanha, como determinou que, se a empreiteira der uma importância xis para o Pedro Simon, tem que publicar. Mas, se a empreiteira der a verba xis para o PMDB, fica em sigilo. E aí o PMDB pega aquele dinheiro e dá para quem quer do partido, e fica em sigilo.

O Tribunal Superior Eleitoral está tomando a decisão de achar que essa decisão do Congresso Nacional é ilegal. O Tribunal Superior Eleitoral quer mais restrições para doações a partidos. O Tribunal acha que essa secreta verba dada à direção do partido é ilegal, é imoral, é fugir da realidade.

Então, em vez de melhorarmos e entrarmos na verba pública e terminarmos essas doações que existem aí, e que o Congresso votou, é a verba secreta: basta doar para o partido. E ainda é pior: antigamente, pelo menos, a empreiteira dava para quem quisesse; agora não, agora, o comando partidário tem a ditadura na mão de pegar o dinheiro e dar para quem bem entender.

Falo, Sr. Presidente, com toda sinceridade: verba pública de campanha e voto distrital.

É claro, Senador Marco Maciel, vejo com simpatia o voto em lista, mas nós tínhamos que moralizar os partidos. Repare que um partido como o PMDB e alguns partidos têm, em alguns estados, o pai, a mãe, a avó, o avô, a empregada doméstica, o tio, a tia, o cunhado, a cunhada, como membros do diretório, que listam a saída de lá. Mas sou sincero: o ideal é o voto em lista, em que cada partido escolheria os melhores nomes, os grandes nomes. E aí, então, seria uma maravilha votar no partido. Você vota no 15; não vota no João, nem no Manuel, nem no Antônio, vota no 15. Aí vai ver a lista do 15: se o 15 fizer um Deputado, é o que está em primeiro lugar na lista. Desde que, é claro, num país que nem o Brasil, onde um homem que nem o Mão Santa teve que sair do partido porque lhe negaram legenda... Se ele ficasse no PMDB não teria nem legenda! Imagine voto em lista num partido como esse! Mas, um dia, temos que chegar lá. Mas, se não é o ideal, o voto distrital já é um avanço, porque o voto distrital vira o voto como o de prefeito. O prefeito pode ter dinheiro, pode ter o que for. Mas ali, quanto ao prefeito, a prefeitura conhece o prefeito, sabe quem é. E não acontece, como eu vejo, muitas vezes, em alguns Estados, de o deputado trabalhar em determinada zona, passar um tempo e ele estar desmoralizado naquela zona, não ter mais crédito nenhum naquela zona. O que ele faz? Ele sai dali e vai para outro lado, vai fazer a campanha lá do outro lado. Tem candidato a deputado que é candidato por 300 Municípios. E, às vezes, a gente tem dificuldade de encontrar uma lista, uma nominata de candidatos, porque alguns tomam conta do partido.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Permita-me...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo prazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Pedro Simon, estou atento às palavras de V. Ex^a e quero, sem desejar interrompe-lo, fazer uma breve consideração. Na realidade, defendo – assim como faz V. Ex^a – o voto em lista, com uma ressalva que acho importante destacar. O entendo ideal para o Brasil é inspirado no modelo sueco. Nele há uma lista, mas o eleitor tem direito, nessa lista, de fazer opção. Ou seja, ele pode votar no trigésimo segundo e riscar o primeiro.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já seria uma grande saída.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Então, assim o eleitor faz sua opção partidária.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já seria uma grande saída.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – O voto deve ser dado ao Partido. E, ao mesmo tempo ele escolhe aquele com quem mais se identifica por seu programa, por suas intervenções. Daí, por que eu estava dizendo, aqui, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que o voto em lista, na minha concepção, não seria como, muitas vezes, a imprensa propaga. Acredito que se nós avançarmos nesse campo, estaremos dando um grande passo porque, na realidade, desde o Código Eleitoral de 1932, logo após a Revolução de 1930, se estabeleceu que o voto pertence ao Partido. O voto, portanto, tem essa significação que, a meu ver, é muito importante porque a pessoa não vota num cidadão. A pessoa vota num conjunto programático, num programa que significa dizer num partido. Espero que, um dia, a reforma política aconteça para que possamos, realmente, viabilizar essas reformas indispensáveis à governabilidade em nosso País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço e concordo com V. Ex^a. Realmente, um voto em lista que permita ao eleitor, dentro da lista, não votar mas dar prioridade para que o que está em 40º lugar entrar em 1º, eu acho que é uma grande saída. Sinceramente, eu estou ouvindo isso pela primeira vez. Mas respeito e vejo com muita simpatia.

Para encerrar, Sr. Presidente, veja a carta de Argeu Affonso, em *O Globo*:

Não é tão difícil assim dar uma solução no caso dos fichas-sujas. Basta uma lei determinando que qualquer um deles, condenado em primeira instância, possa candidatar-se, ser votado, eleito e diplomado, mas só tome posse do mandato quando e se inocentado em segun-

da, terceira, quarta etc. instância [...]. Enquanto isso, a cadeira ficaria ocupada pelo suplente [...]. Isso daria margem a que o candidato eleito, ele mesmo, lutasse pela presteza do seu julgamento e não (como agora) usasse manobras protelatórias, chicanas e recursos para que o processo se arraste nos tribunais. Em tempo: uma lei também deveria punir esses partidões ou partidecos que dão guarida a fichas-sujas. Talvez, multando-os pesadamente, já que recebem suados reais dos contribuintes através do esdrúxulo Fundo Partidário [...].

Olha que é uma tese!

Eu já defendo a tese de que candidato a Deputado, ou a Senador, ou a Prefeito, ou a Vereador, quem está sendo processado, o processo deveria ser julgado até a votação; e se, por algum acaso, não fosse votado até a votação, fosse votado até a posse. Esse senhor apresenta essa proposta. Não, o cara pode ser candidato, é eleito, é até diplomado, mas aí a Justiça tem de julgar o caso dele, obrigatoriamente, absolvendo-o ou condenando-o, para que ele possa assumir.

O que eu estranho, mas estranho mesmo, é que pessoas como o ilustre Presidente do Supremo Tribunal, homem competente...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...capaz, inteligente, culto, que está todos os dias nos jornais dando ideias e pensamentos muito importantes sobre matéria muito importante, mas, sobre essa matéria, que é tão importante, S. Ex^a não diz o seu pensamento. Seria realmente fundamental que partisse do Supremo Tribunal e do Superior Tribunal Eleitoral alguma proposta neste sentido, do apressamento, da prioridade absoluta que se deve dar na Justiça ao cidadão que, devendo, quer ser candidato, é apontado como candidato e deveria ter o direito de ser julgado antes da eleição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, em meio a todo esse debate que, baseado no Governo de Brasília, estamos travando em nível nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Pedro Simon, uma luz para a melhoria da Constituição e da democracia no nosso Brasil, convidamos para usar da palavra, por cessão do Senador Flexa Ribeiro, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Em seguida, falará o Senador Marco Maciel, por cessão do Senador Romeu Tuma.

Esta é uma sessão não deliberativa. Isso nasceu de uma ideia da qual eu participei com outros Senado-

res, de fixarmos esses dias das sessões não deliberativas para que os Senadores da República apresentem as suas teses mais prolongadas, mais dedicadas, de melhor conteúdo, para manter a tradição de sabedoria desta Casa. Rui Barbosa fazia pronunciamentos de quatro horas; o nosso Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul, também.

Então, Pedro Simon, em pouco mais de quarenta minutos, com sua inteligência privilegiada, oferece ao País os rumos do aperfeiçoamento da democracia, já que as nossas instituições são bem novas. Elas têm pouco mais de um século, foram importadas da Europa, e precisamos nós, pais da Pátria, aperfeiçoá-las e modificá-las para apresentar no futuro uma democracia de que todos possamos nos orgulhar.

E eis que está na tribuna um dos mais estoicos Senadores da República. Além da sua qualificação profissional de médico brilhante, ele é um dos maiores líderes da instituição secular, Maçonaria, que torna o mundo melhor.

Há poucos dias, eu lia, Senador Pedro Simon, uma biografia de Allende, médico como nós, que modificou e avançou uma política social no Chile, transformando aquele país numa das melhores civilizações da América. E ele governava inspirado pela sua formação maçônica.

Ontem, eu tive o prazer, no exercício da Presidência, de dar andamento a um requerimento que Mozarildo Cavalcanti faz todos os anos, homenageando, nesta Casa, a instituição Maçonaria, à qual nós devemos, através de Gonçalves Ledo, a Independência e outras conquistas. Rui Barbosa era maçom, como o é Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras elogiosas. Quero dizer que tenho muito orgulho, realmente, de ser maçom, filho de maçom. Tenho um filho maçom e um neto já DeMolay, e acredito firmemente nos princípios da maçonaria, que são, em síntese, a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A liberdade aí entendida no sentido amplo; não é só a liberdade de ir e vir, prevista na Constituição, mas a liberdade de expressão, a liberdade de crença. Ao contrário do que muita gente pensa, a Maçonaria não é uma religião. Pelo contrário, é uma instituição que aceita religiosos de qualquer crença. É proibido, sim, ingressar na Maçonaria sem crer em Deus, mas se aceita qualquer crença, seja o cristianismo, o islamismo, o hinduísmo, enfim, qualquer religião, desde que a pessoa tenha por princípio acreditar em Deus. E a liberdade também no sentido de oportunidades para todos. E aí vem, em seguida, a igualdade. Essa igualdade não é só, como

diz a Declaração dos Direitos Humanos, que todos nós nascemos iguais em direitos. Não; Isso é muito bonito no papel, mas, na prática, é verdade? Nós somos, de fato, iguais? Nós lutamos por essa sociedade que um dia virá.

É verdade que sou dos maçons que reclama que a Maçonaria trabalha muito em silêncio, e por isso mesmo é tida como uma sociedade secreta. E ela não é secreta; é uma sociedade registrada em cartório, com regimentos, com todos os documentos necessários para que uma instituição funcione. Agora, é uma sociedade que tem segredos. Qual é a sociedade que não tem segredos? Aqui nós temos: por exemplo, a senha de cada Senador para marcar presença é um segredo. Ou uma instituição como a Ford ou a Boeing não tem segredos para produzir os seus inventos? Lógico que tem.

A Maçonaria tem segredos, que são basicamente três e que vêm da nossa tradição, porque fomos muitos perseguidos no passado pela Inquisição, pelos reis que eram intolerantes. Temos praticamente três segredos, que são os que se referem à nossa identificação de um para com o outro: sinais, toques e palavras. Então, eu, por exemplo, que não sei uma palavra de japonês nem conheço uma letra de japonês, se chegar ao Japão e fizer um sinal, serei reconhecido como um maçom por um maçom do Japão.

E a última é a fraternidade. Todas as religiões pregam que nós somos irmãos, que nós somos iguais, que nós temos de ser solidários, mas, na prática, pouca gente pratica isso. E nós procuramos praticar. Eu só acho que levamos muito ao pé da letra o princípio bíblico que diz que temos de dar com uma mão sem que a outra perceba. Acho que isso é bonito quando você ajuda alguém e não alardeia que está ajudando esse alguém. Contudo, acho que a sociedade maçônica devia, anualmente, prestar contas à grande sociedade brasileira do que ela está fazendo nas suas obras sociais, nas creches, nas escolas, nos hospitais que a Maçonaria mantém, nas instituições de ensino. Isso deveria ser mais divulgado. Eu defendo esse ponto de vista.

A outra crendice que existe a respeito da Maçonaria é a de que a Maçonaria não aceita mulheres, discrimina as mulheres. Não é verdade. A Maçonaria as aceita, e as mulheres desempenham, talvez, o papel mais importante da Maçonaria, que é o papel de fazer as obras sociais. Quando eu fui presidente da minha loja – nós chamamos de “Venerável” da Loja, que é eleito –, minha mulher era presidente da Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul e fez, como todas as presidentes fazem, um excelente trabalho social.

Como era de se supor, Senador Mão Santa, eu me empolguei com a referência à Maçonaria, mas o objetivo do meu pronunciamento de hoje não tem a alegria que o tema da Maçonaria tem para mim.

Nós ouvimos ontem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, uma notícia interessante no Jornal Nacional. Diante das enchentes em Mato Grosso, em São Paulo, em Santa Catarina etc., em vários estados do Brasil, mas notadamente em São Paulo e Mato Grosso, o repórter dizia o seguinte:

Em Roraima, o problema é o oposto do que se vê em Mato Grosso e em São Paulo. O principal rio do estado, o rio Branco, está quatro metros abaixo do nível considerado normal. Dos 15 municípios de Roraima, dez decretaram situação de emergência por causa da estiagem e cinco, o estado é de calamidade pública.

Nós só temos quinze municípios! Friso isso para que o Brasil entenda. Se falarmos em quinze municípios para Minas Gerais, que tem oitocentos, não é nada, mas quinze são todos os municípios de Roraima. Então, nós estamos em estado de emergência em dez municípios e, em cinco, em estado de calamidade pública.

Entre eles, Pacaraima, um município cuja sede é colada na fronteira com a Venezuela. E de onde vem a energia para Roraima? Da Venezuela. Lá se sofre com a falta d'água e com a falta de luz.

Entre eles Pacaraima, onde os moradores sofrem com a falta d'água. No sul do estado, a preocupação é com a criação de animais. "Está tudo morrendo, agora só Deus vai dar um jeito. Vou ter que pegar água da torneira para dar para o gado", disse o produtor rural Carlos Cardoso.

Outro problema são as queimadas, que avançam sobre as serras e áreas de floresta. O fogo também causa prejuízo aos agricultores, que perderam produções inteiras.

"O fogo é demais. Eu estava com a foice nas costas. É de pelear para livrar o lote, mas como não livre, queimou tudo", contou o produtor rural Antônio Barbosa.

Sr. Presidente, se esse tivesse sido o primeiro evento, o primeiro incêndio acontecido em Roraima, nós teríamos como compreender por que providências importantes não foram tomadas preventivamente.

Trago uma matéria, que depois vou pedir que conste com parte do meu pronunciamento. O artigo data de 21 de outubro de 1998 – friso: 1998! Publica-

do em *O Estado de S. Paulo*, sob o título "O Incêndio do Século":

O maior incêndio do ano no Brasil, registrado até o momento, pode ser atribuído à queimada de Roraima de março de 1998. A catástrofe ambiental foi chamada pela imprensa de o Megaincêndio do Século [em 1998!]. De fato, outro evento de até maiores proporções, já que envolveu mais pessoas e mais e maiores propriedades, aconteceu desde o final de junho de 1998 na Flórida, Estados Unidos da América!!! [Maior porque envolveu mais propriedades e mais gente, mas não pelo tamanho] O evento de Roraima foi muito noticiado, pela imprensa nacional e internacional. O evento da Flórida passou quase que despercebido na nossa imprensa. [Porque na Flórida agiram, e agiram com competência].

Outra matéria daquela época, de 1998: "Roraima decreta estado de emergência por causa da seca" – do *site Terra*. Outra, de uma revista de estudos avançados: "Roraima, os paradoxos de um grande incêndio do fim do milênio".

Pois bem; em 1998 nós vimos que poderia acontecer aquele incêndio, que era possível, de fato, que acontecesse e se repetisse. Como temos o cacoete da medicina, Senador Mão Santa, fazemos a seguinte analogia. Você é surpreendido quando surge uma doença nova: aí, às vezes, você realmente não sabe nem o que fazer. Em 1998, aquele megaincêndio foi como uma doença nova que havia surgido em Roraima, e nós não tínhamos experiência com aquilo. Foi preciso, por paradoxal que pareça, virem bombeiros e helicópteros da Argentina para nos ajudarem no combate ao incêndio.

No entanto, Senador Eurípedes, o que aconteceu agora era perfeitamente previsível, era só olhar a meteorologia, o fenômeno do *El Niño*, com o aquecimento das águas do Pacífico, que tem um impacto violento sobre a Amazônia. Ao contrário do que a imprensa coloca – diz que são apenas as queimadas da Amazônia –, lá há incêndios não porque tocaram fogo por tocar, mas por causa da estiagem prolongada, em que qualquer ponta de cigarro jogada pode provocar incêndio.

Mas, então, como eu disse, em 1998 aconteceu. E aconteceu de novo sabe quando, Senador Mão Santa? Em 2003. Teve menores proporções e deu a sorte de, assim que começaram os incêndios, um fenômeno natural decorrente do próprio aquecimento ter provocado uma grande precipitação de chuvas que impediu que tomasse as proporções do incêndio de 1998.

Muito bem, este ano... Aliás, desde o ano passado, todas as redes de televisão vêm noticiando o aquecimento em algumas partes do mundo e o esfriamento noutras partes – nos Estados Unidos e na Europa há neve toda hora – mas não se deu a Roraima nenhuma prioridade quanto nessa questão, nenhuma prioridade.

Eu quero aqui ressaltar, porque conheço de perto, o trabalho do Corpo de Bombeiros do meu Estado. Conheço de perto e sei que é um Corpo de Bombeiros aguerrido, que tem realmente uma experiência no combate a incêndios, mas tem precariedades. O Ministério da Justiça, bem como o Ministério da Integração Nacional, não têm dado, nem para o Corpo de Bombeiros do Estado, que é quem tem de comandar nessas horas, nem tampouco para os órgãos federais lá sediados, como o Ibama etc., as condições para combater adequadamente um incêndio.

Senador Eurípedes, onde está ocorrendo a maioria desses incêndios? Nos assentamentos do Incra. O Governo Federal colocou aquele pessoal lá, mas deixa os pobres morrerem à míngua, sem alternativa... Aliás, os governos passados orientavam os colonos assentados a derrubarem a mata e plantarem, sob pena de não receberem o título definitivo. Depois que recebia o título definitivo, continuavam sem nenhuma assistência do governo federal – um assentamento do Incra é um assentamento federal. Resultado: ele terminava por vender o seu lote para outras pessoas. Só não faltava quem quisesse comprar lotes e fazer, juntando vários lotes, grandes fazendas, já com a mata derrubada, tudo pronto para plantar o que se quisesse, mas especialmente o capim para o gado.

Pois bem. Além dos assentamentos do Incra, onde é que também estão ocorrendo os incêndios com maior intensidade? Nas unidades de conservação, que são federais também, e em algumas reservas indígenas – tudo terra federal. Aliás, o meu Estado é uma ilha cercada de reservas indígenas e ecológicas por todos os lados; mais de 70% do meu Estado são de terras federais, porque são reservas indígenas ou reservas ecológicas e assentamentos do Incra.

Então, na verdade, o Governo Federal continua tratando o meu Estado como se ele não existisse. Por quê? Porque lá há poucos eleitores. Senador Eurípedes, Senador Mão Santa, em dezembro de 2006, o Presidente Lula já havia sido reeleito... No meu Estado, porém, havia perdido no primeiro e no segundo turno, e perdeu não só porque não foi lá pedir voto: perdeu porque, no primeiro mandato, só fez malvadeza com Roraima, e o mesmo aconteceu no segundo. Mas, Senador Marco Maciel, sabe o que ele disse em um discurso feito na Suframa, em 18 de dezembro de 2006,

dirigindo-se ao então Governador Ottomar? Veja: são palavras do Presidente Lula:

Você não se preocupe, não, viu, Ottomar? Não se preocupe. Não é porque eu perdi as eleições lá em Roraima que eu vou deixar de cuidar de Roraima com carinho. Vou cuidar de Roraima e pretendo ir lá no começo do meu segundo mandato.

Não foi, não; foi agora, no final. Ele só esteve no aeroporto, longe do alcance da população, num parque chamado Parque Anauá, e depois voou de helicóptero para a fronteira com a Guiana para inaugurar, pela terceira vez, uma ponte concluída já há bastante tempo.

Ele disse: “Pretendo ir lá no começo do meu segundo mandato para discutir com o Governo e com os políticos do Estado o que nós temos que fazer para ajudar para que haja desenvolvimento”. E o Governador Ottomar acreditou. Fez um documento, assinado por toda a Bancada de Roraima, que levamos ao Presidente da República, com todas as reivindicações que eram da alçada do Governo Federal. Foi feita alguma coisa? Não, não foi feito nada, nada, nada.

Quero dizer que, na verdade, esse descaso... Vamos e venhamos: se estamos enfrentando um incêndio desse porte, uma grande culpa, grande culpa mesmo, é do Governo Federal; a outra é do atual Governador, que assumiu em 14 de dezembro de 2007, que não tem rumo para o seu governo, não tem planejamento, vive mais viajando do que lá no Estado, faz viagens para Minas Gerais – ninguém sabe o porquê –, viaja para Brasília quase toda hora, viaja para o exterior – recentemente ficou de férias em Miami... Então, realmente, ele não está preocupado com o Estado; está preocupado com a eleição, daqui a 220 dias.

Pois bem. O que ele fez? Ele, sob a alegação de que precisava sensibilizar o Presidente Lula, aliou-se ao maior adversário político do então Governador Ottomar Pinto, que chamou o Governador aqui, inclusive desta tribuna, de bandido, que na campanha política nem se esforçou para fazer campanha para o Presidente Lula e só se concentrou em falar mal do Governador Ottomar, do Vice-Governador, atual Governador, e de mim.

Para não dizer que eu estou falando por qualquer motivação, eu vou ler aqui um trecho do discurso proferido pelo Líder do Governo aqui no Senado. Foi feito no dia 21 de fevereiro de 2006, portanto num ano eleitoral, no início da pré-campanha, vamos dizer assim.

Então, está aqui nos Anais do Senado:

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR *Pela ordem. Sem revisão do orador*) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente, trago à tribuna um fato extremamente grave ocorrido no meu Estado e que diz respeito não só à minha pessoa, mas ao Senado Federal.

Há poucos minutos, o meu gabinete, na rua Victor Hugo, nº 106, Bairro do Canarinho, em Boa Vista, Roraima, foi invadido por pessoas ligadas ao Governo do Estado. Pessoas da assessoria de comunicação do Governador – do então Governador Ottomar Pinto – entraram no meu gabinete, filmando, tentando intimidar as pessoas, e nós reagimos e chamamos a Polícia.

Essa situação tem se repetido. Há alguns dias, a minha residência, em Roraima, foi invadida pelo helicóptero que presta serviços ao Governo do Estado, para fazer filmagens dentro da minha residência. [A residência de que ele fala é a fazenda dele.]

Temos sido atacados diariamente pela rádio pública do Governo do Estado, que, aliás, ainda tem um sinal dado pelo Governo Federal. Portanto, a Rádio Roraima AM é uma rádio cujo sinal ainda é do Governo Federal, mas é usada, todos os dias, para me atacar, achincalhar a minha honra, da minha esposa, dos meus filhos e dos Deputados de Oposição.

Quero registrar que já comuniquei à Polícia Federal e estou comunicando à Presidência do Senado e ao Ministro da Justiça, porque é um absurdo o andamento das coisas no Estado de Roraima.

Eu responsabilizo o Governador Ottomar Pinto. Ele pensa que ainda está no tempo da ditadura, ele pensa que ainda está no tempo em que as pessoas vão abaixar a cabeça para ele no Estado. Não vamos. Ele está desesperado por conta da eleição.

Imagine se o Brigadeiro Ottomar estava desesperado. Ele ganhou do Senador Jucá, na disputa para o Governo, no primeiro turno. Ele teve 62% dos votos e o Líder do Governo teve 30%.

E prossegue:

Mas nós estamos o tempo todo, mesmo recebendo essas agressões, Senador Romeu Tuma... [Presidia a sessão o Senador Romeu Tuma, que disse ao Senador Romero Jucá estar solidário com S. Ex^a.]

Claro, eu sei disso. Sei que a posição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores desta Casa é pela

democracia, pelo respeito e pela responsabilidade. O Governador está usando dinheiro público, pagando pessoas na área de comunicação para ficar atocaiando [palavra dele], fazendo emboscadas e armação para as pessoas que lhe fazem oposição no Estado. É uma posição antidemocrática, irresponsável e bastante negativa.

Mas, apesar de tudo isso – tenho dito reiteradas vezes e quero reafirmar aqui –, nesta campanha, nós não vamos baixar o nível, Presidente Romeu Tuma. [Mas só o que ele fez foi baixar o nível. Vamos ver isto até neste discurso aqui.] Vamos fazer uma campanha de propostas, apresentando o que entendemos que está errado no Estado e a forma como queremos mudar o nosso Estado.

O Estado de Roraima não merece esse tipo de agressão, que não é feita só a mim e a minha família, mas a toda a população do Estado.

Ora, 62% da população do Estado elegeram o Governador Ottomar contra o Senador Romero Jucá. Prossegue ainda o Líder do Governo:

Se um governador é irresponsável [o Governador a que ele se refere é o Brigadeiro Ottomar] a ponto de agredir, de fazer isso com um Senador da República [veja bem, Senador Marco Maciel], imaginem o que não faz esse bandido [referindo-se ao então Governador Ottomar Pinto] com a população comum do meu Estado. Quero dizer que estou indignado. Peço providências à Polícia Federal, peço providências ao Senado, porque foi invadida a minha residência, foi invadido o meu escritório, que é extensão do gabinete do Senador no Estado. Os invasores foram presos por nós [por eles, os capangas do Senador] e entregues à Polícia Civil. Espero que a Polícia Civil de meu Estado, que está tão maltratada pelo Governador, não seja irresponsável por tentar distorcer os fatos que ocorreram no meu escritório.

Eu li este discurso, Senador Eurípedes e Senador Marco Maciel, para frisar que, apesar de o Líder do Governo dizer isso aqui no Senado abertamente, chamando o Governador Ottomar Pinto de bandido, de ter movido mais de dezoito ações para cassar o Governador Ottomar Pinto – ele foi absolvido pelo TER, decisão ratificada pelo Tribunal Superior; portanto, não havia nenhuma verdade nas acusações que fez o Senador Romero Jucá –, o atual Governador se juntou ao Senador Romero Jucá, que chamou o Governador Ottomar de bandido, com a argumentação de que iria resolver todos os problemas do Estado, porque o Senador Jucá

é Líder do Presidente Lula e, portanto, tem um prestígio enorme para resolver todos esses problemas.

Infelizmente, não é o que estamos vendo.

la resolver o problema das terras. O Presidente Lula assinou um decreto devolvendo as terras do Incra para Roraima. O jornal *Folha de Boa Vista* disse que o Presidente do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima) afirmou que seriam necessários oito anos para que a situação da regularização fundiária em Roraima se estabilizasse.

Oito anos! Então, em oito anos que o Senador passou aqui como Líder do Governo ele não fez nada para resolver. Está fazendo agora um monte de auê porque vai se submeter a uma eleição agora.

E de quem é essa irresponsabilidade com os incêndios? É do Governador do Estado, é do Líder do Governo Lula e é do Presidente Lula e dos seus Ministérios. Os Ministérios do Presidente Lula não se entendem. Quem devia estar nessa ocasião lá? O Ministério da Integração Nacional, o Ibama, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Justiça... Agora, tardiamente, estão providenciando.

Quando, se já temos já dois casos confirmados até agora? Esse é o terceiro caso de incêndio em Roraima. Temos de adotar, Senador Mão Santa, que é médico como eu, temos de adotar a prevenção, a vacina, para que essas coisas não se repitam com o meu Estado.

E pior: falei, há poucos dias, com o Presidente da Câmara de Vereadores de Caracaraí, que é um dos maiores Municípios do interior do Estado, e ele me disse que lá o gado realmente está morrendo de sede. Sabem por quê? Uma solução simples que foi adotada em 1998 pelo então Governador Neudo Campos, que é a de cavar cacimbas com retroescavadeira, uma coisa simples de fazer nos leitos baixos ou secos dos rios, dos lagos, não foi prioridade para o Governador. Na verdade, o Governador não tem demonstrado competência, aptidão, para governar o nosso Estado.

Por isso mesmo, quero pedir, Senador Pedro Simon, que agora preside a sessão, que sejam transcritas como parte do meu pronunciamento essas matérias a que me referi porque não posso ficar calado diante do que ocorre no meu Estado. Lamentavelmente, depois de ter havido dois casos, em 1998 e em 2003, agora acontece de novo. Por quê? Porque há dois anos e dois meses que o atual Governador assumiu e optou por mudar o rumo do Governo do Estado traçado pelo Governador Ottomar Pinto. O Estado está só se endividando. Ele recebeu o Governo com dinheiro em caixa e agora está devendo uma fortuna. Não paga direito aos professores, não paga aos policiais militares, trata mal as pessoas.

Diga-se de passagem, nem o Governador Ottomar o queria como vice, mas houve uma pressão política

que fez com ele fosse aceito. O Governador Ottomar reconhecia que ele não tinha preparo, não tinha maturidade e não tinha, sobretudo, competência e vontade, de fato, de trabalhar por Roraima.

É por isso que quero chamar a atenção, ao terminar, dos órgãos do Estado – do Estado e não do Governador –, como o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Contas do Estado e também do Ministério Público Federal – aqui, envolve ação federal – para que a gente possa responsabilizar as pessoas que devem ser responsabilizadas.

Quero terminar aqui fazendo um elogio ao Comandante do Corpo de Bombeiros, que também é o Coordenador da Defesa Civil, homem que eu conheço de perto e que tem um grande trabalho prestado ao meu Estado, e a toda corporação do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil de meu Estado. Lamentavelmente, eles agem com os mecanismos que têm, os quais realmente não são suficientes para enfrentar um incêndio desses. Repito: em 1998, a imprensa disse: “Foi o megaincêndio do século.” E, agora, nós estamos vendo, em 2010, isso se repetir. Então, eu quero homenagear o coronel Paulo Sérgio Santos Ribeiro e, por intermédio dele, toda a corporação dos bombeiros e os membros da Defesa Civil. Não dá, realmente, para apenas registrar o incêndio e não procurar, como se faz na Medicina, as causas e os responsáveis por esse problema. É como se diz: temos de saber quais são os vírus, as bactérias, os fungos, enfim, os micróbios que estão causando essa doença.

Eu tenho confiança em que, também a Assembleia Legislativa vá, inclusive, fazer uma CPI para apurar isso. Não podemos ficar à mercê de um Governador que não quer – não quer, realmente – governar Roraima e quer ser reeleito. Eu tenho certeza de que o povo de Roraima não vai ceder. Como está no Governo, como pode pressionar os funcionários públicos, como pode negociar cargos no Governo, como já tem dinheiro, como diz, para comprar a consciência das pessoas, ele acha que vai ser reeleito. Mesmo assim, eu confio na consciência do meu povo, que conseguiu derrotar o Líder do Governo para Governador, derrotar a esposa dele para Senadora e derrotar o Presidente Lula para Presidente. Eu tenho a confiança de que o povo de Roraima sabe, de fato, quem é que quer o bem de Roraima, quem é que, de fato, pretende ver Roraima, uma terra de bem como é, governada por gente decente, realmente igual à gente de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, e reitero, portanto, o pedido de transcrever a matéria a que me referi.

**SEGUEM DOCUMENTOS A QUE SE
REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CA-
VALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Re-
gimento Interno.)*

Roraima: os paradoxos de um grande incêndio ao fim do milênio

AZIZ NACIB AB'SÁBER

A GEOGRAFIA DAS CATÁSTROFES envolve fatos e processos vinculados aos atributos específicos do território de cada país considerado. Na crônica dos acontecimentos catastróficos registram-se atividades vulcânicas, terremotos, maremotos, tornados violentos e avalanches de gelo. No caso do espaço total do território brasileiro não existem tais tipos de processos espasmódicos. Entretanto, têm ocorrido grandes enchentes que afetam a vida e a funcionalidade de metrópoles, capitais regionais ou até pequenos centros que ficaram, parcial ou totalmente, no caminho das águas. Doutra banda, têm ocorrido grandes incêndios em florestas e cerrados, na Amazônia e no Brasil Central, deslanchados por incúria ou descuidos imperdoáveis ou, ainda, por ações deliberadas e criminosas de alguns atores sociais, ao que se acrescentam epidemias e infecções hospitalares, de consequências letais. Nos últimos anos foram constatadas, ainda, ventanias localizadas e arrasadoras em localidades do Sul do país e no interior de São Paulo. Em 1963 ocorreu um caso de vento encanado, por entre arranha-céus, ao longo da Avenida Paulista, considerado como um caso de *canyon* de vento urbano-metropolitano. Nas periferias da cidade em bairros carentes e favelas têm acontecido catastróficos escorregamentos de terra.

Em termos de processos anormais de interferências climáticas e hidrológicas cíclicas, nada se compara, porém, às perturbações criadas por *El Niño*, no espaço total da América Tropical, onde o Brasil ocupa o mais largo espaço territorial e aéreo. Tratando-se de uma interferência que somente ocorre de 13 em 13 anos, aproximadamente, com maior intensidade e periculosidade regionais, tem havido uma perda de memória sobre as múltiplas interferências climáticas e hidrológicas de *El Niño*, no Brasil. De tal maneira que as consequências catastróficas não são registradas ou transmitidas aos governantes que se sucedem no poder. E, assim, *El Niño* chega inesperadamente, afetando as mesmas regiões de sempre, porém em localidades e meses diversos. Nessas ocasiões radicalizantes, governantes e técnicos – pegos de surpresa – aceitam sugestões esdrúxulas de seus assessores; são pressionados por consultores e empreiteiras para obras caras e inúteis, e só conseguem alívio psicológico quando a própria natureza corrige o ritmo dos processos espasmódicos, fazendo cessar parte de suas consequências. Ninguém se preocupa em saber nada sobre as seqüelas posteriores às catástrofes, após os grandes períodos de secas, enchentes dramáticas ou incêndios agigantados. Há 13 anos, técnicos e pro-

dutores rurais obrigaram os governantes paulistas da época a derrubarem a barragem do Valo Grande, sob a alegação de que assim seriam corrigidas para sempre as enchentes do Baixo Ribeira. Menos de 15 anos depois, em uma nova interferência de *El Niño*, ocorreram grandes cheias no vale do Ribeira, devido a chuvadas excepcionais, afetando, desta vez, o seu médio vale inferior. Assim pode-se afirmar que de nada adiantou a construção da ponte que substituiu a barragem do Valo Grande de Iguape. Em Roraima, após as grandes queimadas e incêndios que afetaram os campos limpos do Lavrado por mais de cinco meses seguidos, foram somente as grandes chuvas do fim de março que apagaram as queimadas. Tal como prevíamos. E, agora, governantes inoperantes aproveitam para uma tirada demagógica sobre o enorme incêndio, dizendo que “foi bom porque agora os agricultores (*sic*) não precisam fazer as tradicionais queimas para preparo da terra para o cultivo”. A demagogia das autoridades certamente não tem limites, entre nós. Seria bom que eles soubessem que nos últimos 40 anos aconteceram secas prolongadas em Roraima nos anos de 1972, 1985 e 1998.

Pensamos que as consequências do período de secura prolongada, sobre o mundo das águas na Roraima, ainda não foram tratadas com a seriedade requerida. É indiscutível que a perda de volume d'água do rio Branco – coletor solista de toda a ~~bacia hidrográfica da porção norte de Roraima – é o termômetro principal dos~~ processos que afetaram profundamente a hidrologia regional. O rio, que possuía de 800 a 1.000 m de largura frente às barrancas fluviais de Boa Vista, teve sua largura reduzida para 100-200 m, no máximo (29-3-1998). O curso do rio, que possuía uma coluna d'água de 4 a 5 m, a despeito das variações sazonais e de uma variabilidade climática habitual, passou a uma espessura média de águas, da ordem de 60 centímetros, podendo ser atravessado a vau, em inúmeros pontos. Enormes bancos de areia solta, que normalmente estavam escondidos abaixo das águas, emergiram. Targas praias de estiagem – designadas na Amazônia pelo nome de “tabuleiros de rios” – foram estabelecidas nas margens do antigo leito, ora para a direita, ora para a esquerda, obrigando o rio Branco a freqüentes estrangulamentos e sinuosidades. Mas, o pior aconteceu com os pequenos cursos d'água afluentes que percorrem as colinas arenosas do Lavrado, ladeados pelas aléas de buritizais, matilhas biodiversas e cajueiros nativos. A evaporação forte, relacionada a muito calor (34° de temperatura média) e a falta de chuvas por alguns meses, foi suficiente para desperenizar a drenagem do Lavrado, colocando o lençol d'água superficial abaixo do leito dos córregos, igarapés ou riozinhos. Apenas as poucas águas dos rios provenientes das serranias florestadas de oeste garantiram a perenidade do agora esquelético rio Branco (março de 1998). Milagrosamente, os buritizais – galerias – resistiram em grande parte à passagem do fogo pelos campos limpos do Lavrado, fato que certamente se deve ao suporte ecológico aluvial, ligeiramente hidratado da beira-rio, e à capacidade de adaptação dos buritis aos climas tropicais continentais. Na paisagem desolada, o alinhamento dos buritis e seus acompanhantes biodiversos, a margem de riachos secos – com fluxos temporariamente “cortados” à moda dos rios do sertão nordestino, na época das secas – oferecia a imagem de uma notável resistência biótica.

Queimadas ilegais provocam incêndios em terras indígenas e unidades de conservação de Roraima

Agência Brasil

Publicação: 18/02/2010 15:37 Atualização: 18/02/2010 18:33

Focos de incêndio registrados no norte do estado de Roraima ameaçam terras indígenas e unidades de conservação. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a causa dos incêndios são as queimadas irregulares.

O estado, que tem a maior parte no Hemisfério Norte, sofre com a seca causada pelo fenômeno climático El Niño, caracterizado pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico. A parte atingida pelo incêndio é ~~próxima às reservas indígenas da Raposa Serra do Sol e Mucajaí, bem como às Estações Ecológicas de Caracá e Maracá, no~~ Equador, estão o Parque Nacional do Viruá, a Estação Ecológica de Caracá e a Estação Ecológica Maracá.

Além dessas unidades federais de conservação, o Ministério do Meio Ambiente monitora focos de incêndio próximos às florestas nacionais de Roraima e Anauá. As queimadas ocorrem próximas aos municípios de Alto Alegre, Amajari, Cantá, Pacaraima e Mucajaí. Neste município, a situação é mais crítica, de acordo com o coordenador do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Ibama (Prevfogo), Elmo Monteiro.

Segundo o Ibama, 140 brigadistas já estão trabalhando no combate ao fogo com o auxílio de dois helicópteros. Hoje, mais 35 bombeiros, ligados a Força de Segurança Nacional, irão para Roraima. O Instituto Chico Mendes mantém dois aviões monitorando a área.

Amanhã (19), um avião Hércules C-130, da Força Aérea Brasileira, deverá levar à Roraima mais 40 bombeiros do Distrito Federal e mais 40 brigadistas do Ibama.

No verão de 1998, o estado sofreu um grande incêndio, de mais de dois meses de duração, também provocado por queimadas ilegais em época de grande seca provocada pelo El Niño. "Nós estamos atuando para não atingir esse recorde", disse o coronel dos Bombeiros do Rio de Janeiro, Wanus de Amorim, que trabalha no gabinete do ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) e coordena as ações de combate ao fogo em Roraima.

DEFESA CIVIL - Previsão é de grande seca em Roraima

ELIANE ROCHA

Colaboradora da Folha

Com a proximidade do fim do Inverno rigoroso, a preocupação desta vez é com a seca que pode castigar o Estado. A previsão da Defesa Civil é que entre os próximos dois anos Roraima possa ter sérios problemas com possibilidades de incêndios florestais.

"Os agricultores terão problemas com falta de água para alimentação e para os animais. Estamos nos preparando para isso", previu o secretário executivo da Defesa Civil, Kleber Cerquinho, ao citar que é provável que isso venha a acontecer no próximo ano ou em 2008.

A previsão de seca se dá em virtude do inverno rigoroso, considerado o maior dos últimos 20 anos no Estado. Kleber Cerquinho lembrou do efeito El Niño, quando as grandes cheias ocorrem próximas de períodos secos. "O último incêndio foi em 2003".

~~Ele afirmou que, caso ocorra uma grande emergência, precisará a ajuda do Governo Federal, tendo em vista que o recurso de R\$ 270 mil destinados para alimentação teve boa parte comprometida durante esse Inverno. "Esse recurso também atende à Operação de Incêndio".~~

O secretário ressaltou que hoje a Defesa Civil e os órgãos ambientais do Estado possuem uma aparelhagem mais completa, capaz de atender às grandes emergências de incêndios florestais, diferentes de épocas anteriores, como em 1998 e 2003. "Hoje temos condições de equipar 600 homens para atender incêndios florestais".

No entanto, até o momento Cerquinho disse não ter registrado nenhum incêndio no interior do Estado ou até mesmo nas rodovias, onde é comum ocorrências, muitas vezes feitas de maneira irresponsável e criminosas. "Muita gente pára no acostamento das estradas e acaba jogando ponta de cigarros", comentou ao frisar que essa atitude contribui como uma ignição para o incêndio.

REGIÕES – Kleber Cerquinho frisou que as áreas mais afetadas por incêndios florestais são os municípios de Mucajaí, Cantá, Iracema, Caracarai, Bonfim, Pacaraima, Amajari e parte rural de Boa Vista.

Um dos fatores que contribuem para os incêndios, segundo ele, são as questões topográficas, ou seja, terrenos inclinados favorecem a subida do fogo mais rápido, do que nas áreas planas. A baixa umidade relativa também é um fator que propicia a ocorrência de incêndios. "Quando a umidade fica abaixo de 40%", disse.

Roraima decreta estado de emergência por causa da seca

A estiagem provocou a morte do gado em Roraima

CYNEIDA CORREIA

O governador Anchieta Júnior (PSEB) assinou decreto que coloca Roraima em situação de emergência por causa da seca que assola a região. O decreto será publicado neste sábado, 13 de fevereiro, no Diário Oficial do Estado. Ontem, o município de Boa Vista, único dos 15 municípios que ainda faltava adotar a medida, também homologou o decreto de situação de emergência.

Caso o quadro evolua e problemas maiores com risco à vida humana e perda de rebanho comecem a acontecer, há possibilidade de ser decretado estado de calamidade pública, assim como ocorreu em 1998.

Hoje mais de vinte mil roraimenses sofrem com a forte estiagem. Em alguns dos municípios, a Defesa Civil do Estado é quem faz o abastecimento de água potável nas residências, com um carro pipa. Em outros municípios, o poder público ou os moradores perfuram poços artesanais em busca de água.

A concentração dos trabalhos tem sido nas regiões Norte, mais castigada com a estiagem, e Oeste do Estado, que é onde está a fronteira do laçado com as florestas, as unidades de conservação e a reserva indígena Yanomami, que também começa a ser atingida pelos incêndios.

No caso da capital, a área rural vem sendo atingida por incêndios. Nos outros municípios, Amajari vem sendo o mais afetado. Há mais de uma semana equipes trabalham no combate ao fogo na localidade.

Municípios decretam estado de calamidade

VANESSA LIMA

Os municípios de Iracema, Mucajaí, Pacaraima, Alto Alegre e Amajari decretaram ontem estado de calamidade pública. A previsão é que a medida seja publicada ainda hoje no Diário Oficial do Estado. Os municípios vêm sendo castigados pela forte estiagem que atinge o Estado e já estavam em situação de emergência.

De acordo com o coronel Paulo Sérgio Santos, comandante do Corpo de Bombeiros e coordenador estadual da operação Roraima Verde,

Fogo consome vegetação às margens da rodovia estadual que liga Boa Vista a Alto Alegre

durante o feriado prolongado várias regiões foram atingidas por incêndios criminosos, o que intensificou o quadro crítico e a situação de alerta nos municípios.

"Com os incêndios nessa região de Campos Novos, Iracema, até [o município de] Pacaraima a gente teve uma situação agravada no arco do fogo no Estado. Essa é uma atividade basicamente feita de forma clandestina que agravou ainda mais a situação dos municípios, que já era difícil pela própria falta de água", destacou o coronel.

Até ontem à tarde, o monitoramento realizado pelo Comitê de Queimadas registrou 309 focos de incêndios distribuídos por todo o Estado. O município de Mucajaí lidera os números com 106 focos, seguido de Iracema (87), Alto Alegre (44) e Amajari (24).

Conforme explicou o coronel Paulo Sérgio, a situação de emergência estava baseada nos efeitos da estiagem em relação a agricultura, pecuária e falta de água para consumo humano tanto em algumas sedes dos municípios quanto nas vilas. As ações eram voltadas para a construção de bebedouros e perfuração de poços artesianos. Agora, o nível de gravidade é outro.

As condições verificadas são semelhantes ao período das grandes queimadas registradas em 1998 e 2003. Com o novo quadro decretado, há uma atenção especial. As ações continuam em todos os níveis, pois à medida que a estiagem vai se prolongando, os efeitos acarretados são maiores, mais comunidades são afetadas, assim como a agricultura e o risco de incêndios florestais aumenta.

Com relação ao acesso a recursos financeiros, a situação de calamidade pública requer maior agilidade. Atualmente, estão sendo empregados nas ações R\$ 2 milhões do orçamento do próprio Corpo de Bombeiros. O Estado ainda aguarda a liberação dos R\$ 10 milhões aprovados pelo Ministério da Integração Nacional para atender a população atingida pela seca. Outros projetos de solicitação de recursos tramitam no governo federal.

Para dar apoio a ação de combate aos incêndios em Roraima, foi feita solicitação e um efetivo de 280 homens estão sendo enviados ao Estado. São 140 bombeiros do Distrito Federal e mais 140 brigadistas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).

Ainda hoje a primeira remessa de 40 profissionais chega à Boa Vista. O efetivo será enviado ao Estado de forma fracionada em função da logística de aeronaves para o transporte. Os bombeiros e brigadistas vão atuar diretamente no combate a

Diário Oficial BOAVISTA, 09 DE FEVEREIRO DE 2010

computados como tais, sendo-lhes, se o caso, facultado o enquadramento no artigo 93 e §§ da Lei federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 6º Em caso de subcontratação de obra ou serviço, desde que admitida no edital e no contrato, a subcontratada deverá cumprir os parâmetros do PROGRAMA de que trata este decreto, de modo isonômico àquela que a subcontrata, conforme estabelecido nos artigos 3º e 4º, sendo vedada à subcontratada somar o seu contingenciamento de vagas ao da contratada.

Art. 7º Para os efeitos deste decreto, considera-se:

I - indivíduo em cumprimento de medida socioeducativa, aquele que está submetido a uma das medidas previstas nos incisos III, IV, V e VI, do artigo 112 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA;

II - egresso do sistema socioeducativo, aquele que cumpriu uma das medidas previstas nos incisos III, IV, V e VI, do artigo 112 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA.

Artigo 8º - A contratação dos beneficiários do PROGRAMA, realizada conforme o que dispõem os artigos 3º a 6º deste decreto, dar-se-á formalmente, nos termos da legislação pertinente, do seguinte modo:

I - publicado o edital que licitará obra ou serviço, e desde que o administrador público responsável pelo certame escolha aderir ao PROGRAMA, a proponente deverá encaminhar, concomitantemente aos documentos exigidos na fase de habilitação, carta de compromisso afirmando sua disposição em contratar, nos limites estabelecidos nos artigos 3º e 4º, os beneficiários do PROGRAMA, na forma do modelo constante do Anexo I deste decreto;

II - quando do início efetivo da execução da obra ou serviço, o contratado, por seu representante legal, deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, a lista dos empregados que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 7º, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do modelo constante do Anexo II deste decreto.

Parágrafo único. Quando o contrato for celebrado com o indivíduo computado para efeitos do disposto nos artigos 3º e 4º deste decreto nos cadastros da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania-SEJUC, por meio do Centro Sócioeducativo - CSE, a empresa contratada deverá comprovar o seu enquadramento em uma das categorias de que trata o artigo 7º.

Art. 9º A fiscalização da contratação ocorrerá desde o início efetivo da execução da obra ou serviço, por aquele que for designado fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato.

Art. 10. A relação de proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos indivíduos beneficiários do PROGRAMA e aquelas necessárias ao adimplemento do ajuste administrativo, nos termos do que dispõem os artigos 3º e 4º deste decreto, deverá ser mantida durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, no limite determinado pela legislação.

§ 1º Havendo demissão, nos casos de que cuida este decreto, a contratada deverá proceder à sua comunicação ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para a Administração atualizar seus cadastros.

§ 2º A contratada deverá, em até 5 (cinco) dias corridos, providenciar o preenchimento da vaga em aberto, com o auxílio dos cadastros mantidos pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES e pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC, por meio do Centro Sócio-Educativo - CSE, se necessário, respeitadas suas necessidades, nos mesmos termos de que trata o artigo 7º deste decreto.

Art. 11. Para os fins previstos neste decreto, cabe:

I - à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania-SEJUC, por meio do Centro Sócioeducativo - CSE:

a) cadastrar todos os indivíduos que se amoldem ao perfil englobado pelo PROGRAMA com o objetivo de facilitar o preenchimento das vagas de trabalho disponibilizadas na forma dos artigos 3º a 6º deste decreto;

b) certificar, em caso de dúvida do gestor do contrato, que o indivíduo contratado pela empresa nos termos dos artigos 3º a 6º deste decreto insere-se em uma das categorias a que se refere o artigo 7º;

II - à Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES:

a) captar vagas junto ao mercado de trabalho roraimense para a alocação dos beneficiários do PROGRAMA;

b) disponibilizar, aos beneficiários do PROGRAMA, vagas nos cursos e atividades de qualificação social e profissional que oferece aos indivíduos roraimenses, procurando, quando possível, adequar a vocação profissional do indivíduo à disponibilidade da grade de opções de cursos e à demanda do mercado de trabalho local.

§ 1º Os cadastros dos potenciais beneficiários do PROGRAMA de que trata este artigo conterão, além dos seus dados identificadores, histórico de suas aptidões e qualificações profissionais e pessoais, inclusive com informações de cursos e atividades que eventualmente hajam desenvolvido e/ou concluído.

§ 2º O cadastro dos beneficiários do PROGRAMA deverá resguardar o sigilo e a intimidade do indivíduo, conforme as normas que regem a matéria.

§ 3º A definição do número de vagas em cursos de qualificação social e profissional a que se refere a alínea b, do inciso II, deste artigo, será definida em conjunto pelas Secretarias da Justiça e Cidadania, por meio do Centro Sócioeducativo - CSE, e da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES, dependendo da capacidade logística de execução e acompanhamento das atividades, bem como da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários.

§ 4º As características psicossociais dos indivíduos contratados na forma dos artigos 3º a 6º deste decreto, deverão ser compatíveis com as atividades por eles desenvolvidas perante o órgão ou entidade pública contratante.

Art. 12. Caberá à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC, por meio do Centro Sócioeducativo - CSE e a Secretaria de Estado do Trabalho e Bem - Estar Social, buscar a inserção dos indivíduos beneficiários do PROGRAMA, que se enquadram nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 7º deste decreto, no mercado de trabalho roraimense em geral.

Art. 13. Aos indivíduos, em cumprimento de medida socioeducativa, e aos egressos do sistema socioeducativo, aplicam-se as normas previstas neste decreto, em interpretação conforme as normas que regem a preservação da intimidade e os ditames do ECA.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução das ações previstas neste decreto correrão por conta das dotações respectivas dos órgãos nels envolvidos.

Art. 15. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 5 de fevereiro de 2010.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 10.920-E DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010

"Dispõe sobre a reinclusão de Praça, integrante da carreira policial militar do ex-Território Federal de Roraima, ao Quadro de Praças Policiais Militares da Polícia Militar de Roraima".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 62, da Constituição Estadual, e considerando a decisão expedida pelo Excelentíssimo Sr. Doutor da 2ª VARA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA, em sede liminar, referente ao processo nº 2009.42.00.001476-3, em 19 de dezembro de 2009, D E C R E T A:

Art. 1º Reincluir nas fileiras da Polícia Militar de Roraima, a contar de 19 de dezembro de 2009, o Soldado PM RAIMUNDO NONATO BARBOSA DA SILVA, RG nº 119.113 - SSP/RR, e CPF nº 241.730.372-72, até ulterior deliberação judicial em contrário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 8 de fevereiro de 2010.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 10.924-E DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010.

"Declara em situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, as áreas dos municípios do Estado de Roraima afetadas por ESTIAGEM, e estabelece outras providências".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, c/c o art. 11, incisos II e XVIII, da Constituição do Estado de Roraima e o § 1º, do art. 17, do Decreto 5.376, de 17/02/2005 e a Resolução Nº 03, do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, de 02/07/99,

CONSIDERANDO que a diminuição da precipitação pluviométrica, caracterizada como estiagem, ocorrida nos últimos meses, tem provocado a diminuição dos níveis dos rios e igarapés e consequentemente a falta de água para o consumo humano e animal nas zonas rural e urbana dos municípios relacionados no anexo único do presente Decreto, tendo ocasionado danos à agricultura, pecuária e meio ambiente dessas regiões;

CONSIDERANDO a situação de anormalidade causada pela falta de precipitação pluviométrica, que resultaram em um desastre de origem natural na grande maioria dos municípios, exigindo do poder público estadual a adoção de medidas para restabelecer a normalidade;

CONSIDERANDO que obras de infra-estrutura para suprimento de água dos animais e da população necessitam ser implementadas, em curto prazo, para redução das vulnerabilidades da população rural e urbana situada nos municípios afetados;

CONSIDERANDO competir ao Estado à preservação do bem-estar da população, bem como das atividades sócio-econômicas nas regiões atingidas por eventos adversos, causadores de desastres para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações de anormalidade;

CONSIDERANDO que é dever constitucional da Administração

Amajari e Alto Alegre sofrem com incêndios florestais

Fonte: a A A A

Foto:

Atuação dos 309 focos de 2010-02-15 a 2010-02-16 no

Amajari: RR-205, 2010-02-15

Amajari: RR-205, 2010-02-16

Alto Alegre: RR-205, 2010-02-15

Amajari: RR-205, 2010-02-16

Recalcitrante: RR-205, 2010-02-15

Caracas: RR-205, 2010-02-15

Pacaraima: RR-205, 2010-02-15

Bom Vista: RR-205, 2010-02-15

Uruçuama: RR-205, 2010-02-15

Alto das Águas: RR-205, 2010-02-15

Bacabal: RR-205, 2010-02-15

Cama: RR-205, 2010-02-15

O gráfico mostra a incidência de focos de incêndio nos municípios do Estado

As pessoas que ajudaram a apagar o incêndio, apenas a casa sede da propriedade não foi destruída. Outras fazendas vizinhas também foram atingidas. A Serra do Tepequém, também sofreu com os incêndios e com a seca que assola todo o município.

Na região do Boquirão, que fica localizada no município de Alto Alegre, já na divisa com o Amajari, são vários os focos de incêndios que já destruíram cercas e pastos. O céu cinzento na região é prenúncio de fogo e a fumaça incomoda quem trafega nas estradas vicinais.

Na RR-205, que liga Alto Alegre, já na entrada para a Vila do Taíano, o fogo tomou conta de um lado e do outro, levando perigo aos motoristas que trafegavam pela rodovia estadual, onde não há acostamento.

A forte estiagem vem proporcionando uma imagem desoladora com os animais procurando um local para beber água. O problema é que a maioria dos açudes existentes secou. (Com a colaboração de Fernando Hader).

No município de Amajari, várias propriedades sofreram prejuízos com incêndios de grandes proporções. Há meses o município vem sendo atingido com focos de incêndio. As autoridades da região também decretaram estado de calamidade pública.

No último fim de semana, fazendeiros e um grande número de trabalhadores passaram três dias tentando controlar as chamas que invadiram diversas propriedades. O grupo se deslocava de uma fazenda para outra tentando debelar o fogo que se alastrava com a força do vento e destruía tudo o que encontrava pela frente.

A fazenda Bacabal, que fica ao longo da estrada que liga o Amajari, teve toda sua área queimada e segundo relatos de

**Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Porta-Voz**

Discurso do Presidente da República

seja, o estado fica sem poder oferecer, a quem quer que seja que vai investir lá, a possibilidade de um futuro. Então, não é um problema do governador ou um problema do presidente, é um problema que o País tem que resolver.

Qual será o futuro do Amapá? O que nós vamos querer para o Amapá? Quando tomei posse, eu imaginei que a gente ia fazer a ponte Brasil-França, que havia interesse dos dois países. Hoje, o que acontece? Eu estou terminando o primeiro mandato, já pensei em tomar champanhe naquela ponte umas dez vezes e não vou tomar porque a ponte não saiu ainda, e a burocracia brasileira é tão empedernida quanto a burocracia da França. Ou seja, um dia eu pego 11 advogados brasileiros indo para Paris para discutir a ponte e o ~~dinheiro da passagem daria para fazer a ponte. Ao invés de 11, vai um~~ advogado ou vão dois, façam uma reunião aqui no Brasil e tirem uma diretriz: qual é a sua defesa lá em Paris?

Mas o que nós vamos querer do Amapá? O que nós queremos do Acre, como é que ele vai se desenvolver? O estado do Amazonas e o estado do Pará têm dimensões de grandeza própria para se desenvolver. Isto aqui já está consolidado como um parque industrial altamente moderno, invejável. O Pará tem uma estrutura de exportação também invejável. Mas os outros estados do Norte não têm. Então, nós vamos ter que cuidar disso, alguém tem que assumir a responsabilidade. Você não se preocupe não viu Ottomar? Não se preocupe. Não é porque eu perdi as eleições lá que eu vou deixar de cuidar de Roraima com carinho. Vou cuidar de Roraima e pretendo ir lá no começo do meu segundo mandato para discutir com o governo, com os políticos do estado, o que nós temos que fazer para ajudar, para que haja desenvolvimento. E, depois, Rondônia. São os estados que compõem essa parte Norte do País, que eu acho que têm que ter a oportunidade que já teve o Sul e o Sudeste há 50 anos. Eu não quero tirar nada de nenhuma parte do Brasil, não quero prejudicar, uma vírgula, nenhum estado do Sul nem do Sudeste, não quero, nem do Centro-Oeste. A única coisa que eu quero é

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Presidente do Iteraima estipula prazo de oito anos para estabilizar situação

WILLAME SOUSA

O presidente do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima), Pedro Paulino, disse que seriam necessários oito anos para que a situação da regularização fundiária em Roraima se estabilizasse. Mas, este prazo não seria suficiente para solucionar definitivamente o problema de terras no Estado. Ele acrescentou que a demora não se deve à falta de ações governamentais voltadas à questão e, sim, à complexidade para a resolução da situação.

Presidente do Iteraima, Pedro Paulino:
"Procuram o Instituto para dar início ao processo de regularização"

Paulino citou como exemplo destas dificuldades a falta de documentação dos posseiros que buscam hoje a instituição para ter o título definitivo da terra. Em

determinados casos faltam documentos pessoais, tais como CPF, RG e Certidão de Nascimento. Outro fator que dificulta o processo é a falta de informação por parte dos proprietários, que não vão até o Iteraima para dar início ao procedimento de regularização.

"Um dos grandes entraves para que a gente titule as terras é o não comparecimento do requerente ao Instituto e a falta da documentação pessoal. É interessante que quem tenha posse de terras, independente de qual seja a gleba, procure o Instituto para dar início ao processo de regularização. Acredito que cerca de 60% dos posseiros não nos procuram para que seja regularizada esta situação", disse, acrescentando ainda que geralmente este processo leva cerca de 90 dias.

Paulino informou que há hoje em Roraima um número entre 10 e 12 mil de imóveis com regularização pendente, algo que demanda tempo para ser resolvido. "Apesar de estarmos dinamizando este procedimento, que é muito complexo, não podemos dizer que daqui a três, quatro ou cinco anos todas as pessoas que têm posse estejam regularizadas. Acredito que dentro de oito anos, não por falta de ação do Estado, mas por diversos fatores, Roraima ainda vai estar titulando terras", acrescentou.

O presidente foi um dos entrevistados do Agenda da Semana, programa apresentado nas manhãs de domingo pelo administrador Marcelo Nunes, na Rádio Folha (AM 1020). Após mais de um ano do repasse das terras da União ao Estado, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já repassou as glebas Cauamé, Caracaraí, Murupu, Tacutu, Quitauaú, BR-210 II, Barauana e parte da gleba Normandia. Elas, segundo Paulino, correspondem a 80% das áreas ocupadas em Roraima.

No entanto, durante este período, apenas cerca de 400 títulos foram emitidos. Segundo o presidente, esta demora é devida a uma ação do Incra contra o Governo do Estado, que impedia a efetivação do registro destas glebas junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Entretanto, este problema foi solucionado no final do mês de janeiro. Por isso, as expectativas de Paulino para este ano são boas.

"Trabalhamos com um planejamento para que no ano de 2010 façamos a entrega de 1.600 títulos nestas primeiras glebas que já foram transferidas ao Estado. Mesmo assim, estamos desenvolvendo um trabalho satisfatório, porque em 30 anos o Incra emitiu só 26 títulos", afirmou ele.

O Incêndio do Século

(Artigo publicado no "O Estado de S.Paulo", 21-10-98.)

O maior incêndio do ano no Brasil, registrado até o momento, pode ser atribuído à queimada de Roraima de março de 1998. A catástrofe ambiental foi chamada pela imprensa de o Megaincêndio do Século. De fato, outro evento de até maiores proporções, já que envolveu mais pessoas e mais e maiores propriedades, aconteceu desde o final de junho de 1998 na Flórida, Estados Unidos da América !!! O evento de Roraima foi muito noticiado, pela imprensa nacional e internacional. O evento da Flórida passou quase que despercebido na nossa imprensa.

O Brasil inteiro sofreu durante mais de trinta dias, com as queimadas que viraram incêndio fora de controle em Roraima durante março recente. Os prejuízos foram de fato enormes, mas apesar de todo sofrimento, parece que não se compara à tragédia da Flórida. Um resumo dos fatos é descrito abaixo.

No início de março, a falta de chuva em Roraima mostrava uma paisagem desoladora. A queda do nível dos rios deixava transparecer bancos de areia, antes encobertos pelo volume normal das águas. O maior rio de Roraima, o Rio Branco, com suas vertentes na Serra de Pacaraima, ao norte, e desembocadura no Rio Negro, no Estado do Amazonas, ficou com uma profundidade de apenas 35 centímetros. O lago natural do Parque Anauá, em Boa vista, com 3 mil metros quadrados e capacidade para 100 milhões de litros, havia secado por completo.

Em meados de março, a estiagem em Roraima revelava-se uma das piores dos últimos 15 anos, trazendo forte prejuízo à economia do Estado. Segundo o governador Neudo Campos, as perdas estimadas eram de R\$ 10 milhões. A crise vinha se abatendo principalmente sobre a agricultura e a pecuária. Nas regiões sul e norte do Estado, segundo cálculos do governo, cerca de 12 mil cabeças de gado morreram de fome e de sede. Rios e igarapés secaram, e em oito dos 15 municípios do Estado o abastecimento de água estava totalmente comprometido. O município de Pacaraima, última cidade brasileira ao norte na fronteira com a Venezuela, com população de 4 mil habitantes, sem uma gota d'água, foi socorrida pela cidade venezuelana vizinha, Santa Elena do Uairém.

No dia 26 de março, a capital Boa Vista e a BR-174 amanheceram encobertas pela fumaça. A visibilidade era de apenas 30 metros e os carros circulavam com os faróis acesos.

Roraima sofre com estiagens e queimadas

Dos 15 municípios de Roraima, dez decretaram situação de emergência ~~p, em cinco, o estado é de calamidade pública.~~



★★★★★ [« dá sua nota »](#)

Em Roraima, o problema é o oposto do que se vê em Mato Grosso e em São Paulo.

O principal rio do estado, o Rio Branco, está quatro metros abaixo do nível considerado normal. Dos 15 municípios de Roraima, dez decretaram situação de emergência por causa da estiagem e em cinco, o estado é de calamidade pública.

Entre eles, Pacaraima, onde os moradores sofrem com a falta d'água. No sul do estado, a preocupação é com a criação de animais. "Está tudo morrendo, agora só Deus vai dar um jeito. Vou ter que pegar água da torneira para dar para o gado", disse o produtor rural Carlos Cardoso.

Outro problema são as queimadas, que avançam sobre as serras e áreas de floresta. O fogo também causa prejuízo aos agricultores, que perderam produções inteiras.

"O fogo é demais. Eu estava com a foice nas costas. É de pelear para livrar o lote, mas como não livre, queimou tudo", contou o produtor rural Antônio Barbosa.

O Ministério da Justiça autorizou o envio de 35 bombeiros da Força Nacional de Segurança para atuarem no combate as queimadas em Roraima. O objetivo é evitar que o fogo se espalhe por áreas de proteção ambiental e também pela reserva indígena Yanomami.

Nós estamos trazendo efetivo exatamente para ter uma resposta mais rápida e eficaz

Autor Romero Jucá (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /RR)
Data 21/02/2006 **Casa** Senado Federal

Tipo Discurso

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente, trago à tribuna um fato extremamente grave ocorrido no meu Estado e que diz respeito não só à minha pessoa, mas ao Senado Federal.

Há poucos minutos, o meu gabinete, na rua Victor Hugo, nº 106, Bairro do Canarinho, em Boa Vista, Roraima, foi invadido por pessoas ligadas ao Governo do Estado. Pessoas da assessoria de comunicação do governador entraram no meu gabinete, filmando, tentando intimidar as pessoas, e nós reagimos e chamamos a Polícia.

Essa situação tem-se repetido. Há alguns dias, a minha residência, em Roraima, foi invadida pelo helicóptero que presta serviços ao Governo do Estado, para fazer filmagens dentro da minha residência.

Temos sido atacados diariamente pela rádio pública do Governo do Estado, que, aliás, ainda tem um sinal dado pelo Governo Federal. Portanto, a rádio Roraima AM é uma rádio cujo sinal ainda é do Governo Federal, mas é usada, todos os dias, para me atacar, achincalhar a minha honra, da minha esposa, dos meus filhos e dos deputados de Oposição.

Quero registrar que já comuniquei a Polícia Federal e estou comunicando à Presidência do Senado e ao Ministro da Justiça, porque é um absurdo o andamento das coisas no Estado de Roraima.

Eu responsabilizo o Governador Ottomar Pinto. Ele pensa que ainda está no tempo da ditadura; ele pensa que ainda está no tempo em que as pessoas vão abaixar a cabeça para ele no Estado. Não vamos. Ele está desesperado por conta da eleição. Mas nós estamos o tempo todo, mesmo recebendo essas agressões, Senador Romeu Tuma...

O SR. MÃO SANTA (PMDB - PI) - Senador Romero Jucá, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL - SP) - Não é permitido apartes, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) - Quero registrar, Sr. Presidente, que mesmo com todas essas provocações, com todas essas agressões, nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL - SP) - É claro que todo o Plenário está solidário com V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) - Claro, eu sei disso. Sei que a posição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores desta Casa é pela democracia, pelo respeito e pela responsabilidade. O governador está usando dinheiro público, pagando pessoas da área de comunicação para ficar atocaiando, fazendo emboscada e armação para as pessoas que lhe fazem oposição no Estado. É uma posição antidemocrática, irresponsável e bastante negativa.

Mas, apesar de tudo isso - tenho dito reiteradas vezes e quero reafirmar aqui -, nesta campanha, nós não vamos baixar o nível, Presidente Romeu Tuma. Vamos fazer uma campanha de propostas, apresentando o que entendemos que está errado no Estado e a forma como queremos mudar o nosso Estado de Roraima.

O Estado de Roraima não merece esse tipo de agressão, que não é feita só a mim e à minha família, mas a toda a população do Estado. Se um governador é irresponsável a ponto de agredir, de fazer isso com um Senador da República, imaginem o que não faz esse bandido com a população comum do meu Estado. Quero dizer que estou indignado. Peço providências à Polícia Federal, peço providências ao Senado, porque foi invadida a minha residência, foi invadido o meu escritório, que é uma extensão do gabinete do Senador do Estado. Os invasores foram presos por nós e entregues à Polícia Civil. Espero que a Polícia Civil do meu Estado, que está sendo tão maltratada pelo Governador, não seja irresponsável de tentar distorcer os fatos que ocorreram no meu escritório.

Sr. Presidente, infelizmente, esse era o comunicado que eu tinha a obrigação de fazer à Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Com a palavra, o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, que dirige os trabalhos do Senado Federal na manhã de hoje, Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Eurípides Camargo, Mão Santa, Srs. e Srs. Senadores:

Inicialmente, Sr. Presidente, venho registrar aqui o início de mais uma Campanha da Fraternidade que a CNBB realiza todo o ano em nosso País. Penso que, desde a década de 1960, ao tempo que Dom Helder Câmara era Bispo Auxiliar na Arquidiocese do Rio de Janeiro, essas conferências começaram. E, naturalmente, ao longo do tempo, elas estão sendo fertilizadas por um debate extremamente positivo sobre as grandes carências do Brasil. Eu diria que a Igreja, por esse caminho, dá uma contribuição muito significativa para que conheçamos melhor os problemas brasileiros e formas de como superar tais questões.

Essas campanhas, em algumas hipóteses, são feitas em caráter ecumênico, compreendendo outras confissões religiosas. Em pelo menos duas oportunidades, a campanha da fraternidade teve esse caráter ecumênico. Isso ocorreu nos anos 2000 e 2005.

É bom lembrar que o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic) fez o lançamento oficial da campanha deste ano. O tema é “Fraternidade e Economia”, com o lema “você não podem servir a Deus e ao dinheiro”, aliás, inspirado no Evangelho de Mateus (Capítulo 6, Versículo 24).

Ao meu ver, a campanha nos leva a uma reflexão muito estratégica sobre as prioridades com as quais nos defrontamos e à busca da justiça econômica.

Acrescentaria também como fato extremamente relevante a colocação que o reverendo Luiz Alberto Barbosa, Secretário-Geral do Conic: A Campanha da Fraternidade Ecumênica que está sendo realizada neste ano de 2010 ajuda a suscitar o ecumenismo no mundo moderno. Enfim, são confissões religiosas de diferente cariz que se unem numa tarefa comum. A abertura da Campanha, como se sabe, geralmente é feita logo após o carnaval, ou seja no início da Quaresma que estamos celebrando.

Na realidade, essa Campanha da Fraternidade coincide, conseqüentemente, com o período quaresmal para a Igreja Católica Apostólica Romana e associa muitas confissões religiosas, que se enlaçam com o mesmo objetivo.

A abertura da cerimônia de lançamento da Campanha da Fraternidade foi feita pelo Pastor sinodal Carlos Möller. Logo em seguida, o Padre Valdeir dos Santos Goulart, Diretor Executivo das Edições CNBB, e o Reverendo Luiz Alberto Barbosa fizeram a apresentação do material. Caberá a Elinete Miller, membro do comitê gestor da Campanha da Fraternidade de 2010, fazer a apresentação do cartaz da campanha, com leitura do significado.

No dia 18 de fevereiro, o Papa Bento XVI, a partir do Vaticano, saudou a Campanha da Fraternidade da Igreja por meio de mensagem enviada ao Presidente da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Geraldo Lyrio Rocha. A Campanha, aberta nessa quarta-feira, é realizada durante a quaresma.

Bento XVI, na sua mensagem, desejou sucesso às Igrejas e às comunidades eclesiais no Brasil: “Que, neste ano, decidiram unir seus esforços para reconciliar as pessoas com Deus, ajudando-as a se libertarem da escravidão do dinheiro.”

Recordo que a escravidão ao dinheiro e à injustiça têm origem no coração do homem, onde se encontram os germes de uma misteriosa convivência com o mal.

“E, assim [acrescentou Bento XVI], encorajo-vos a perseverar no testemunho do amor de Deus, do Filho de Deus, que se fez homem, do homem agraciado com a vida de Deus, do único bem que pode saciar o coração da gente”.

O CMI, Conselho Mundial de Igrejas, que reúne 349 Igrejas em todo o mundo e mais de meio bilhão de cristãos, também manifestou seu apoio à Campanha da Fraternidade no Brasil. Em mensagem, o Conselho Mundial de Igrejas, afirma que “está engajado nessa reflexão, questionando as inter-relações entre riqueza e poder que geram injustiça e pobreza, além de lesar gravemente a boa criação de Deus”. Esta é, portanto, uma causa que mobiliza a família cristã não só no Brasil, mas ao redor do mundo.

Dentro desse clima de reflexão quaresmal, é bom destacar que o Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Cardeal Dom Odilo Scherer, espera que as questões suscitadas na Campanha da Fraternidade sejam discutidas durante a campanha eleitoral deste ano. Considero isso uma boa sugestão, porque permite, ao mesmo tempo em que se faz essa reflexão sobre o tema proposto, dar também um caráter de reflexão pública e, por que não dizer, política sobre a necessidade de encontrarmos meios e modos de dar ao País um desenvolvimento digno desse nome, porque, muitas vezes, confunde-se desenvolvimento com crescimento econômico, que são coisas muito distintas, a meu ver.

O verdadeiro desenvolvimento é aquele que permite a realização do homem todo e de todo homem.

Consequentemente, o crescimento econômico é apenas uma faceta da complexidade do que constitui o verdadeiro processo de desenvolvimento. Então, para termos um verdadeiro desenvolvimento, é necessário levar-se em conta a necessidade de criar, no País, uma cultura de participação, para que reduzamos as nossas desigualdades sociais e eliminemos as assimetrias que ocorrem entre as diferentes regiões do País. O Brasil é um país muito grande, sob o ponto de vista territorial e ainda convive com grandes desigualdades, com grandes assimetrias, e isso não propicia a execução de uma verdadeira política que signifique o desenvolvimento como realização integral do homem da comunidade, na sociedade em que vive.

Eu gostaria, portanto, de fazer uma referência ao artigo que publicou, no dia 18 de fevereiro, o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Odílio Scherer.

Diz ele:

Com a quarta-feira de cinzas, iniciamos o tempo litúrgico da Quaresma, que nos prepara para a celebração da Páscoa, a festa principal da Liturgia e o mistério central de nossa fé: mistério redentor da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, mediante o qual a humanidade alcança o perdão, é reconciliada com Deus e recebe a vida nova no Espírito Santo.

Mais adiante diz Dom Odilo:

Nossa experiência humana mostra que somos pecadores, frágeis criaturas, sujeitas a frequentes desvios e quedas no caminho; somos tentados a esquecer Deus, a nos deixarmos levar pela “soberba da vida”, que coloca Deus de lado e nos leva a pautar nossa existência sem Deus. A solicitação tentadora de Adão e Eva no paraíso continua sempre atual: “Sereis como deuses”. Esta é [Sr. Presidente, nós sabemos] a grande tentação do homem.

Por isso, [e volto a citar Dom Odilo] desde o primeiro dia da Quaresma, a Igreja chama à conversão, o que significa, literalmente, a voltar-se novamente para Deus; chama também à penitência e à renovada adesão a Jesus Cristo e seu Evangelho, como sinais da conversão sincera. A imposição das cinzas é acompanhada por: “converti-vos e crede no Evangelho”.

Neste ano, [insisto] a Campanha da Fraternidade nos convida a aprofundar, durante a Quaresma, o tema – “economia e vida”, e o lema – “vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro”. A situação social e econômica do

nosso tempo desafia a nós, cristãos, como a todas as pessoas, a se colocarem seriamente [frente à questão análise da referida Campanha da Fraternidade]. Se as atividades econômicas pessoais, da sociedade como um todo e as do Estado estão, de fato, a serviço da fraternidade e da vida, ou estão sendo campo de profundas injustiças, de dor e de morte?

O lema da Campanha coloca o dedo na ferida: A avareza, que é a busca ávida dos bens desta vida, como se eles fossem o objetivo último do viver humano, leva o homem a passar por cima de tudo para obter e possuir esses bens. É Jesus quem diz: “não podeis servir a Deus e ao dinheiro”.

Encerrando as referências ao artigo de Dom Odilo Scherer, Cardeal Arcebispo de São Paulo, diz ele:

A vida econômica da sociedade, que envolve o trabalho, a produção, a distribuição, o consumo e a posse de bens, deveria ser o espaço privilegiado para a construção de verdadeiras relações de solidariedade e fraternidade entre as pessoas, grupos e povos; mas não é o que sempre acontece. A Campanha da Fraternidade [portanto] nos convida a um sério exercício de conversão da vida pessoal e social, no tocante às atividades e às relações econômicas, para serem mais conformes ao desígnio de Deus sobre o homem e sobre o mundo.

Sr. Presidente, chamaria a atenção que a Campanha da Fraternidade contribui também para suscitar o bom debate sobre questão tão relevante. É a questão do bem comum.

O que se entende por bem comum? A Igreja tem entendido que bem comum é o conjunto de condições sociais que permitem e favorecem às pessoas o desenvolvimento integral da personalidade.

Pio XII afirmava que a riqueza de uma nação não se mede por critérios quantitativos, mas pelo bem-estar de seu povo. O que acabo de citar se trata de um trecho de uma locução radiofônica do Papa Pio XII.

A CNBB desenvolve esse conceito de bem comum ao dizer que abrange a existência dos bens necessários para o desenvolvimento da pessoa e a possibilidade real de todas as pessoas terem acesso a tais bens. Isso requer um empenho social e o desenvolvimento de grupos e de pessoas individualmente, implicando a existência da paz, estabilidade e a segurança de uma ordem justa.

Bem comum, saliente-se, é diferente de interesse geral. Interesse geral não distingue cada pessoa do grupo, considera apenas o coletivo. Pode subentender o sacrifício de alguns, usualmente o mais fraco, em consideração a outros e gerar, em determinados ca-

sos, exclusão social. O bem comum envolve todos os membros da sociedade, ninguém sendo isentado de cooperar, participar e desenvolver, de comum acordo com as possibilidades específicas de cada um. Enfim, todos têm, também, o direito de aproveitar as condições de vida social decorrentes do bem comum.

A responsabilidade pela construção do bem comum, a despeito de caber a cada pessoa, cabe, também, à sociedade organizada e, por que não dizer também, ao Estado, pois o zelo pelo bem comum é a razão de existir da autoridade política, ou seja, daqueles que são mandatários do povo.

O Conic, a que já fiz referência, foi fundado em 1982. Define-se como uma associação fraterna de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e salvador.

Essas igrejas desejam inserir-se nessa campanha, em um contexto histórico e ecumênico mais amplo.

O ano de 2010, assim, marca o centenário do grande encontro missionário que as igrejas da Reforma realizaram em Edimburgo, na Escócia. Foi lá que os povos destinatários de missão pediram aos missionários de diferentes igrejas que se unissem, primeiro para facilitar o acolhimento do evangelho.

Com essas considerações, Sr. Presidente, quero, a exemplo...

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Dom Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não. Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – V. Ex^a traz mais uma Campanha da Fraternidade, que se sucede a cada ano e que, sem dúvida, melhora a vida. É aquela paz do Senhor. Eu queria dizer apenas o seguinte – aqui, falo como Líder do Partido Social Cristão: entendemos, e entendemos bem, que religiões são caminhos que nos levam a Deus, e todas elas são muito boas. Evidentemente, o mundo, desde que é mundo, teve muitas religiões, mas, no mundo, quando se passou a estudar e a pensar – haja vista Sócrates –, houve a valorização da sabedoria. Sócrates, que era tido como o mais sábio dos homens, foi sacrificado porque começou a ensinar, Senador Eurípedes, que deveria haver um só Deus, não o politeísmo, com muitos deuses. Isso desagradou aqueles reis que cultuavam muitos deuses e que se beneficiavam desses cultos. Antes mesmo de Cristo, ele já pregava isso, assim como aquela religião dos que chamamos de judeus, aqueles que pregam e vivem o Antigo Testamento e que ainda esperam pelo Messias, o qual acreditamos que tenha vindo há 2.010 anos. Então, cerca de 566 anos depois de Cristo, nasceu aquele líder chamado

Maomé, que acreditava em um Deus também, Alá. Ele, sem dúvida, foi um extraordinário homem, que o mundo segue, porque ele teve capacidade de liderança. Diferentemente do nosso Jesus Cristo, ele conviveu com cargos públicos, com conquista de terras, de reinos e de riqueza e escreveu, não é? Cristo nada escreveu. Quem escreveu os Evangelhos foram seus apóstolos e os não apóstolos, mas seguidores, como o apóstolo Paulo. Essas são as religiões que dominam o mundo. Outros apresentaram-se na China e na Índia, como Confúcio e Gautama, o Buda. Todas elas levam ao bem. Eu queria dizer que entendemos, e entendemos bem, que, nesse espírito cristão que V. Ex^a representa – V. Ex^a é cristão –, em 2.009 anos, houve momentos de grandeza, em que pregavam os apóstolos, mas houve também momentos de decepção na história do mundo, na época medieval, quando se vendia lugar no céu. Um dos cristãos protestou contra isso. Aí, veio a grande Reforma, que beneficiou todos, e criaram outras com os mesmos princípios da Reforma. Mas temos de entender aquilo que nos une, não o que nos separa. O que nos une é a vida de Cristo, que é vivida. O que fez Cristo? Fez o que fazemos. V. Ex^a o fez, como político, como Governador, e eu o fiz. É a nossa cara, e, por isso, estamos aqui. É a melhor filosofia, a cristã, e, por isso, estou no Partido Social Cristão, que tem como símbolo o peixe – o peixe lembra Cristo alimentando os frágéis, os famintos –, que tem como *slogan* a fé e a ética na democracia, que tem como programa a promoção do ser humano e que tem como doutrina a cristã, que é a melhor de todas. O que fez Cristo? Senador Eurípedes, Ele fez o que fizemos e o que vamos fazer: alimentou os famintos, deu de beber a quem tem sede, vestiu os nus, assistiu aos doentes, visitou os presos, em solidariedade, e fez obras com os milagres, e, por isso, nós O seguimos. Mas eu queria dizer que vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro. Aqui, estou com o portal da Campanha da Fraternidade Ecumênica do Piauí/2010, apresentada pela Diocese de Barra do Piraí. Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou há de odiar um e amar o outro ou há de se dedicar a um e desprezar o outro. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro, como dizemos. Mas quero dizer que a importância disso é muito grande. Nesta minha vivência no Senado – já estou aqui há sete anos –, aprendi muito, muito, muito, muito. Defino isto como uma universidade em que se busca a sabedoria para melhorar o mundo. Mas quero falar de um momento de glória. Todas essas religiões são contra a violência, pois todas elas pregam a paz. A nossa diz “que a paz do Senhor esteja convosco”, quando terminam nossos atos religiosos. Ouvi um debate, aqui, numa audiência pública sobre violência. Eram muitas cabeças, Sena-

dor Eurípedes. Cada um dava sua sentença, sua luz: aumentar o Exército, botar o Exército na rua, voltar a força e a cadeira elétrica, aumentar a pena no Código. Aí, um jornalista apresentou-se, falou e disse: “Quero dar meu depoimento. Minha profissão me obriga a ir às favelas do Brasil, ao Complexo do Alemão, à Rocinha. Eu vou lá e as conheço. Onde há uma igreja [ô Marco Maciel, ouça o que disse o jornalista], há paz em torno”. Então, precisamos apoiá-las, fomentá-las. Todas elas são boas. Quero me associar, como Líder do Partido Social Cristão, a essa Campanha, que é ecumênica. V. Ex^a, como sempre, traz a mensagem de Deus, a Sagrada Escritura e a vida de Cristo ao Parlamento e ao Brasil. Então, meus cumprimentos a V. Ex^a! Está escrito no Livro de Deus: “Quando dois ou três estão ao meu lado falando sobre isso, nossas palavras passarão dos Céus à Terra, e eu estarei aí”. Então, V. Ex^a traz, neste instante, Deus ao Plenário do Senado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado nobre Senador Mão Santa pelas palavras de V. Ex^a. Devo dizer que essa reflexão crítica que estamos fazendo sobre a Campanha da Fraternidade deste ano de alguma forma nos leva a pensar coletivamente, buscando melhores rumos para o nosso País e nossas instituições.

Semana passada, o Senador Flávio Arns fez um discurso sobre o tema – ele que é sobrinho do Cardeal Dom Evaristo Arns –, trouxe pontos muito importantes ao debate da questão.

Devo, antes de terminar, mencionar que como essa Campanha da Fraternidade deste ano, além da Igreja Católica Apostólica Romana, traz também a participação das igrejas membros do Conic. Gostaria de mencionar quais são essas igrejas:

Igreja Católica e Apostólica, pois fundada por Jesus Cristo sob o alicerce dos apóstolos; a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul tem seu fundamento em Jesus Cristo e na fé apostólica; a Igreja Episcopal Anglicana no Brasil é uma província eclesiástica da Comunhão Anglicana espalhada pelo mundo; a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil faz parte da família reformada do protestantismo histórico e é uma das igrejas cristãs presbiterianas e, finalmente, a Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia, ISOA, uma das igrejas orientais e tem suas raízes na comunidade de Antioquia, fundada, como sabemos sobre o alicerce dos apóstolos, inclusive o grande Apóstolo que foi São Paulo.

Portanto, este ano de 2010 pode suscitar, além de grande debate sobre o País e seu desenvolvimento, mas também criar condições para que reflitamos sobre as questões que nos desafiam, visto que este ano vamos ter as chamadas eleições gerais, que vão

da eleição do Presidente e Vice-Presidente da República até a eleição das assembleias legislativas e Câmara Distrital.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu encerro minhas palavras. Antes, porém, gostaria, na forma do Regimento Interno do Senado e de acordo com as tradições da Casa, de requerer as seguintes homenagens pelo falecimento de Sérgio Murilo Santa Cruz, ocorrido no dia 17 de fevereiro do corrente, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Peço que, uma vez aprovado esse requerimento, seja feita inserção em ata do voto de profundo pesar pelo passamento do referido homem público e grande advogado criminalista pernambucano, e também apresentação de condolências a seus familiares, inclusive ao filho Sérgio Murilo Santa Cruz Filho.

Ele foi, como disse há pouco, advogado criminalista, deputado estadual e federal e se caracterizava pela combatividade na defesa das suas idéias.

Em 1974, Deputado Federal, o Diap o considerou o mais influente parlamentar na Câmara dos Deputados. Elegeu-se nas eleições de 1978 e 1982. Foi um dos articuladores da chamada Aliança Democrática, pacto constitutivo que permitiu sairmos do Estado autoritário para o Estado Democrático de Direito e que propiciou a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República no Colégio Eleitoral de 1985.

A única eleição majoritária por Sérgio Murilo foi pela Prefeitura do Recife., em 1985. Sérgio Murilo, com quem tive a oportunidade de conviver, não somente no campo político, mas também até no campo futebolístico, porque ambos torcíamos pelo Santa Cruz, trabalhou até o ano 2000, quando o mal de Parkinson o acometeu, deixando-o impossibilitado de continuar o seu trabalho no campo da profissão, como advogado, e também no exercício de atividades políticas.

Não podemos, portanto, deixar, neste momento, de fazer um registro pelo seu passamento e expressar a convicção de que Deus o acolherá em seu regaço.

Eram essas as palavras que gostaria de proferir neste instante, nobre Senador e Presidente, Pedro Simon.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti que, por gentileza, venha presidir a sessão, porque estou sendo chamado com urgência ao meu gabinete.

E, com muita, muita alegria, dou a palavra ao nosso querido Mão Santa, afirmando que estas sessões de sexta-feira e de segunda-feira, nesta ação

nova do Senado Federal, têm muito da sua garra, da sua competência e da sua liderança.

É com prazer que dou a palavra – como diz V. Ex^a –, pelo tempo que for necessário, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, que preside, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui, que nos assistem no plenário do Senado, e que nos acompanham pelo nosso fabuloso sistema de comunicação do Senado. E é bom mesmo, está vendo, Pedro Simon? Ontem, porque eu liguei a Televisão Senado, eu queria ouvi-lo. Não é que eu não vi não, mas quando a gente está na Presidência, os Secretários Executivos, as Secretárias, nos levam documentos, porque tem que cumprir o expediente, dar andamento, e perdemos alguns instantes. Hoje não perdi. Mas ontem eu vi mais um extraordinário pronunciamento de V. Ex^a, e quis ver de noite. Como a gente sente falta!. E lá no meu apartamento ela não entrou, deve ter tido um defeito. Mas ela é boa mesmo, a Televisão Senado, ela é agradável, ela é ouvida. E eu não o vi ontem, por isso. Mas Deus me premiou, porque V. Ex^a voltou hoje à tribuna e ensinou a todos nós do País. Então, V. Ex^a continua sendo o grande mestre da democracia.

E ontem eu tive um debate muito qualificado com o Mercadante. Eu acho que ele ficou surpreso. Não sabia que eu já sabia tanto. Porque meu professor é V. Ex^a, e eu procuro aprender.

Então, Pedro Simon,... Ô Mozarildo, sete anos. Vocês têm mais. Mas sete anos é muito. Seis anos é o curso de Medicina. O sujeito aprende. Eu me lembro, quando eu vinha no corredor, no início, com Tasso Jereissati. Também a vida dele foi mais executiva, como a minha. Eu fui Secretário de Saúde, eu fui Prefeito, eu governei o Estado por duas vezes. E ele também. E nós vínhamos ali no corredor, no início do mandato. Aí, nós somos muito próximos ali, Ceará e Piauí, amizade antiga, respeito mútuo, admiração mútua. Aí, ele perguntou: “Mão Santa, o que tu estás achando disso?”. Nós vínhamos naquele corredor. Eu digo: “Tasso, eu vim aqui e vou enfrentar isso como vou fazer um mestrado, um pós-graduado, um PhD”.

Olha, nós acabamos de sair da sala de aula. Éramos da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos. E éramos nós dois. E eu passei lá... E devo a V. Ex^a, Pedro Simon. Eu devo muito. Eu sou agradecido. Teve um movimento em que tiraram... Por dois anos quiseram nos tirar, e nos tiraram. V. Ex^a disse que sairia, mas tinha que ficar o Mão Santa lá, com uma independência. Então, eu passei seis anos na CAE. Aquilo

é mais que um curso de economia, pelos problemas, pela dedicação.

Mas eu vinha vindo, no começo, com Tasso Jereissati, e eu disse: “Rapaz, eu estou enfrentando isto como se fosse um pós-graduado, um mestrado. Acabamos de sair de uma aula, ali da CAE. E, ó, está buzinando, tem até sirene, e tem o diretor” – era o Sarney, não é? – “vamos dar presença e tudo”.

Então, nós aprendemos muito, e V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, foi o grande mestre, o grande “Rui Barbosa”. Nós convivemos, e eu me aproximei. E quero dizer isto: o Senado é esta instituição que nos traz sabedoria, convivência e aprendizagem com todos. Nós aprendemos com todos.

Ontem, V. Ex^a deu mais um ensinamento. No momento, ensinando a atravessar esse mar vermelho de corrupção que existe. V. Ex^a foi o Moisés: deu a luz, os caminhos; como Rui Barbosa dizia no passado: “Só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça”.

Mas o nosso amigo Mercadante, homem, também, de grande cultura em economia, começou, empolgado, naquela de que o nosso Luiz Inácio – com todo o respeito, ele é o nosso Presidente, e queremos que seja feliz. Nunca falamos mal dele. Um dia, uma pessoa chegou e disse: “Você falou mal, falou da Dona Marisa.” No meu improviso, numa comparação, eu disse que ela lembrava Martha Rocha. Mas eu disse que não. Martha Rocha, na minha geração, foi o símbolo da beleza e da dignidade da mulher. Eu não disse isso. É porque, no dia, eu disse: “Vá andar de mãos dadas, lá na Cinelândia, com a sua encantadora que parece a Martha Rocha – para mostrar a violência.

Senador Pedro Simon, estamos aqui. Mas o nosso Aloizio Mercadante se excedeu, porque Lula tinha feito tudo. Mas, Senador Aloizio Mercadante, se V. Ex^a me permite...

Aí eu vim, com conhecimento de estudar o Rui, de estudar V. Ex^a, e disse que não era assim, não. “O Lula não teve o terceiro mandato, porque não quis”. Ô Mercadante, não é assim, a verdade não é assim. Isto aqui é um País novo, as instituições são novas. Nós temos que aperfeiçoá-las, melhorá-las. Nós as importamos da Europa, há pouco mais de 100 anos. E esse homem foi lá e viu. O modelo daqui é bicameral, monárquico. E foi justamente na Inglaterra que começamos a aprender o que somos hoje.

Quando o Rei Carlos I havia fechado o Congresso, de repente, a Inglaterra entrou em guerra contra os países vizinhos – Irlanda, Escócia –, e o rei se viu aperreado. O rei da Inglaterra, Sua Majestade, havia fechado o Parlamento e não tinha dinheiro para enfrentar os países vizinhos. Aí resolveu reabrir o Parlamento. E um grande homem, um grande líder – por

isso nós temos isto aqui; muitas pessoas não sabem por que há o Senado —, Emily Crown, chegou e disse — olhe a nossa credibilidade, nós que a temos, nós somos o povo, somos filhos do voto e da democracia —: “Rei, eu abro o Congresso. Vamos buscar o dinheiro para Vossa Majestade enfrentar a guerra, mas quero dizer-lhe que, nunca mais, na Inglaterra, um rei estará acima da lei”.

E o que nós somos? Foi Rui Barbosa, que esteve aqui, depois de libertar os escravos. Ele fez a lei, a nossa querida princesa Isabel apenas assinou, o povo jogou flores. Ele fez a República, a primeira Constituição, foi Ministro da Fazenda e foi perseguido pelo segundo Presidente Militar, o Marechal de Ferro — ele, Senador da República —, porque queriam meter um terceiro militar, e ele disse: “Estou fora”. Não era aquilo que tinham feito, a República. Um militar, Deodoro, Floriano, e vinha outro. Aí disseram: nós lhe damos de novo.

Este é o grande ensinamento para o PT, para o PMDB, ao qual pertenci por uma vida. Disseram: “Você vai ser Ministro da Fazenda de novo. E ele disse: “Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”. Agora estão trocando por qualquer “carguinho”, por qualquer boquinha, os partidos aí. São o mesmo que urubu na carniça: querem é cargo.

E Rui Barbosa, por isso, foi perseguido. Foi para a Argentina, trabalhou na Inglaterra e viu isso, o que Locke escreveu. Ele viu o nascer de um país democrático, não monárquico, mas bicameral, que são os Estados Unidos. Então, nós copiamos as instituições, que não são novas, mas não é assim: “Luiz Inácio não vai ter o terceiro mandato, porque não quis”. Juscelino Kubistchek tinha toda essa popularidade. Juscelino, aquele otimista; Juscelino, o pai da indústria no Sul, que fez Brasília no centro, que colocou a Sudene; Juscelino, um médico como nós. Está vendo, Mozarildo? Foi-lhe oferecido, e ele não quis, porque respeitava a Constituição e a lei.

Então, com todo o respeito, não é que Luiz Inácio não tenha querido, não. Não quis, porque é muita gente, é muita história que já temos do Brasil. Ô Mozarildo, é preciso entender que só somos oito anos mais novos do que os Estados Unidos. Eles quiseram. Os alopados quiseram o terceiro mandato; quiseram seguir o Fidel, o Chávez, o Correazinha, o índio da Bolívia, o padre reprodutor do Paraguai, o da Nicarágua, Honduras deu um rolo, mas é porque a democracia é fruto de todos nós. Nós não deixamos. Não deixamos, porque na democracia tem de haver divisão de poder e alternância de poder.

Então, essa é a verdade. Com todo o respeito, ele é o nosso Presidente, nós queremos que seja feliz, que acerte. Eu votei em Luiz Inácio em 1994.

Mozarildo, nem os militares... Não é essa gentinha aí, esses alopados que pensam que dominam o Brasil. Nem os militares ousaram tanto. Na democracia, ô Mozarildo, tem de haver divisão de poder e alternância de poder. Os militares foram inteligentes. Ninguém pode negar que eles fizeram a alternância de poder. Mudaram a Constituição, eleição direta. Quem não se lembra de Ulysses defendendo sua candidatura, e Petrônio Portella, do meu Piauí — Mozarildo! —, a eleição indireta de Geisel? Houve alternância de poder. Não foi o mesmo, não. Foram cinco, eles foram inteligentes. Foram patriotas, porque os três Poderes funcionaram. Houve restrições, fechou-se aqui, mas se abriu.

Eu me lembro. Eu estava do lado de Petrônio Portella, Mozarildo, quando se fechou isto aqui, porque ele mandara votar uma reforma do Judiciário. A imprensa toda atrás de Petrônio, que só deu uma frase, Mozarildo. Aí aprendi que o poder é moral. O poder é moral. Perdeu-se a moral... Olha, o poder não pode ser suspeito. Petrônio só disse uma coisa, eu estava do lado dele. A imprensa: “E aí? Os militares fecharam o Congresso.” Ele só disse o seguinte: “É o dia mais triste da minha vida”. Só isso. Ô homem de moral! Essa frase chegou lá. Ouviu, Eurípedes? E eles mandaram reabrir, porque... Até eles!

Ao Juscelino ofereceram, e ele não quis, porque se tem de curvar-se à lei. Então, os alopados quiseram, mas... Está certo que o Luiz... Mas não foi ele, não: somos nós, a democracia. Nós estamos aqui. São instituições novas. É um olhando para o outro, um freando o outro. É esse equilíbrio que buscamos.

Mas a minha vinda aqui, Mozarildo, é para comemorar o ensino superior na minha cidade de Paranaíba.

Tenho um trabalho em mão do Professor Iweltman Mendes, o melhor Vereador da história da minha cidade. Sempre digo, Senador Eurípedes, que o Vereador é um Senador municipal e que o Senador é um Vereador Federal. Ele faz um trabalho muito bonito no ensino universitário de nossa cidade, ensino este que já completa quarenta anos. Relembra ele os fundadores do ensino universitário na minha cidade: Cândido de Almeida Athayde, José Pinheiro Machado, Lauro Andrade Correia e Monsenhor Antonio Sampaio.

O mais importante é que se instalou lá o *Campus* Ministro Reis Velloso. O Ministro Reis Velloso nasceu na minha cidade. Os militares foram sábios. Houve muito desenvolvimento: televisão, universidades, estradas. Mas, Mozarildo, eles foram buscar a luz, o farol: era esse João Paulo dos Reis Velloso. Nasceu filho de car-

teiro com costureira e, aos dez anos, abria a fábrica de meu avô. Meu avô foi muito rico, mas eu não, porque fui médico de Santa Casa e operei todo mundo de graça. Mas Deus é bom e me colocou aqui, no Senado, pelas mãos do povo. Então, João Paulo dos Reis Velloso foi a luz do regime militar. E digo isto com muito orgulho: ele é o patrono do *Campus* universitário da Parnaíba, no Piauí. Ele, por vinte anos, mandou neste País.

Atentai bem os aloprados do PT que estão se reunindo hoje: feliz do povo que não precisa buscar exemplos da história em outros países. Mozarildo, que os aloprados que estão reunidos meditem sobre isso!

Por vinte anos, ele mandou mesmo: foi Ministro do Planejamento, foi Ministro da Fazenda. Ele foi o melhor Ministro do Planejamento deste País. Este não é o País do “nunca antes”. Neste País, houve o antes, e foram todos muito bons, desde os governadores gerais, como Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá; desde Dom João VI, que, em vinte anos, trouxe toda a burocracia europeia; desde Dom Pedro I, que fez a Independência e foi ser Dom Pedro IV; desde Dom Pedro II, o melhor dos reis da história do mundo; desde a nossa Princesa Isabel, que libertou os negros. Todos foram muito bons e resolveram os problemas da sua época. Não há essa de “nunca antes”. A ignorância é muito audaciosa!

João Paulo dos Reis Velloso deu um ensinamento muito bom para os dias de hoje. E quis Deus que hoje o Partido dos Trabalhadores governasse este País. São vinte anos de mando. Olha para cá, Mozarildo! Ele foi filho de carteiro e de costureira. Olha para cá! Ele, que foi filho de carteiro e de costureira, foi primeiro lugar em Harvard. Não há indignidade, imoralidade e corrupção na sua vida. Isso é que tem de ser lembrado.

Hoje, podemos repetir aqui o que Rui Barbosa anteviu:

De tanto ver triunfarem as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

É o que diz Rui Barbosa. Por isso, ele é um profeta. É o dia que vivemos na Capital da República do Brasil. Como é atual isso! Por isso, ele está ali, debaixo de Cristo. Ele foi mais além e disse: “Só há um caminho e uma solução: a lei e a justiça”. Estou aqui para ensinar. Rui Barbosa viveu a época dele.

Ô Mozarildo, quando V. Ex^a fala na Amazônia, V. Ex^a fala com autoridade.

Olhem, abutres, aproveitadores de Governo, nós não podemos estuprar a Constituição; temos é de nos

aproximar dela e respeitá-la. Isso é antigo. Muito antes de Cristo, já havia o Direito Romano. Rui Barbosa disse que só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. Então, temos de nos aproximar da Constituição.

No caso aqui, não podemos intervir. Intervenção do quê? Há um caminho. A Constituição é sábia. Isso é um produto da civilização.

Até V. Ex^a foi Constituinte, não foi? Eram 513 Deputados e 81 Senadores. Ali estavam Afonso Arinos, Mário Covas, Ulysses, Mozarildo, Pedro Simon. Não são imbecis! Ulysses pegou a Constituição e a beijou em 5 de outubro de 1988. O que disse? A Constituição-Cidadã deu muitos direitos ao cidadão. V. Ex^a estava lá, Mozarildo, quando ele disse: “Desrespeitar a Constituição, desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira brasileira”. Eu já vi isso.

Estamos aqui para ensinar. Não podemos estuprar a Constituição, ô Luiz Inácio! Não vá na onda desses aloprados, não! Justiça é uma inspiração divina, mas é feita por homens pecadores, falsos, traidores, que erram. E como erram! É inspiração divina, mas não é feita por Deus. Ela é executada por esses homens que conhecemos, não é verdade? Esse negócio de intervenção? Intervenção o quê?

Vou dar um exemplo com a história. Este País é rico, este País é grandioso, este País tem um Senado da República. Este é o único Senado do mundo que funciona numa sexta-feira depois do carnaval. Estamos aqui, apresentando a luz do direito aos aloprados no dia de hoje.

Atentai bem! Ô Mozarildo, vamos analisar, vamos aprender com a história, com o passado. De repente, Getúlio Vargas resolve deixar a vida, e assume seu Vice-Presidente constitucional. Havia problemas, conflitos, dificuldades. O País estava conturbado com a morte do pai dos trabalhadores. Ainda hoje, vivemos, na grandeza do seu Partido, os sonhos de Getúlio, e Mozarildo os representa com grandeza. Café Filho fraqueja – adoce seu coração – e se hospitaliza no meu hospital, o Hospital dos Servidores do Estado.

A Constituição apontava Carlos Luz, Deputado Federal. E ele resolveu “udenizar-se”. E não chamavam de UDN, mas de ódio. Então, tinha havido uma eleição democrática. Um homem mineiro, sorridente e otimista, tinha sido eleito de acordo com a Constituição. Ele teve apenas 36% dos votos. Não havia esse negócio de segundo turno. Aí se aproveitaram da morte de um e da doença do outro e bradaram, como Presidente, Carlos Luz, que entrou num navio da Marinha, o Tamandaré – a maior fragata, com o maior almirante que entendia de balística, o Almirante Pena Boto –, e que ameaçou bombardear o Catete, o Palácio e Carlos Lacerda. Não obtendo apoio lá, ele foi a São Paulo para

buscar apoio do Governador Jânio Quadros. Mas ele mostrou juízo. Aí é que está. Naquele momento, ele foi o mais ajuizado. Jânio Quadros o levou ali e não o apoiou. Este País iria entrar numa guerra civil.

Então, foi eleito democraticamente, com as regras do jogo, Juscelino Kubitschek. E aí houve uma reação daqueles que tinham credibilidade e que acreditavam ainda nessas forças reformadoras de Vargas. O General Lott controla as Forças Armadas. Mas não eram só as Forças Armadas. E este Congresso – adentra no plenário Valdir Raupp – buscou a solução constitucional. Nereu Ramos, Senador de Santa Catarina, foi Presidente deste País por mais de noventa dias, dentro da paz, da ordem, do que diz a Constituição. E assume Juscelino Kubitschek, o maior ícone da nossa democracia. E tanto ele ensina aos aloprados, que, quando saiu, ele tinha esses 80%. E lhe ofereceram também a oportunidade de continuar no poder, mas ele passou a faixa presidencial ao seu adversário Jânio Quadros. Foi até preparado para isso. Dizem que ele esperava que Jânio o agredisse na posse. E Juscelino disse que reagiria como homem, mas Jânio o deixou viajar, e, já no avião, ele era vítima de agressões, de infâmias. Mas se obedeceu à Constituição.

Então, hoje, nesse caso, temos de ver as cadeias naturais. Há o Vice-Governador, o Presidente da Câmara. A Constituição do Estado é diferente. A cadeia natural ainda prevê a posse do Presidente do Judiciário do Distrito Federal. Se isso tudo se embolasse, ó Luiz Inácio, é que Vossa Excelência faria isso.

Estou aqui para aconselhá-lo, Luiz Inácio. O General Obregón é o ex-Presidente do México. Quando Vossa Excelência for lá, junto com sua encantadora esposa, Marisa – eu já o vi lá, tirando fotografias belas das pirâmides –, vá ao palácio do México e leia esta frase dita pelo General: “Prefiro um adversário que me diga a verdade a um aliado que me leve a mentira”. E os que lhe dizem mentiras são esses aloprados que o rodeiam a cada instante. Essa é a verdade.

Intervenção, Luiz Inácio? Há os caminhos legais pregados pela Constituição. Eu não os estou defendendo. Se há acusações, que provem! Isso não nos compete. Mas nos compete lembrar esse caminho. Então, queremos dizer isso e pedir a Luiz Inácio que não perca tempo com isso, mas que ajude o Piauí. Essa universidade eu a fiz, em nome do Piauí, onde Vossa Excelência sempre foi muito votado. Vossa Excelência é admirado lá. O Piauí, hoje, está decepcionado é com o Governador do PT, menino traquino, que mente, não com Vossa Excelência.

Então, fiz uma lei boa e justa. Esse *Campus* avançado Reis Velloso foi muito bem descrito pelo Professor Iweltman e faz mais de quarenta anos, com

uma estrutura física espetacular. São vários os cursos universitários. Mozarildo, é o que aqui diz o Professor Iweltman. Sabe quantos alunos ele tem? Tem 2.737 alunos presenciais. Que seja transformado numa universidade, a Universidade Delta! Isso foi aprovado no Senado – o Relator foi o Senador Alvaro Dias – e foi para a Câmara. Alguns aloprados do PT, com inveja, travaram a matéria por alguns dias, mas ela caiu nas mãos – e Deus foi quem a encaminhou – de Paulo Renato, símbolo maior da história da educação desse Brasil. Eu governava quando ele era um extraordinário Ministro. E ele deu parecer favorável.

Então, nós viemos aqui, Luiz Inácio, pedir isso em nome do Piauí, que tem sede do saber e que está decepcionado com seu Governador, porque este busca a mentira. Nós trazemos aqui a verdade.

“Todos os esforços, se concretizados, alicerçarão a implantação da futura Universidade Federal do Delta do Parnaíba, já aprovada em comissões no Congresso Nacional”, diz o Professor Iweltman, que é Vereador e que, sem dúvida, vai ser Deputado. É um homem de perspectiva. Quero crer que ele ainda chegará ao Senado da República.

Esse é o pedido do povo do Piauí. Está ouvindo, Raupp? Vou passar à sua mão, Raupp. V. Ex^a representa o lado bom do PMDB, o lado da verdade. E por quê?

Ô Mozarildo, vou ler o que se diz aqui: “Senador Mão Santa, *Minha vida no Senado*, no dia 21 de março...”. É dito:

Mão Santa pede Universidade do Delta do Parnaíba. Mão Santa (PMDB – PI) pediu ontem o empenho do Governo Lula para a instalação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, a ser localizada na cidade piauiense de Parnaíba. Instituição de ensino será uma expansão da Universidade Federal do Piauí e deverá beneficiar estudantes de Municípios do Estado do Maranhão e do Ceará.

Conforme o Senador, a criação da universidade vai representar uma chance a mais de oferecer ensino gratuito e de qualidade aos alunos que não conseguem o benefício do Programa da Universidade para Todos (ProUni) e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Ao defender a iniciativa, destacou outros Estados já contemplados com mais de uma universidade federal, como Amazonas, Bahia e Paraíba, cada um com mais de duas.

Então, essas são as solicitações do povo do Piauí. Ressalto a experiência do Presidente Luiz Inácio, que já está no fim do seu mandato.

O extraordinário reitor da Universidade Federal do Piauí é o Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior, que é gente muito boa. Senador Raupp, tenho colocado dotações orçamentárias para a biblioteca e para o restaurante e, agora, para o laboratório da futura Faculdade de Medicina da esperada Universidade Delta, hoje o *Campus* Reis Velloso. Então, queríamos isso. Essa é a verdade.

Aqui, neste documento, está escrito “40 anos de Ensino Superior na Parnaíba. A UFPI e sua contribuição nessa trajetória”. O texto é de autoria do Professor Iweltman Mendes.

Então, esse é o apelo que fazemos a Sua Excelência, o Presidente, cujo Partido comemora trinta anos. E o *Campus* Reis Velloso chegou. Quis Deus, que escreve certo por linhas tortas, que aqui chegasse, além do Senador Raupp, que representa o PMDB bom, do Governo que está aí, o Senador João Pedro, um dos melhores frutos do Partido dos Trabalhadores.

Então, vou passar ao Senador Raupp e a V. Ex^a, Senador João Pedro, esta reivindicação, para que a entreguem ao Luiz Inácio quando se comemoram trinta anos do Partido dos Trabalhadores, a fim de que o *Campus* Universitário Reis Velloso, que tem mais de quarenta anos, seja transformado na Universidade do Delta. Então, vou entregar o documento do Professor Iweltman Mendes aos dois, ao Líder do Governo, Senador Raupp, figura melhor e maior do PMDB, de que tenho saudades, e ao nosso João Pedro, que simboliza o lado bom do PT.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Pedro Simon deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia e sempre Líder do PMDB nesta Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima, que passa neste momento por um problema sério de incêndio, de fogo... Senador Mozarildo, há algum tempo eu já havia discutido a possibilidade de o Governo Federal comprar equipamentos para um centro de combate a incêndio. Inclusive poderia ter base em Brasília, que tem um bom Corpo de Bombeiros e onde está toda a sede das Forças Armadas – poderia capacitar e treinar um centro, um esquadrão de combate a incêndio. Eu soube inclusive que tem gente de Brasília com equipamentos lá em Roraima, neste mo-

mento, ajudando lá pelo menos a mapear nessa situação a gravidade do problema, já que não tem muitos equipamentos.

O Brasil é um dos países que têm as maiores florestas do mundo, depois da Rússia – é o segundo país do mundo com maior floresta, terceiro é o Canadá – e não tem essa preocupação com brigadas... Até que tem as brigadas de combate a incêndio, mas não tem os equipamentos necessários, aqueles aviões grandes com tanque que podem descer no rio ou lagos e pegar água e já levar direto para combater o incêndio.

Então, eu deixaria aqui, mais uma vez, um apelo ao Governo Federal, que pudesse equipar esses esquadrões contra incêndio em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Valdir Raupp, embora não seja regimental fazer um aparte...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – É que falei sobre esse assunto há pouco, inclusive dizendo que o primeiro megaincêndio aconteceu em Roraima em 1998, aliás, foi o maior incêndio do mundo. Depois, aconteceu outro em 2003. E nada foi feito para melhorar isso. A ideia de V. Ex^a de ter um esquema centralizado em Brasília é razoável, mas por que não na Amazônia?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pode ser também na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – À época, em 1998, fomos socorridos sabe por quem? Por bombeiros da Argentina! O Brasil sequer tinha equipamento para atender o incêndio que aconteceu em Roraima. Então, há muito tempo... Aqui vou falar como médico...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Poderia ter dois ou três esquadrões como esse.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sim, um em cada região, podia até ser.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Um em cada região.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Se nunca tivesse acontecido em Roraima um incêndio, poder-se-ia dizer: “Não, foi um fato inusitado”. Não, não foi, já aconteceu em 1998, em 2003 e agora, de novo, em 2010. Então, o que este Governo faz é muita conversa e pouca ação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo à tribuna, nesta tarde já de sexta-feira, para falar sobre rodovias e também sobre o Programa de Aceleração do Crescimento.

Eu era Governador quando o Governo Fernando Henrique criou o Avança Brasil, um programa interessante que, infelizmente, aconteceu muito tardiamente, não deu tempo de fazer muita coisa. Aliás, fez muita coisa, sim, no Brasil, mas poderia ter feito um pouco mais.

Agora, no Governo Lula, foi criado o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. Tive, inclusive, o privilégio de ter sido o relator do Orçamento Geral da União em 2007, quando começou o PAC: naquele Orçamento foram alocados aproximadamente R\$15 bilhões para começar o PAC em todo o Brasil. De lá para cá, esse programa vem ganhando cada vez mais força.

Nós temos, no Estado de Rondônia, algumas obras do PAC. Sei que há obras espalhadas por todo o Brasil, mas queria aqui destacar as obras de Rondônia.

Começaria pelas usinas do rio Madeira, as usinas de Santo Antônio e Jirau, que empregam hoje algo em torno de vinte mil trabalhadores diretos, mais uns vinte ou trinta mil indiretos – falo sempre nas esteiras, no bojo das usinas do rio Madeira.

Outras obras estão chegando em Rondônia: constroem-se fábricas de cimento, *shoppings*, casas populares – são mais de doze mil unidades de casas populares neste momento em construção em Rondônia; há épocas em que falta material de construção, dado o volume de obras grandiosas que estão acontecendo no Estado de Rondônia.

Mas falo aqui também das nossas BRs, das BRs federais no Estado de Rondônia, que não são poucas. Eu começaria falando da BR-364, que é a espinha dorsal do Estado de Rondônia e do Mato Grosso também, por onde são escoados todos os produtos daquela região para o porto de Porto Velho, porto graneleiro e porto de carga. A propósito, o porto graneleiro foi construído quando eu ainda era Governador e foi inaugurado pelo Presidente Fernando Henrique, que me deu a honra de ir lá inaugurar o porto graneleiro e a usina de Samuel. Agora, no Governo Lula, as obras das usinas e as obras das rodovias estão em franca expansão.

Neste momento, trabalha-se – o projeto executivo já está em fase de conclusão – na licitação da restauração da BR-364, essa espinha-dorsal, esse corredor de exportação do Mato Grosso, Rondônia e de outros estados brasileiros. É uma obra de R\$600 milhões que está entrando no PAC. Essa é uma BR antiga – tem entre 25 e 30 anos – e já precisa, com uma certa urgência, de um recapeamento geral, uma restauração geral, porque só o tapa-buracos não resolve mais. Todos os anos, no período das chuvas, os

buracos acabam se abrindo em quantidade cada vez maior, causando muitos transtornos, muitos acidentes, muitos carros capotados, pneus estourados, ônibus batidos, caminhões tombados, com perdas de vida e também de produtos. Então, faz-se necessária, com urgência, a restauração dessa BR. E essa obra vai iniciar agora, no mês de junho ou de julho. É um trabalho de dois anos, com manutenção para mais dez anos. É uma obra grandiosa: vão fazer terceiras faixas nas subidas, acostamentos, asfalto usinado, de primeira qualidade – CBUQ, o chamado asfalto quente –, vão fazer também trevos e passagens urbanas – trevos nos entroncamentos com as outras rodovias e passagens nas cidades.

Essa BR vai fazer parte também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de um corredor de exportação bioceânico, porque ela liga as nossas rodovias e liga os nossos portos do oceano Atlântico aos portos do Pacífico: portos de Ilo e Matarani, no Peru, e Arica, no Chile.

Eu estive percorrendo essa BR de carro no ano passado, fui de Rondônia até os portos de Ilo, no Peru, e Arica, no Chile, e vi lá muitas empresas brasileiras trabalhando: a Odebrecht, a Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez. Há também um consórcio de empresas peruanas e de outros países, acho que da Espanha, trabalhando naquela obra, que, por sinal, vai ser inaugurada este ano.

Esse era um sonho que parecia muito distante. Quando eu era Governador, há quinze anos, parecia um sonho difícil de ser alcançado, mas esse sonho está chegando, está próxima a sua realização: será inaugurado agora, em outubro, pelo Presidente Lula e pelo Presidente Alan García, do Peru. Já acertaram a data de inauguração, que vai ser agora, no mês de outubro.

Além da BR-364 e desse corredor de exportação, temos outras BRs, as BRs transversais.

Temos a BR-429, que liga a BR-364, nas mediações de Presidente Médici e Ji-Paraná, à fronteira com a Bolívia, lá na cidade de Costa Marques. Essa BR, por muitos anos, ficou paralisada. Eu, quando Governador, construí as primeiras pontes – no rio Machado e em outros rios –, construí vinte quilômetros de asfalto, mas não consegui avançar, porque era uma BR federal. Agora, ela foi incluída no PAC; resultado de trabalho da Deputada Federal Marinha Raupp junto à Ministra Dilma Rousseff e ao Presidente Lula, nós conseguimos colocar essa BR no PAC no ano passado, seus primeiros 105 quilômetros. E já neste ano, no PAC II, vão entrar os outros quase trezentos quilômetros. Então, todo o trecho dela, uma obra de R\$400 milhões, vai entrar no PAC a partir deste ano.

Em breve, nós vamos ver também o asfalto chegando onde antes não existia. Já chegou em Alvorada e vai chegar em Terra Boa, São Miguel, Seringueira, São Francisco, São Domingos e Costa Marques, que fica na fronteira com a Bolívia. É, também, uma obra grandiosa, que vai tirar do isolamento mais de oitenta mil pessoas.

Sr. Presidente, falo também da BR-421. Essa BR sai de Machadinho d'Oeste, passa por Ariquemes, Montenegro, Campo Novo, Buritis, Nova Mamoré e chega a Guajará-Mirim, também na fronteira com a Bolívia, um outro corredor. Os projetos de impacto ambiental dessa BR, também de suma importância, estão sendo finalizados agora para possibilitar o prosseguimento das obras, tendo em vista que o asfalto está próximo de Campo Novo, e com a derivação de uma rodovia estadual para Buritis. Então, essa BR deve passar por Campo Novo, derivando para Buritis, Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

Da mesma forma, a BR-174, que vai de Vilhena a Juína, Aripuanã, toda aquela região noroeste do Mato Grosso. É, também, uma BR importante para o Estado de Rondônia. Quando Governador, dei início a ela, asfaltando vinte quilômetros, mas não consegui avançar muito mais porque era uma BR, uma federal. Agora estamos lutando para que seja finalizada, para que seja incluída no PAC também.

Falo também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da BR-425. Essa sai da BR-364, no entroncamento com Abunã, na Ponta do Abunã, indo para o Acre, passa por Nova Mamoré e vai a Guajará-Mirim também, encontrando-se com a BR-421 nas imediações de Nova Mamoré, chegando a Guajará-Mirim.

Além da BR-425, também há uma ponte de integração, uma ponte binacional. O Presidente Lula assumiu o compromisso com o Presidente Evo Morales, há uns dois anos, de não deixar o governo sem ter essa obra iniciada. Então, espero que isso aconteça. O projeto já está ficando pronto, e a obra deve ser licitada até junho, julho, por aí. Se Deus quiser, terá início essa grande obra, que é uma ponte binacional, uma ponte de integração do Brasil com a Bolívia.

Diga-se de passagem, Senador Mozarildo, que preside esta sessão neste momento, que essa é uma dívida do Brasil com a Bolívia de 108 anos, porque o Tratado de Petrópolis, de 1902, dizia que tinha que haver uma saída da Bolívia para o Oceano Atlântico. Os bolivianos, o Presidente Evo Morales reclama até hoje parte do território do Acre, que era território boliviano. Naquele grande acordo, o Brasil se comprometeu a dar uma saída da Bolívia para os portos do Atlântico, tendo em vista que naquela época a Bolívia vivia em guerra com o Peru e com o Chile e não tinha saída

para o Pacífico. Hoje, ela já sai para o Oceano Pacífico, mas sai também para o Oceano Atlântico. Então, essa obra da ponte na BR-425, que vai de Abunã a Guajará-Mirim, substituiu a ferrovia Madeira-Mamoré, aquela ferrovia histórica do período áureo da borracha que dava essa saída para a Bolívia. Então, agora, sem a ferrovia, que, com o passar do tempo, foi se deteriorando, sem manutenção, tendo pequenos trechos funcionando para turismo, um pequeno trecho em Porto Velho e um pequeno trecho de Guajará-Mirim até próximo a Nova Mamoré.

Então, a restauração da BR-425 e a construção da ponte Binacional Guajará/Guayaramerin, na Bolívia, vai dar essa saída da Bolívia para o Oceano Atlântico, para os portos do Oceano Atlântico, via porto de Porto Velho, porque pode passar pela ponte Guajará-Mirim, pela BR-364, chegando ao porto de Porto Velho, com transbordo de carga no porto de Itacoatiara.

Então, o Brasil deve cumprir, deve pagar essa dívida que tem com o povo boliviano.

Por último, falo da BR-319, uma BR importantíssima também, pela qual o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, tanto tem brigado, tanto tem lutado, para conseguir uma licença ambiental de uma obra já implantada. Há vinte e tantos anos eu passei de carro de Porto Velho a Manaus. Ia ônibus, ia carga, ia automóvel de Porto Velho a Manaus, naquele trecho de 800 quilômetros que está interditado devido ao abandono. Durante vinte, trinta anos, essa BR foi ficando interditada aos poucos. O Ministro Alfredo trabalha também para a sua restauração ou a sua reconstrução, e o Ministério do Meio Ambiente não tem dado a licença ambiental, embora seja uma BR já implantada no passado, com as duas pontas funcionando, em 200 quilômetros de Porto Velho para Humaitá e mais 200 quilômetros de Manaus sentido Porto Velho, que está funcionando, foi restaurada, faltando apenas o meio, de aproximadamente 400 quilômetros, para fazer essa interligação de restauração, para voltar novamente o fluxo, o trânsito entre Porto Velho e Manaus, o que é muito bom para os dois Estados, tanto para Rondônia, a nossa capital Porto Velho, quando para Manaus.

E com a construção das pontes também. A ponte da BR-319 que fica em frente à nossa capital Porto Velho também está sendo licitada, neste momento já com empresas classificadas para concluir a licitação e que faz parte desse complexo da BR-319.

Então, Sr. Presidente, era este o relato que eu queria fazer das nossas BRs, das nossas pontes. Deixei ainda aqui a ponte de Abunã, que fica no rio Madeira também, próxima ao distrito de Abunã, que é a estrada que liga — vejo aqui, no plenário, a Senadora Marina Silva, do Estado do Acre, que foi Ministra do Meio Ambiente e que,

com certeza, vai defender alguns desses projetos que estou falando aqui, tendo em vista que alguns, talvez, ela não possa defender –, mas a ponte que liga Rondônia ao Estado do Acre e que vai fazer parte dessa rodovia bioceânica, que levará produtos nossos para os portos do Oceano Pacífico, eu tenho certeza de que toda a Bancada do Acre tem se empenhado, com a Bancada de Rondônia, para que essa ponte, que é a única ponte que vai ficar nessa rodovia. Não, talvez fiquem duas: a ponte do rio Maldonado, o rio Madre de Diós, em Puerto Maldonado, no Peru, também ainda não foi feita – talvez ainda fique passando por balsa, porque é um rio muito largo – e essa ponte do rio Madeira, ali no distrito do Abunã, que deve ser construída também nos próximos anos. É uma ponte já licitada também e que deve entrar no Programa de Aceleração do Crescimento.

Fiz aqui uma abordagem geral das nossas BRs, rodovias federais que cortam o Estado de Rondônia e que dão acesso, algumas delas, à BR-364. Como a BR-364 é a espinha dorsal, como já falamos, corredor de exportação do Estado de Rondônia, Estado do Mato Grosso, Acre e outros Estados brasileiros, todas as outras dão sequência à BR-364.

Então, peço, mais uma vez, encarecidamente, ao Ministério dos Transportes e ao Dnit que não deixem paralisar as obras iniciadas e que não deixem de iniciar, o mais rapidamente possível, as obras que ainda não foram iniciadas, porque o Brasil ainda está muito atrasado na área de transportes.

Estive na China recentemente, durante dez dias, em viagem de trabalho, pelo Senado, com uma comissão da Câmara dos Deputados, do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional dos Transportes, e pude ver o avanço que a China está apresentando na área de transportes, tanto na área de rodovias quanto na área de ferrovias.

E por falar em ferrovias, há outro projeto que estamos defendendo. No dia 13 de março, haverá uma reunião em Vilhena para tratar da ferrovia Transcontinental, que vai ligar também os portos do Oceano Atlântico, lá da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, passando por Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre e podendo chegar futuramente... É um sonho ainda um pouco distante, eu sei. Mas se nós sonhamos com as usinas do Madeira e conseguimos, se sonhamos com a rodovia Bioceânica, que vai ser inaugurada, em outubro, pelo Presidente Lula e pelo Presidente Alan García, do Peru, a rodovia pronta, por que não sonhar também com essa ferrovia Transcontinental, que hoje é um sonho, mas que, tenho certeza, no futuro poderá ser uma realidade?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva, candidata a Presidente da República pelo Partido Verde.

A SRª MARINA SILVA (PV – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer o registro, desta tribuna, de um assunto que, no meu entendimento, deveria estar sendo discutido de forma mais aprofundada por todos nós aqui no Congresso Nacional, principalmente pelo Governo, pelas lideranças empresariais e pela sociedade civil.

Nós estamos diante daquilo que os cientistas têm chamado de crise ambiental global, que se materializa na crise da mudança do sistema climático, com consequências para diferentes setores da vida da sociedade. E isso acontece na realidade de todos os países, mas no caso do Brasil essa questão vem se agravando a cada dia. Refiro-me ao problema da adaptação do Brasil aos efeitos negativos das mudanças do clima, especialmente no que concerne à questão da saúde pública.

Segundo a comunidade científica global, os cenários projetados para o fim deste século, do mais otimista ao mais pessimista, sinalizam para o aumento da temperatura média mundial com consequências graves para os países de todos os continentes.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC), as mudanças climáticas afetarão a saúde de várias formas: diretamente, com efeitos físicos de eventos meteorológicos extremos, como ondas de calor, inundações, furacões e secas prolongadas; e indiretamente, com aumento da insegurança alimentar, efeitos nas populações de vetores de doenças, agravamento das condições de saneamento básico, entre outros.

Os números do IPCC não têm caráter alarmista, apenas indicam a gravidade das alterações ambientais esperadas para as próximas décadas, com consequências para a economia e a saúde pública mundial.

O IPCC estima que uma elevação na temperatura média do planeta até o final do século pode reduzir a disponibilidade de alimentos e levar mais de 530 milhões de pessoas a passarem fome.

Também temos casos graves aqui no Brasil, onde se espera uma redução na diferença entre as temperaturas do inverno e as do verão. Invernos mais quentes favoreceriam a reprodução de insetos transmissores de doenças, como a malária e a leishmaniose, que podem se tornar mais frequentes. Também se prevê o aumento de enfermidades transmitidas pela água, como a diarreia e a leptospirose. Em uma região eco-

nomicamente frágil, como o semiárido nordestino, por exemplo, a redução da produção agrícola e a falta de trabalho podem desencadear importantes ondas migratórias.

Esse rearranjo populacional demandará empenho e rapidez das autoridades municipais, estaduais e federais para tomar medidas de adaptação, como, por exemplo, a construção de cisternas para armazenar a água e o desenvolvimento de culturas mais resistentes à seca para enfrentar as mudanças climáticas. Aliás, nessa agenda de adaptação no Nordeste tanto para o provimento de água, quando para a produção de alimentos, já estamos com um déficit visível, porque o Brasil já começa a sofrer as consequências de períodos de estiagem mais prolongados, inclusive em regiões em que isso não acontecia com frequência, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Segundo estudo recém-lançado pelo Instituto Economia das Mudanças Climáticas no Brasil, elaborado por um consórcio de instituições nacionais, entre as quais a USP, a Unicamp, a Embrapa, o Inpe e outras instituições, como é o caso da Fiocruz e o Ipea, o Brasil corre o risco de ter uma perda na economia de R\$719 bilhões a 3,6 trilhões em 2050 caso nada seja feito para reverter os impactos das mudanças climáticas. Notem que é um prejuízo muito grande do ponto de vista econômico, sem falar nos prejuízos de caráter social que indiretamente afligem essas populações em função do aumento de doenças, da escassez de água e possivelmente de terras disponíveis para o cultivo, levando a problemas graves em termos de subtração da renda dessas populações.

As regiões mais vulneráveis às mudanças do clima no Brasil seriam a Amazônia e o Nordeste, com perdas expressivas para a agricultura em quase todos os Estados. Além disso, a previsão é de uma menor confiabilidade no sistema de geração de energia elétrica com redução de 29,3% a 31,5% da energia firme. No caso do Nordeste, as perdas podem chegar a 11,4% do Produto Interno Bruto da região até 2050 no cenário mais pessimista. Essa perda associada às alterações no clima equivale a dois anos de crescimento da economia da região no período de 2000 a 2005.

Há alguns anos, pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz se debruçaram sobre o tema relacionando o aumento da temperatura média ao surgimento e aumento do caso de doenças como leptospirose e dengue e problemas de insegurança alimentar resultantes de eventos meteorológicos extremos.

O impacto das mudanças climáticas sobre a vida das pessoas deve aumentar os gastos municipais e estaduais com saúde e assistência social. A neces-

sidade de investimento nessas áreas pode ainda ser ampliada por outro fator: o envelhecimento da população, consequência da queda da fecundidade e do aumento da longevidade.

Outra previsão é de aumento nos casos de dengue, o que, aliás, vem ocorrendo no País, embora tenhamos verificado uma redução expressiva entre 2008 e 2009.

A situação verificada nos primeiros meses deste ano já é motivo de grande preocupação. Em diversos Municípios de seis Estados do País, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Roraima e Goiás, além de várias regiões do Distrito Federal, a dengue já é uma epidemia. Em Mato Grosso do Sul, dez cidades, entre elas a capital, Campo Grande, contabilizam-se mais de sete mil casos suspeitos em janeiro. Em Mato Grosso, as notificações tiveram um crescimento de 804%, se comparadas a 2009.

A gravidade não é apenas pelo aumento do número de casos de dengue em vários Estados do Brasil. Segundo especialistas, estão circulando ao mesmo tempo, em várias cidades, três tipos de vírus: 1, 2 e 3. A circulação desses três tipos de vírus aumenta a possibilidade de as pessoas contraírem a forma grave da dengue, primeiro porque quem tem dengue pela segunda vez normalmente a tem na forma mais grave. Segundo, porque pode haver uma interação dos três tipos de vírus, pode ter uma mutação e ele ficar mais grave.

Segundo o Ministério da Saúde, São Paulo, Rio, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Roraima, Tocantins e Piauí são os locais de maior risco por já terem a predominância do novo vírus. Lamentavelmente, essa situação ocorre num momento em que diversas regiões do País têm sido fortemente castigadas por outro problema relacionado com as mudanças climáticas, que são os desastres climáticos com as enchentes.

Só para ilustrar o alerta feito pelos cientistas quanto à previsão de aumento na ocorrência desses eventos extremos, cito alguns exemplos verificados no País a partir de 2004. O primeiro deles: o furacão em Santa Catarina em 2004 causou prejuízo de US\$1 bilhão e foi o primeiro registro, na história, de ocorrência de furacão no Atlântico Sul. Outros: a maior seca nos últimos cem anos na Amazônia em 2004; enchente em Santa Catarina em 2008 – 1,5 milhões de pessoas afetadas, 120 mortes e 69 mil desabrigados; a seca na Região Sul em 2008, que gerou grandes prejuízos para a agricultura; a maior enchente do Rio Negro, em 54 anos, em 2009; e grandes inundações no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro no final de 2009, início de 2010.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil registrou um aumento de 58% no número de desastres de grandes proporções notificados no País entre 2007 e 2008. Além do problema do desequilíbrio climático global, esses fenômenos têm sido protagonizados por diversos fatores locais como, por exemplo:

- o desrespeito à legislação ambiental, especialmente às áreas de preservação permanente. A potencialização desses problemas causados por esse desrespeito, além de outros que vou mencionar, agrava os problemas ambientais que temos, e sem os devidos investimentos feitos por parte dos mais diferentes entes da Federação à altura das necessidades que temos;

- a devastação das matas ciliares (vegetação natural de beiras de rios, lagos, reservatórios e nascentes) levaram à erosão do solo e ao assoreamento dos rios;

- a expansão descontrolada das cidades e a ocupação de áreas ambientalmente inadequadas e vulneráveis, como problemas graves como são os casos dos deslizamentos a cada ano, com prejuízos econômicos, sociais, principalmente, com perda de vidas;

- a impunidade e a conivência do setor público e de parte da classe política com o descumprimento da legislação ambiental e dos planos diretores das cidades. A cada ano sabemos que esses problemas vão acontecer, mas, infelizmente, não se tem um planejamento com investimentos para corrigir os problemas já existentes, tais como: a criação de um sistema de prevenção, através de sistemas de alerta, pode ser feito para evitar o dano à população; o treinamento adequado para que, além da Defesa Civil e de outros agentes que atuam nesses momentos difíceis da vida da população brasileira, também a população possa ser treinada para ajudar em situações graves, levando socorro para os afetados;

- a impermeabilização excessiva do solo urbano também agrava essa situação, na medida em que, não tendo como ser escoada, a água vai sendo retida, e, consequentemente, os deslizamentos e os desmoronamentos se agravam;

- as políticas públicas inadequadas de gestão das cidades, especialmente na questão do saneamento básico, na contaminação dos recursos hídricos e na poluição atmosférica são outro problema.

Todo esse quadro mostra que é urgente a implementação da Lei nº 12.187, de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas, especialmente no que concerne às ações de adaptação aos efeitos nocivos das mudanças do clima. O processo de adaptação pressupõe que já estamos vivendo sob os efeitos das mudanças climáticas e que não podemos mais tratar as políticas públicas como

sempre tratamos, como se os eventos fossem apenas uma contingência natural. Não são. São problemas causados pelo homem e, consequentemente, devem ser enfrentados por ele.

O inciso V do art. 4º da Lei de Mudanças Climáticas prevê:

V – a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas 3 (três) esferas da Federação, com a participação e colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis a seus interesses adversos.

Mesmo diante de tão preocupantes fatos e desastres naturais, ainda não vemos nenhuma autoridade do Governo Federal se dispondo a iniciar esse processo de formulação de uma estratégia nacional de adaptação. O Professor Carlos Nobre tem cobrado muito da parte dos agentes públicos e da sociedade que se tenha um investimento forte na agenda de adaptação e que se combinem esses esforços de adaptação e mitigação com ações no campo da pesquisa, para que a tecnologia e a inovação possam vir em socorro dessas situações, que já são graves e que cada vez mais se tornam urgência na realidade do Brasil.

Precisamos agir com urgência, responsabilidade e senso de justiça e solidariedade para com aqueles que já estão sob esses efeitos indesejados das mudanças do clima e com aqueles que estão em condição de risco. Ou seja, ainda não foram afetados, mas poderão sê-lo, caso medidas contundentes não venham a ser tomadas.

Temos uma agenda complexa e urgente para implementar, que inclui, por exemplo: estabelecer prioridades em termos de políticas sociais e de proteção e promoção da saúde, que reduzam as vulnerabilidades socioambientais e de saúde; investir mais em estudos sobre a dinâmica climática para criar um sistema de alerta que seja capaz de antecipar os riscos de novos desastres; modernizar os serviços de saúde sobretudo nas regiões mais pobres e populosas.

Precisamos também modernizar o Sistema Nacional de Defesa Civil para adquirir maior agilidade e capacidade de resposta e não se repetir os casos de demora no atendimento de Municípios afetados, como vimos ultimamente, inclusive no caso do Rio Grande do Sul, onde vários Municípios afetados ficaram à espera de socorro.

Precisamos procurar atuar de modo mais preventivo por meio das seguintes ações: incorporar de maneira séria no planejamento das políticas públicas nas áreas de adaptação, urbanização, infraestrutura

e produção agrícola a questão da vulnerabilidade ambiental, adotando-se novas abordagens que evitem novos desastres e que possam também minimizar os prejuízos econômicos e os riscos, que já são graves. Para isso, é fundamental investir em desenvolvimento científico, em tecnologia e capacitação. Além disso, é fundamental que o processo de licenciamento ambiental seja cuidadosamente observado e valorizado, e não destruído, enfraquecido, como se tem feito, inclusive colocando falsa polarização entre o licenciamento correto e o desenvolvimento, confundindo-se, muitas vezes, a flexibilização, Sr. Presidente, com o necessário processo de agilização desses empreendimentos.

Não se pode confundir o descaso com as respostas que precisam ser dadas no processo de licenciamento para problemas que, efetivamente, são graves, como se isso fossem ações protelatórias. O correto é que, ao darmos essas respostas, estaremos evitando os danos que vêm como consequência de um licenciamento mal feito, pela falsa ideia de flexibilização como sinônimo de agilização.

Precisamos fortalecer a governança ambiental, para que a legislação seja cumprida. É urgente iniciar um programa em larga escala de recuperação das margens dos rios e de desimpermeabilização do solo, nos lugares em que isso já aconteceu.

Outra medida é a de realocação de casas em situação de risco e iniciar um amplo programa de recuperação das áreas de preservação permanente em situação de vulnerabilidade.

É fundamental que entendamos que a mudança climática é uma realidade atual e será mais impactante ainda no futuro. O custo de não encararmos com a devida urgência e prioridade essa questão aumentará enormemente o sofrimento das pessoas e os custos para toda a sociedade.

Muitos dos investimentos em infraestrutura que estão sendo realizados, inclusive pelo PAC, podem ser prejudicados ou fortemente danificados pela ação dos eventos climáticos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª MARINA SILVA (PV – AC) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Portanto, precisamos encarar essa situação como prioridade nacional, não só apenas do ponto de vista do discurso ou das políticas que ficam no papel, mas, sobretudo, pela viabilização dos recursos, dos meios, que, no meu entendimento, passa por aquilo que sempre tenho repetido: para se enfrentar o problema das mudanças climáticas, é fundamental que estejamos convencidos de que já estamos vivendo sob seus efeitos. Que tenhamos a visão, o processo correto para

enfrentar o problema e, principalmente, as estruturas necessárias, sob pena de sofrermos os graves prejuízos das consequências dos eventos extremos.

Nesse sentido, vou apresentar, na próxima semana, um requerimento para realização de audiências públicas aqui, no Senado, para abrir esse debate e para que a sociedade brasileira possa acompanhar e contribuir com o Governo para o enfrentamento desse desafio.

A melhor forma de enfrentarmos problemas que são maiores do que nós é ter a humildade de saber que não apenas o Governo tem todas as respostas, não apenas um dos Poderes, mas todos eles juntos, inclusive o Poder Judiciário, acionando aqueles que são contraventores renitentes no desrespeito à legislação ambiental. E, ainda, uma forte parceria com a academia, com organizações não governamentais, com movimentos sociais e, principalmente, buscando a responsabilidade social e ambiental das empresas que podem, sim, fazer a diferença, quando assumem que seus empreendimentos serão feitos a partir de critério de sustentabilidade.

Diante da grave crise que já estamos vivendo no mundo inteiro, das consequências que já estamos sofrendo no Brasil, é fundamental que essas audiências públicas, aqui no Senado, possam contar com a participação dos Srs. Senadores e daqueles que, efetivamente, podem contribuir para que possamos dar uma resposta à altura: os cientistas, os representantes da sociedade e os agentes de Governo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senadora Marina, V. Exª poderá ter o tempo que quiser para falar.

A SRª MARINA SILVA (PV – AC) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Sr. Senador Antonio Carlos Valadares enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno. S. Exª será atendido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB–SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,

Um marco histórico na luta contra a fome e pela dignidade humana: a PEC da alimentação

Tem a importância histórica a aprovação, dias atrás, de emenda à Constituição federal – emenda de minha autoria – que torna o direito à alimentação um direito fundamental, constitucional, pétreo, extensivo a todo e qualquer cidadão brasileiro.

A PEC da Alimentação (Emenda nº 64), aprovada em sessão parlamentar solene vem coroar uma luta de longo prazo que travamos aqui no Congresso Na-

cional para quem, de uma vez por todas, nossa Carta Magna viesse a assumir claramente, em letra de lei, que não podemos jamais ser tolerantes com a fome ou qualquer forma de privação social. A alimentação é um direito fundamental.

Em outra Emenda à Constituição (Emenda nº 29) tive a oportunidade de como relator no Senado promover a inclusão em nossa Carta Magna do financiamento público obrigatório para atender ao setor saúde, pelas três unidades federadas, a União, os Estados e Municípios.

Dois feitos históricos de grande repercussão social que constam de minha atuação parlamentar como garantidores de direitos essenciais aos cidadãos e cidadãos brasileiros.

Não há outra forma de tratar o problema da fome a não ser como direito fundamental e, concretamente, como uma emergência. Uma das piores senão a pior de todas até pelo fato de por sua natureza, trata-se de emergência silenciosa e que grassa de forma invisível. Silenciosamente, de forma oculta, sem fazer ruído a desnutrição e a má nutrição atacam milhões e, pelo mundo afora, bilhões de pessoas. E é especialmente cruel e destrutiva com as crianças.

No mundo, e de acordo com dados da Unicef, a desnutrição mata ou incapacita um número de crianças muito maior do que todas as doenças genéticas juntas. Esse mesmo documento da Unicef revela que dos 12 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade que morrem a cada ano, a desnutrição está presente em mais de metade (55%) delas. Este é um dado de realidade inaceitável, indignante. Estas cifras são maiores do que as de qualquer doença infecciosa e excedem de longe as cifras de todas as vítimas de retardo mental por causas genéticas. Nos países em desenvolvimento são centenas e centenas de milhões de crianças sem direito a desenvolver seu potencial mental e físico por conta da desnutrição.

A anemia na infância, só para citar um exemplo, retarda o desenvolvimento psicomotor, psicomático, impede o desenvolvimento cognitivo, reduz o QI.

Sabemos também que ainda existe entre nós, uma incidência importante de anemia nas nossas crianças pobres e que a desnutrição atinge milhões de mães pobres. Sabemos o quanto a fome é um problema, especialmente nas populações com menos oportunidades.

Por isso sempre estivemos ao lado do governo Lula em todas as frentes de luta de combate à fome. Esta é a nossa batalha, esta é uma batalha desse governo. Estamos ao lado das políticas públicas de segurança alimentar, da Bolsa Família, sabemos do empenho do governo no campo de combate à fome

e desnutrição. E é justamente como parte dessa luta, como parte do esforço da sociedade civil e do governo Lula que viemos nos empenhando em defesa dessa conquista finalmente concretizada no artigo 6 da Carta Magna.

Temos total consciência dos problemas econômicos mundiais, temos clareza de que é necessário ficar atento à tormenta econômica internacional, sabemos das dificuldades das contas públicas, mas na minha opinião, a grande meta para além da crise econômica, ou até por conta da crise, deve ser, e continuará sendo, aquela estabelecida nas chamadas “metas do milênio”, ou seja, temos que erradicar a extrema pobreza e a fome.

Temos que reduzir o número de famintos no planeta pela metade até 2015 e isto significa fazer nossa parte, inspirados nos acordos internacionais, estabelecidos pela ONU, assinados pelo Brasil em todos os fóruns internacionais, o que sempre nos levou a adotar como prioridade absoluta a meta da fome zero.

Foi essa uma das motivações para minha luta pela PEC da Alimentação.

Já desde o mapeamento da fome no País (o chamado Mapa da Fome) e a criação do Conselho Nacional e de Segurança Alimentar (CONSEA) nos anos 90, e desde antes, que víamos defendendo políticas públicas mais voltadas para esse foco. Estivemos em sintonia com as orientações Gerais da ONU, em 1996, voltada para o combate à fome. E finalmente com a Cúpula Mundial de Alimentação reunida em Roma, em 2002, que elaborou as Diretrizes Voluntárias da FAO que orientam as pessoas a lutarem por seus direitos na área da fome. Mais recentemente, meses atrás, estivemos pessoalmente em Roma, na última Cúpula, como parte da mesma luta do governo e lado a lado com o presidente Lula.

Portanto não poderia deixar de vibrar com nossa vitória da semana passada. Vejo como enorme conquista o fato de conseguirmos inserir o *Direito Humano à Alimentação Adequada* como direito constitucional. Com esta medida, finalmente conseguimos concretizar em nosso País, plenamente, com todas as letras, a *Declaração dos Direitos Humanos* na esfera do mais concreto, da privação fundamental, no direito ao alimento. Em qualquer condição o ser humano tem que possuir o direito a uma alimentação saudável e adequada. É um direito básico da cidadania.

Vamos limpar a “mancha da fonte”. Vamos a discussão, agora constitucional, a todo País. O presidente Roosevelt já dizia que um homem na miséria não é um homem livre. E ele também dizia que com o desemprego e com gente faminta se constrói a ditadura não a democracia. E nós queremos consolidar a

democracia. Sem democracia não há realização dos direitos humanos. E dentre os direitos humanos, a fome desponta como o direito crítico, básico, fundamental, sem o qual não há vida e nem dignidade. O presidente Lula tem consciência desse problema e me somarei a ele em toda e qualquer iniciativa em direção ao povo mais pobre.

Quero finalizar citando a máxima do grande mestre e estudioso das ciências políticas, e da filosofia do direito, Norberto Bobbio, que adotava como a grande necessidade histórica e divisor civilizatório fundamental, os três pilares: a democracia, a paz e os direitos do homem. E ele mesmo dizia que “sem que esses direitos do homem sejam reconhecidos e protegidos não há democracia”. Quero fazer eco ao seu pensamento, me somando a todos os democratas do mundo: sem a

proteção ao direito à alimentação saudável e adequada não há democracia que resista ao tempo.

Por isso me sinto feliz ver concretizado um dos pontos fundamentais do meu mandato: doravante a nossa Constituição passa a proteger como direito fundamental, o direito de todos à alimentação adequada. Minha luta continua, para levar esse direito à vida cotidiana de todos os brasileiros, especialmente do povo do meu sofrido Nordeste e do meu querido e sofrido estado de Sergipe. – **Antônio Carlos Valadares.**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas.)

CONVÊNIO Nº 0006/2010
(Processo nº 021.623/09-0)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO DO BRASIL S/A., PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, **HAROLDO FEITOSA TAJRA**, e, do outro lado, o **BANCO DO BRASIL S/A.**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília, Capital Federal, no SBS Quadra 01 Bloco G, 24º andar, CEP: 70.073-901, Tel. (61) 3101-8400 e Fax (61) 3322-1272, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seu representante abaixo assinado, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos n.º 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do **SENADO FEDERAL** por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos à consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor

amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONVENIADO se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no parágrafo primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;

II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhe foram consignados;

III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhe foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no caput desta cláusula for extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais

vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

- I - diárias;
- II - ajuda-de-custo
- III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;
- IV - salário-família;
- V - gratificação natalina;
- VI - gratificação pela participação em comissão especial ou similar;
- VII - auxílio-natalidade;
- VIII - auxílio-moradia;
- IX - auxílio-funeral;
- X - auxílio-alimentação;
- XI - auxílio-creche;
- XII - adicional de férias;
- XIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- XIV - adicional noturno;
- XV - adicional de insalubridade;
- XVI - vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e
- XVII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes.

diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário n.º 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.ºs 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

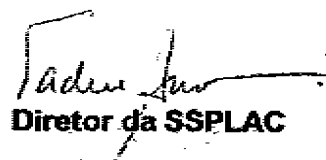
E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2010.


HAROLDO FEITOSA TAJRA
DIRETOR-GERAL DO SENADO


AMILCAR TAVARES DE CASTRO
CPF: 288.043.171-91
RG: 767.009 SSP/DF
BANCO DO BRASIL S/A.


Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
VAGO ^(5,29)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,21)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁴⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) ^(14,17,26)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. João Pedro (PT) ^(11,41)
Tião Viana (PT) ⁽³⁷⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁶⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. Sadi Cassol (PT) ^(4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(3,60)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) ^(9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(2,60)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(17,50)
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) ^(5,45)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
- Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
- Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo**Telefone(s):** 3303-3515**Fax:** 3303-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽⁹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) ^(7,13)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁶⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,18)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹¹⁾	3. VAGO ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,20)
Marco Maciel (DEM) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,12)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,17)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²⁴⁾
Marina Silva (PV) ^(7,26,43,45)	2. César Borges (PR) ⁽²¹⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁵⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²²⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(40,47,48,49,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,38)
Geovani Borges (PMDB) ^(39,50,53)	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽³³⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁵⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³⁰⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,27)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁹⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,31)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³⁴⁾	4. Jayme Campos (DEM) ^(9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,19)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁷⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁶⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,28)	1. Sérgio Zambiasi ⁽²⁸⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque ^(12,36,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.

3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).

4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).

5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(15,17,18,20)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,7,19)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

fevereiro de 2010

ORDEM DO DIA

terça-feira 9

187

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER (Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

**. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁰⁾	1. Aloizio Mercadante (PT) ^(39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,73)	2. Marina Silva (PV) ^(38,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(45,75)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴³⁾
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶¹⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Geovani Borges (PMDB) ^(10,21,62,92,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,54)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁸⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,51)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,57)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁷⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁶⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁹⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB n° 205/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo**Telefone(s):** 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(57,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁵⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,23)
Serys Shlessarenko (PT) ^(2,24)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(27,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁸⁾	3. Tião Viana (PT) ^(27,54)
José Nery (PSOL) ⁽²⁶⁾	4. VAGO ⁽²⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) ^(32,46,55,56)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁷⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,41)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁵⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴²⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴³⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁶⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽³⁴⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁷⁾	2. Jayme Campos (DEM) ^(29,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁸⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³³⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁷⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁹⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁰⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁸⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²¹⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,16,39)	1. João Durval ^(15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²²⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽²¹⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁰⁾	2. Flávio Arns (PSDB) ^(22,52,54)
Magno Malta (PR) ⁽¹⁹⁾	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(18,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(18,41,45)	4. João Ribeiro (PR) ^(18,46)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁹⁾	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁸⁾
Lobão Filho (PMDB) ⁽³⁷⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁶⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) ^(8,9,40,47,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) ^(34,43)	4. VAGO ^(2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽²⁸⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁶⁾
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM) ^(6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Morais (DEM) ⁽²³⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(15,49)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁷⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,16,44)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi ⁽²⁷⁾	1. Fernando Collor ⁽²⁷⁾
PDT	
Acir Gurgacz ^(13,33,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque ⁽³²⁾

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
20. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) (4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)**

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO (3)		1.	Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)		2.	Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)		3.	Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4.	Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)			
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)		1.	Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2.	Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO (14)		3.	Mão Santa (PSC-PI) (13)
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4.	VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)			
VAGO (9)		1.	VAGO (6)
VAGO (12)		2.	VAGO (10)
VAGO (7)		3.	VAGO (8)
VAGO (11)		4.	VAGO (11)
VAGO (11)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PDT			
João Durval (BA)		1.	Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Romeu Tuma (PTB/SP)			

Atualização: 22/12/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ^(2,11,12)**PDT**Patrícia Saboya (CE) ^(5,7,8)**PR**Magno Malta (ES) ^(1,6,9)**PSB**

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PPFrancisco Dornelles (RJ) ⁽¹⁰⁾**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of. GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of. GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



Edição de hoje: 150 páginas

OS: 2010/10649